



ipea

anpec

**Projeto de Contribuição ao Desenvolvimento
dos Principais Arranjos Produtivos Locais
Potenciais dos Estados da Amazônia**

ESTADO DO ACRE

Dezembro, 2002



INTRODUÇÃO

As três últimas décadas do século XX trouxeram em seu bojo, o resgate da importância da concentração geográfica da produção e o fortalecimento de sua associação com a competitividade e o desenvolvimento regional. O reconhecimento dessa associação e das vantagens advindas da concentração geográfica de atividades produtivas, atualmente, é o cerne dos novos modelos de desenvolvimento regional, respaldados na formação e consolidação de *clusters* ou arranjos produtivos locais.

Clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular. Eles incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para competição. Os *clusters* abrangem, por exemplo, fornecedores de insumos especializados, tais como componentes, máquinas, serviços e provedores de infra-estruturas especializadas. *Clusters* freqüentemente se estendem na cadeia para incluir canais de comercialização e mesmo compradores, ou produtores de bens complementares, atingindo algumas vezes empresas relacionadas por qualificação da mão-de-obra, tecnologias ou insumos comuns. Finalmente, muitos *clusters* incluem instituições governamentais e de outra natureza, tais como universidades, instituições de controle de qualidade, empresas de pesquisa e geração de idéias, especializadas em qualificação profissional, e associações patronais, que provêem treinamentos especializados, educação, informações, pesquisa, e suporte técnico (Porter, 1998).

Essa é uma abordagem de grande importância pois traz à tona uma forma alternativa de pensar o desenvolvimento regional, tornando imperativo mudanças na conduta dos diferentes atores econômicos e atribuindo novos papéis às empresas, governos e outras instituições no sentido de uma maior interação no debate, formulação e implementação de políticas para o aumento da competitividade.

Neste contexto, a implantação de *clusters* em muitas áreas da Amazônia Legal surge como uma oportunidade realista para se promoverem sistemas de produção competitivos dinamicamente em escala global, que atuem como mecanismos de atenuação dos desequilíbrios regionais.

O projeto **Iniciativa pela Amazônia**, liderado pelo Banco da Amazônia, com o apoio técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC é um esforço pioneiro nesse sentido. Essa iniciativa é especialmente relevante na medida em que privilegiou a mobilização dos diferentes atores econômicos e a identificação dos estrangulamentos possibilitando a implementação de ações específicas voltadas para o desenvolvimento de espaços econômicos que apresentam condições mais favoráveis à implantação e consolidação de *clusters* competitivos, ao mesmo tempo em que ajuda a moldar uma nova cultura

organizacional na Região, fundamentada em ações coletivizadas enraizadas nos interesses comuns da sociedade.

Políticas de *clustering*, ou seja, aquelas políticas voltadas para a estruturação de *clusters*, têm enfrentado uma série de dificuldades. Entre elas cabe destacar obstáculos de ordem social, tais como cultura antiooperativa, falta de credibilidade das lideranças e maior retorno individual em associação direta com o setor público. Além desses obstáculos intrínsecos a processos concretos, há ainda a dificuldade decorrente de uma falta de um mapeamento claro dos determinantes de sucesso de cada uma das estratégias disponíveis, a partir das características de cada *cluster*. Obviamente, esse mapeamento perfeito é muito difícil de ser realizado, apesar de ser teoricamente possível. Entretanto, é possível se desenvolver concepções classificatórias gerais que podem contribuir para a classificação de *clusters* em uma realidade específica.

Nesse sentido, com base nos critérios de concentração espacial, tamanho, maturidade relativa e inserção nos mercados e a partir da compatibilização de dados secundários, foi estabelecida uma tipologia que permitiu indentificar as características fundamentais de cada um dos *clusters*. A referida tipologia engloba cinco diferentes tipos de cluster: a) fundados em capital social, b) gerados pela concentração espacial da demanda, c) formados a partir de externalidades positivas, d) formados pela concentração espacial da disponibilidade de recursos naturais e e) forjados por políticas públicas.

Após a definição dos critérios e da tipologia partiu-se para os levantamentos de dados secundários. Como resultado desse conjunto de procedimentos foram selecionados 52 *clusters* sendo: Acre (4), Amapá (4), Amazonas (7), Maranhão (6), Mato Grosso (9), Pará (9), Rondônia (5), Roraima (4) e Tocantins (4).

Aos *clusters* potenciais, inicialmente identificados através da análise de dados secundários, foram agregadas as informações qualitativas resultantes dos diversos níveis de consultas empreendidas. Com efeito, esse novo vetor de informação, de fato, reúne um conjunto de variáveis não apenas mais amplo, porém e, sobretudo, enriquecido com a percepção de empresários, estudiosos e representantes de diversas esferas do setor público. A consolidação e cruzamento das informações baseadas em dados primários com os dados secundários suscitaram, então, um reexame dos resultados iniciais, tendo em vista a disponibilidade de uma maior base de informação. Dessa forma, foi possível fortalecer o critério de seleção adotado.

Contudo, os resultados do diagnóstico econômico, como parte essencial dos processos que levam à organização de *clusters*, devem ser validados pelos agentes locais, uma vez que o processo decisório deve envolver ampla participação de diferentes segmentos que participam dos arranjos institucionais que influenciam direta ou indiretamente em ações voltadas para o desenvolvimento. A formação de parcerias entre o setor público e privado requer que decisões quanto à estratégia a ser seguida sejam partilhadas, especialmente quando se objetiva ordenar prioridades e confirmar diagnósticos, que devem ser sensíveis ao contexto local.

A validação dos *clusters* selecionados motivou a realização de encontros de trabalho nos diversos estados, com o objetivo de expor para audiência constituída de expressivas lideranças locais (do setor público e privado) as idéias que fundamentam a estratégia de desenvolvimento baseada em *clusters*, bem como os *clusters* selecionados e as justificativas para tal escolha. Os *clusters* identificados, em consonância com os critérios adotados são apresentados a seguir.

Tabela 1.1
Acre: Principais *Clusters* Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
AC	Pecuária Bovina de Corte	Rio Branco	Rio Branco Plácido de Castro
AC	Mandioca	Rio Branco Sena Madureira Cruzeiro do Sul	Porto Acre, Plácido de Castro Sena Madureira, Manoel Urbano Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves
AC	Indústria de Madeira e Mobiliário	Rio Branco	Rio Branco, Capixaba, Porto Acre
AC	Milho	Rio Branco Brasiléia Sena Madureira Tarauacá	Porto Acre Brasiléia Sena Madureira Feijó

Tabela 1.2
Amapá: Principais *Clusters* Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
AP	Pecuária Bubalina	Macapá Amapá	Cutias, Macapá; Amapá, Pracuúba;
AP	Pesca Extrativa	Macapá	Macapá
AP	Turismo	Macapá	Macapá
AP	Ind. Madeira e Mobiliário	Macapá	Santana; Macapá;

Tabela 1.3
Amazonas: Principais *Clusters* Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
AM	Televisores e Monitores	Manaus	Manaus
AM	Mandioca	Tefé	Tefé, Alvarães
AM	Turismo	Manaus	Manaus
AM	Pesca Extrativa (Artesanal e Industrial)	Itacoatiara	Itacoatiara
		Manaus	Manacapuru
		Parintins	Parintins
		Purus	Tapauá
AM	Indústria de Material de Transporte	Manaus	Manaus
AM	Guaraná	Parintins	Maués
AM	Indústria de Madeira e Mobiliário	Itacoatiara	Itacoatiara
		Manaus	Manaus

Tabela 1.4
Maranhão: Principais *Clusters* Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
MA	Arroz	Pindaré	Santa Luzia, São João do Caru
MA	Soja	Gerais de Balsas	Balsas, Tasso Fragoso
MA	Pecuária Bovina de Corte	Imperatriz Pindaré	Açailândia, São Francisco do Brejão Santa Luzia, Bom Jardim
MA	Indústria Metalúrgica	Aglomerado Urbano de São Luís	São Luís
MA	Indústria de Madeira e Mobiliário	Imperatriz	Itinga do Maranhão, Imperatriz
		Aglomerado Urbano de São Luís	São Luís
MA	Turismo	Aglomerado Urbano de São Luís	São Luís

Tabela 1.5
Mato Grosso: Principais Clusters Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
MT	Pecuária Bovina de Corte	Norte Araguaia	São José do Xingu, Vila Rica
		Canarana	Água Boa, Canarana
		Jauru	Porto Esperidião
MT	Pecuária Leiteira	Colíder	Colíder, Nova Canãa do Norte
MT	Soja	Jauru	Araputanga, Ji-Paraná
MT	Algodão Herbáceo	Alto Teles Pires	Sorriso, Lucas do Rio Verde
		Parecis	Campo Novo do Parecis, Sapezal
		Rondonópolis	Itiquira, Rondonópolis
MT	Arroz	Primavera do Leste	Campo Verde, Primavera do Leste
MT	Milho	Parecis	Sapezal
MT	Arroz	Alto Teles Pires	Sorriso, Tapurá
MT	Milho	Alto Teles Pires	Lucas do Rio Verde, Sorriso
MT	Ind. Madeira e Mobiliário	Sinop	Sinop, Vera
MT	Ind. Produtos Alimentícios e Bebidas (frigoríficos e processamento de carne bovina)	Cuiabá	Várzea Grande, Cuiabá
		Jauru	Araputanga, São José dos Quatro Marcos
		Tangara da Serra	Nova Olímpia, Tangará da Serra
MT	Turismo	Cuiabá	Cuiabá
		Alto Pantanal	Poconé

Tabela 1.6
Pará: Principais Clusters Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
PA	Ind. Madeira e Mobiliário	Paragominas	Paragominas, Rondon do Pará
		Belém	Belém, Ananindeua
PA	Pecuária Bovina de Corte	São Félix do Xingu	Tucumã
		Redenção	Redenção
		Marabá	Marabá
PA	Pecuária Leiteira	São Félix do Xingu	Tucumã
		Conceição do Araguaia	Conceição do Araguaia
		Redenção	Xinguara, Rio Maria, Redenção
		Marabá	Marabá
PA	Pesca Extrativa	Belém	Belém
		Bragantina	Bragança, Augusto Corrêa
		Santarém	Santarém
		Salgado	Vigia
PA	Mandioca	Paragominas	Dom Eliseu, Rondon do Pará
		Óbidos	Oriximiná, Óbidos
PA	Milho	São Félix do Xingu	São Félix do Xingu, Cumaru do Norte
		Paragominas	Paragominas
PA	Avicultura	Bragantina	Igarapé-Açu, São Francisco do Pará
		Castanhal	Santa Isabel do Pará, Castanhal
PA	Turismo	Belém	Belém
		Arari	Soure, Salvaterra
PA	Açaí e palmito	Cametá	Cametá, Limoeiro do Ajuru
		Furos de Breves	Afuá

Tabela 1.7
Rondônia: Principais Clusters Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
RO	Café	Cacoal	Alta Floresta d'Oeste, Cacoal
RO	Pecuária Bovina de Corte	Ji-Paraná	Ji-Paraná, Jaru
RO	Indústria da Madeira e Mobiliário	Ji-Paraná	Ji-Paraná, Jaru
		Cacoal	Rolim de Moura, Espigão D'Oeste
		Ariquemes	Ariquemes
RO	Cacau	Ji-Paraná	Jaru, Ouro Preto do Oeste
		Ariquemes	Ariquemes, Cacaulândia
RO	Pecuária Leiteira	Ji-Paraná	Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná

Tabela 1.8
Roraima: Principais *Clusters* Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
RR	Arroz	Boa Vista	Pacaraíma, Boa Vista
RR	Pecuária Bovina de Corte	Boa Vista	Alto Alegre, Amajari
RR	Milho	Boa Vista	Alto Alegre, Boa Vista
RR	Indústria da Madeira e Mobiliário	Nordeste de Roraima	Cantá, Bonfim
RR		Boa Vista	Boa Vista

Tabela 1.9
Tocantins: Principais *Clusters* Selecionados

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
TO	Pecuária Bovina de Corte	Araguaína	Araguaína, Santa Fé do Araguaia
TO	Arroz	Rio Formoso	Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão
TO	Abacaxi	Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins
TO	Soja	Porto Nacional	Pedro Afonso

A apresentação dos *clusters* selecionados, em encontros promovidos nos nove Estados que formam a Amazônia Legal, com agentes representativos da sócio-economia regional, teve como finalidade não apenas a validação dos resultados mas também assegurar aos participantes a exposição de suas opiniões quanto à caracterização dos principais *clusters* estaduais selecionados, bem como a possibilidade de inclusão de *clusters* adicionais. Este procedimento se reveste de especial relevância, devido a sua contribuição para refletir adequadamente a dinâmica recente da economia local.

Em decorrência de aspectos operacionais foi deliberado por um processo de consulta a priorização dos *clusters* propostos, limitando o número de atividades a serem objeto de intervenção preferencial para o desenvolvimento de suas potencialidades. Dessa forma, nos Estados do Pará e Mato Grosso, três *clusters* dentre os propostos foram eleitos como prioritários. Nos demais Estados, apenas dois *clusters* foram priorizados. O resultado da consulta direta aos agentes envolvidos no processo decisório é apresentado a seguir:

Tabela 2.1
Acre: *Clusters* Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
AC	Pecuária Bovina de Corte	Rio Branco	Rio Branco
AC		Plácido de Castro	Plácido de Castro
AC	Mandioca	Rio Branco	Porto Acre, Plácido de Castro
AC		Sena Madureira	Sena Madureira, Manoel Urbano
AC		Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves

Tabela 2.2
Amapá: *Clusters* Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregião	Municípios
AP	Ind. Madeira e Mobiliário	Macapá	Santana; Macapá;

Tabela 2.3
Amazonas: Clusters Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
AM	Mandioca	Tefé	Tefé, Alvarães
AM	Pesca Extrativa (Artesanal e Industrial)	Itacoatiara	Itacoatiara
		Manaus	Manacapuru
		Parintins	Parintins
		Purus	Tapauá

Tabela 2.4
Maranhão: Clusters Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
MA	Soja	Gerais de Balsas	Balsas, Tasso Fragoso
MA	Turismo	Aglomeración Urbana de São Luís	São Luís

Tabela 2.5
Mato Grosso: Clusters Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
MT	Pecuária Bovina de Corte	Norte Araguaia	São José do Xingu, Vila Rica
		Canarana	Água Boa, Canarana
		Jauru	Porto Esperidião
		Colíder	Colíder, Nova Canãa do Norte
MT	Pecuária Leiteira	Jauru	Araputanga, Ji-Paraná
MT	Algodão Herbáceo	Rondonópolis	Itiquira, Rondonópolis
		Primavera do Leste	Campo Verde, Primavera do Leste
		Parecis	Sapezal
MT	Ind. Madeira e Mobiliário	Sinop	Sinop, Vera
MT	Turismo	Cuiabá	Cuiabá
		Alto Pantanal	Poconé

Nota: Por deliberação da reunião plenária, os *clusters* da pecuária bovina de corte e da pecuária leiteira foram unificados, pois foram consideradas atividades integradas, representando, portanto, apenas um *cluster*.

Tabela 2.6
Pará: Clusters Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
PA	Pecuária de Corte	São Félix do Xingu	Tucumã
		Redenção	Redenção
		Marabá	Marabá
PA	Turismo	Belém	Belém
		Arari	Soure, Salvaterra;
PA	Açaí e palmito	Cametá	Cametá, Limoeiro do Ajuru;
		Furos de Breves	Afuá

Tabela 2.7
Rondônia: Clusters Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
RO	Pecuária Bovina de Corte	Ji-Paraná	Ji-Paraná, Jaru
RO	Indústria da Madeira e Mobiliário	Ji-Paraná	Ji-Paraná, Jaru
		Cacoal	Rolim de Moura, Espigão D'Oeste
		Ariquemes	Ariquemes

Tabela 2.8
Roraima: Clusters Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
RR	Arroz	Boa Vista	Pacaraíma, Boa Vista
RR	Indústria da Madeira e Mobiliário	Boa Vista	Boa Vista

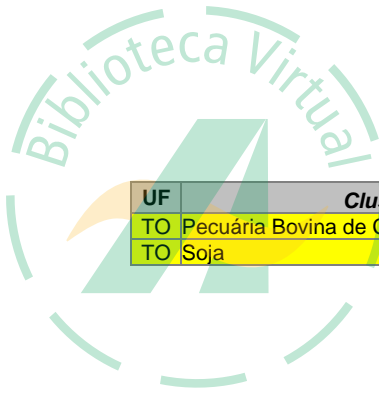


Tabela 2.9
Tocantins: *Clusters* Eleitos Prioritários

UF	Cluster	Microrregiões	Municípios
TO	Pecuária Bovina de Corte	Araguaína	Araguaína, Santa Fé do Araguaia
TO	Soja	Porto Nacional	Pedro Afonso

2 PRINCIPAIS CLUSTERS DO ESTADO DO ACRE

2.1 O Cluster da Mandioca do Estado do Acre

1. Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do Município de Porto Acre

1.1 Perfil Geral do Município de Porto Acre

Porto Acre é considerado município histórico por ter sediado no início do século repartições boliviana (Puerto Alonso) e brasileira (Porto Acre) e ainda por servir de palco para sangrentas batalhas que culminaram com a incorporação do território acreano à nação brasileira. Conforme indica a tabela 1 abaixo, o município foi fundado em 1993 e possui uma área de 2.923 km². Ele está situado a uma distância de 53 km da capital do Estado do Acre (Rio Branco) e a sua população está estimada para o ano de 2001 em 11.679 habitantes, dos quais cerca de 89% vivem na área rural, conforme a tabela 2 a seguir.

Mapa 1
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Porto Acre



Tabela 1
Caracterização Geral do Município de Porto Acre

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Rio Branco
Área (em Km ²)	2.923	Unidades de Conservação	0
Ano de Instalação	1993	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	53	IDH Renda 1991	-
Latitude:	-9,59	IDH 1991	-
Longitude:	-67,53	Razão de Dependência	31%

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas



1.2. Estrutura Demográfica e Social

O município de Porto Acre só foi instalado em 1993 e, portanto, não há dados disponíveis para o ano de 1991. Contudo, com base nos dados do ano 2000 é possível verificar que Porto Acre apresenta algumas características demográficas que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Uma dessas características relaciona-se ao elevado percentual de dependência da sua população (em torno de 31%) dividida da seguinte forma: 27,68% é a população abaixo dos 10 anos e 3,57% é a parte da população com mais de 65 anos, conforme indicado na tabela 2 abaixo.

A mortalidade infantil continua sendo uma variável desfavorável para a microrregião de Rio Branco que, tomada como um todo, possuía elevado índice em 1998 (67,22 óbitos, antes de completar um ano de vida, para cada mil nascidos vivos). Outros indicadores desfavoráveis relacionam-se aos índices de escolaridade da população, a serem comentados mais adiante.

1.3. Disponibilidade de Capital Humano em Porto Acre

Os dados da tabela 2, a seguir, evidenciam outras fragilidades dos indicadores do capital humano no município. Porto Acre registra, para o número *médio de anos de estudo do chefe de domicílio* em 2000, um valor muito baixo (2,39) comparativamente ao que foi registrado para o país (5,27). Além do mais, o município possui uma elevada *taxa de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos de idade* (31%).

Tabela 2
Características da População Residente

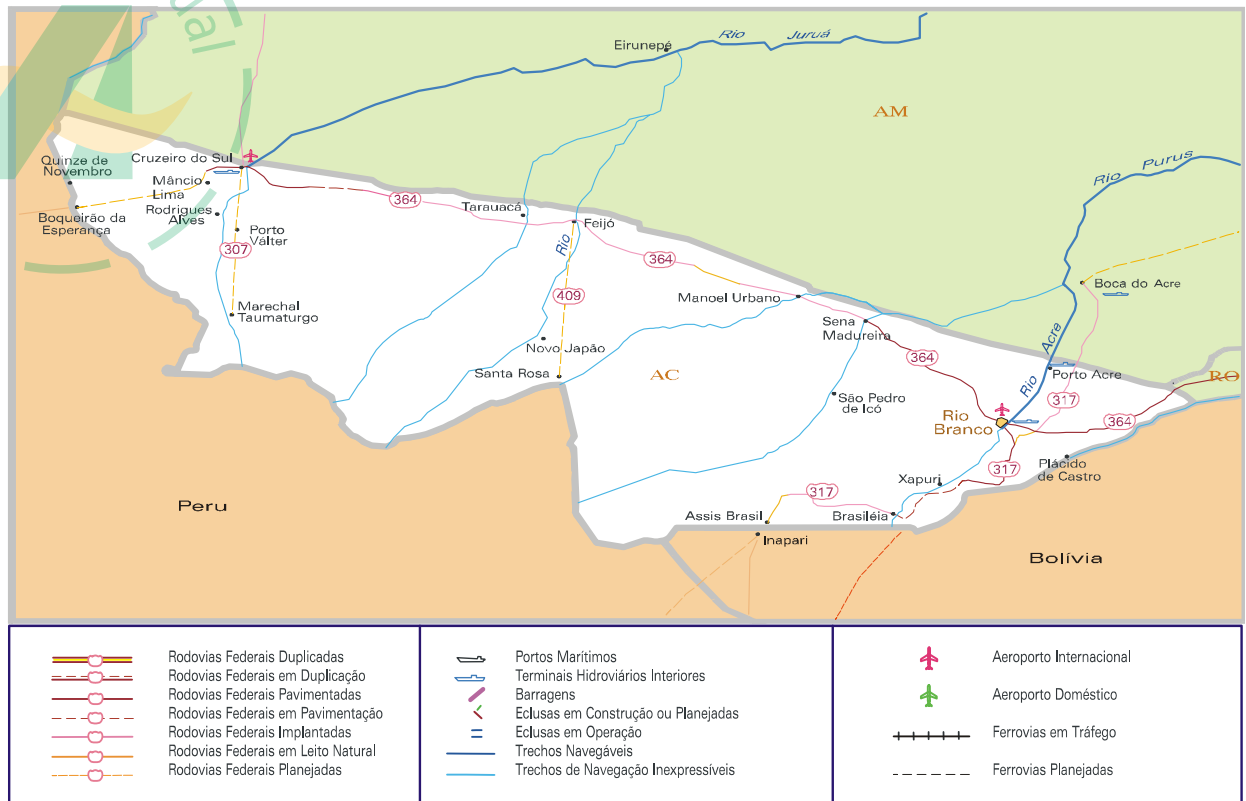
VARIÁVEIS	M. Rio Branco	Porto Acre
População Residente		
. Em 1991	230.400	-
. Em 2001	328.893	11.679
. Variação (1991-2001)	42,75%	-
População Urbana	249.865	1.293
População Rural	68.512	10.125
Taxa Média Anual de Crescimento da População (91-00) (%)		
Taxa de Urbanização		
. Em 1991	77,83	-
. Em 2000	78,48	11,32
. Variação (1991-2000)	0,84%	-
População com mais de 15 anos e analfabeta (%)		
. Em 1991	23,59	-
. Em 2000	16,94	31,42
. Taxa de Variação no período 1991-2000	-28,11%	-
Anos médio de estudo do chefe do domicílio em 2000	4,91	2,39
População abaixo de 10 anos no Total do Município (%)		27,68
População acima de 65 anos no Total do Município (%)		3,57
Mortalidade Infantil		
. Em 1990	75,26	78,88
. Em 1998	67,22	70,75
. Variação (1990-98)	-10,68%	-10,31%

Fonte(s): IBGE, Censos Demográficos – 1991, 2000 e estimativa da população, 2001; Sistema Nacional De Informações Urbanas – 2000; Elaboração BASA/IPEA/ANPEC, baseado nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE; Ministério da Saúde.

1.4. A Infra-Estrutura e Outras Informações Municipais

1.4.1. A Infra-estrutura de Transportes

Mapa 2
Acre: Infra-estrutura de Transportes



Como pode ser verificado no mapa 2, a microrregião de Rio Branco possui uma infra-estrutura de transportes razoável. O sistema rodoviário é composto, principalmente, pela BR-364 e pela BR-317 que atravessam praticamente todo o Estado do Acre, possibilitando desta forma, a ligação também com outras regiões do país. A região é servida também por aeroporto e hidrovia, sendo o aeroporto de Rio Branco um ponto estratégico no sistema de transportes do conjunto de municípios que compõem a microrregião.

1.4.2. Outras Informações Municipais

A tabela 3 abaixo indica que os estabelecimentos rurais predominavam em Porto Acre no ano de 2000, existindo no município, segundo os dados da RAIS, 1.210 estabelecimentos deste setor. Seguiu, em menor escala, os estabelecimentos ligados ao setor de serviços (3) e à construção civil (2). Registrou-se ainda no mesmo ano a existência de um estabelecimento industrial e um estabelecimento comercial. O município não possuía, contudo, agências bancárias. Este perfil caracteriza a economia de Porto Acre como voltada predominantemente para a atividade agropecuária.

Tabela 3
Infra-Estrutura - Município de Porto Acre

Taxa de urbanização (%)	11,32	Estabelecimentos de comércio	1
Agências bancárias	-	Estabelecimentos de serviços	3
Estabelecimentos da indústria	1	Estabelecimentos rurais	1.210
Estabelecimentos da construção civil	2		

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000/RAIS - 2000.

No que se refere à caracterização dos domicílios, torna-se evidente que o município possui uma série de carências, conforme indicado pelos dados da tabela 4 a seguir. O *percentual de domicílios com acesso a água por rede geral* é de apenas 12,87% e o *percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário* é bastante elevado (34,56%). Todavia, o serviço de *coleta de lixo* pode ser considerado como bom, pois alcançava 98,44% dos domicílios do município.

Tabela 4
Caracterização do Domicílio - Município Porto Acre

Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	12,87
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	1,41
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	98,44
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	34,56
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	0,22

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000

1.5. Caracterização Econômica de Porto Acre

1.5.1. A Produção Econômica de Porto Acre

As principais atividades ligadas à pecuária do município de Porto Acre estão colocadas na tabela 5, abaixo. Destaca-se a pecuária bovina com cerca de 73,4 mil cabeças e a avicultura com 96 mil aves e produção de 121 mil dúzias de ovos. Estas atividades podem ser consideradas de médio porte.

Tabela 5
Produto Animal e Efetivo dos Rebanhos - Município de Porto Acre

Produto Animal		Efetivo dos Rebanhos	
Leite (Mil litros)	5.091	Bovino	73.348
Mel de Abelha (Kg)	0	Bubalino	126
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	121	Ovino	1.600
		Caprino	416
		Aves	96.000

Fonte: IBGE, PPM-2000.

As condições edafo-climáticas favoráveis do município de Porto Acre têm possibilitado a exploração de diversas culturas, destacando-se, em valor da produção, mandioca, milho, mamão e arroz, conforme evidenciam os dados da tabela 6 abaixo. A mandioca é o principal produto agrícola do município.

Tabela 6
Principais Produtos Vegetais (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura)
Município de Porto Acre

Principais Produtos:	Área ¹	Produção	Rendimento ¹	Valor da Prod ¹
Mandioca (Tonelada)	1700	30600	18	6824
Milho (em grão) (Tonelada)	2825	5650	2	1288
Mamão (Mil frutos)	105	7875	7875	1260
Arroz (em casca) (Tonelada)	2852	4278	2	1112
Madeira em tora (Metro cúbico)	n.e.	5650	n.e.	814

Fonte: IBGE - PAM, 2000.

¹Área em hectare, rendimento por hectare e valor da produção em mil R\$.

n.e.: não existe

1.5.2. A Estrutura do Emprego do Município de Porto Acre

Em relação ao emprego formal, conforme indicado na tabela 7 a seguir, o setor de serviços detém a maior parcela de emprego, representando aproximadamente 82% do total de empregos no Município de Porto Acre. O setor da indústria vem, em menor escala, na posição seguinte com cerca de 12% dos empregos e a agropecuária, apesar do maior número de estabelecimentos rurais, só detinha 5,56% dos empregos formais no município. Os dados do IBGE não registraram, contudo, empregos formais no setor do comércio no ano de 2000.

Tabela 7
Distribuição do Emprego Formal
Município de Porto Acre

Emprego por Grande Setor (2000)		
Setores	Absoluto	Relativo
Indústria	20	12,35%
Comércio	0	0%
Serviços	133	82,10%
Agropecuária	9	5,56%

Fonte : IBGE/RAIS

Quando se desagrega um pouco mais os dados, como na tabela 8 abaixo, verifica-se que em número de empregos, a atividade *administração do estado e da política econômica e social* é a que mais gera empregos formais no município. Esta característica é relevante, pois indica que o setor público é o maior empregador de Porto Acre evidenciando uma relativa dependência da economia do município face às atividades Estado.

Tabela 8
Principais Atividades Segundo o Nível de Emprego
Município de Porto Acre

Atividade	Emprego	Estabelecimento
Administração do estado e da política econômica e social	131	2
Laticínios	20	1
Pecuária	9	3
Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário	2	1

Fonte: IBGE/RAIS - 2000.

1.5.3. O PIB Municipal de Porto Acre

Do ponto de vista da distribuição setorial do PIB, o setor agropecuário apresenta-se como o de maior participação relativa, tendo garantido em 1996 a parcela de 81,4% do PIB do município (tabela 9). O setor de serviços detinha a segunda maior participação com cerca de 16% do PIB e finalmente, tanto a indústria como o comércio detinham parcelas meramente residuais no PIB de Porto Acre (1,5% e 1%, respectivamente).

Tabela 9
Setores Econômicos: Estrutura do PIB
Município de Porto Acre

Composição Setorial do PIB (1996)	
Indústria (%)	1,5
Comércio (%)	1
Serviços (%)	16,1
Agropecuária (%)	81,4

Fonte : IBGE/RAIS

O desempenho econômico desfavorável de Porto Acre fica evidenciado nos dados apresentados pelo município em período recente e exibidos na tabela 10. O município possuía, a preços correntes de 1998, um PIB absoluto de aproximadamente US\$ 13,5 milhões em 1998 contra US\$ 13,95 milhões em 1996, significando uma redução de 3,26% no período. Todavia, se formos levar em conta o PIB per capita nota-se uma pequena elevação do seu valor no período de 1996-1998. Em 1996 ele era de US\$ 1.675,47 e passou para US\$ 1.698,83 em 1998 representando um aumento de 1,39%. Vale ressaltar que este valor é bem inferior ao PIB per capita do Estado do Acre que se encontra na faixa de US\$ 3.481.

Tabela 10
PIB e PIB per capita

VARIÁVEIS	M. Rio Branco	Porto Acre
PIB		
. Em 1996 (em US\$ 1.000 de 1998)	1.437.168,00	13.950,00
. Em 1998 (em US\$ 1.000 de 1998)	1.545.672,89	13.495,54
. Variação (1996-1998)	7,55%	-3,26%
PIB per capita		
. Em 1996 (em US\$ 1,00 de 1998)	5.190,66	1.675,47
. Em 1998 (em US\$ 1,00 de 1998)	5.178,60	1.698,83
. Variação (1996-1998)	-0,23%	1,39%

Fonte(s): IPEA.

Como indica a tabela 11 abaixo, as atividades econômicas existentes no município de Porto Acre geraram em 2000 uma renda disponível em torno de R\$ 7,5 milhões, uma massa salarial de aproximadamente R\$ 6,0 milhões. As empresas atingiram uma receita agregada de R\$ 1,07 milhões e o PIB per capita foi de US\$ 1.698 em valores de 1998. Estes dados evidenciam que o município de Porto Acre possui um mercado consumidor bastante reduzido.



Tabela 11
Renda Pessoal, Receita Municipal e PIB Per Capita
Município de Porto Acre

Renda Disponível (R\$)	7.473.202,66
Massa Salarial (R\$)	6.015.340,98
Receita Agregada das Empresas (R\$)	1.074.298,75
Receita Municipal (R\$)	-
PIB Per Capita (US\$ 98)	1.698,83

Fonte: STN, Banco Central, Elaboração BASA/IPEA/ANPEC.

Os dados relativos à distribuição de renda, conforme mostra a tabela 12, evidenciam que o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio é baixo, situando-se na faixa de R\$ 320 mensais e a renda disponível per capita é de R\$ 654,51, ficando ambos, bem abaixo da média do Estado do Acre que é de R\$ 526,36 e R\$ 2.074,40 respectivamente. Ainda, aproximadamente 63% da população moram em residências cujo *chefe de domicílio* possui uma renda na faixa de um a cinco salários mínimos e cerca de 5% em residências cujo *chefe de domicílio* recebe mais de cinco salários mínimos. Estes dados permitem inferir que o poder de consumo existente no município de Porto Acre possui baixo potencial para estimular o desenvolvimento de outras atividades não necessariamente ligadas ao complexo da mandioca.

Tabela 12
Distribuição de renda - Município de Porto Acre

Rendimento Médio dos chefes de domicílio (R\$ mensal)	320,83
Renda disponível per capita (R\$ anual)	654,51
Índice de Gini para os rendimentos dos chefes de domicílio	0,46
Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa de renda do chefe de domicílio:	
Sem rendimentos (%)	23,23
Inferior a 1 SM (%)	8,75
01 e 05 SM (%)	62,80
05 e 10 SM (%)	4,05
10 e 15 SM (%)	0,59
Maior que 15 SM (%)	0,59

Fonte: IBGE, Censo 2000.

2. Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do Município de Plácido de Castro

2.1 Perfil Geral do Município de Plácido de Castro

O município de Plácido de Castro, conforme indica a tabela 13 abaixo, foi fundado em 1976 e possui uma área de 2.056 km². Ele está situado a uma distância de 79 km da capital do Estado do Acre (Rio Branco) e a sua população está estimada para o ano de 2001 em 15.502 habitantes, dos quais cerca de 54% vivem na área rural, registrando uma taxa de variação de urbanização, entre 1991 e 2000 de 64,96%, conforme a tabela 14 a seguir.

Mapa 3
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Plácido de Castro



Tabela 13
Caracterização Geral do Município de Plácido de Castro

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Rio Branco
Área (em Km ²)	2.056	Unidades de Conservação	2
Ano de Instalação	1976	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	79	IDH Renda 1991	0,322
Latitude:	-10,33	IDH 1991	0,447
Longitude:	-67,18	Razão de Dependência	30%

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

2.2. Estrutura Demográfica e Social

O município de Plácido de Castro apresenta algumas características demográficas que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Nota-se primeiramente que a população caiu 0,21% entre 1991 e 2000 e que o percentual de dependência da sua população (em torno de 30%) é bastante alto, estando dividido da seguinte forma: 26,69% é a população abaixo dos 10 anos e 3,97% é a parte da população com mais de 65 anos, conforme indicado na tabela 14 abaixo.

A mortalidade infantil continua sendo também uma variável desfavorável para o município de Plácido de Castro que possuía um elevado índice em 1998 (70,75 óbitos, antes de completar um ano de vida, para cada mil nascidos vivos). Outros indicadores desfavoráveis relacionam-se aos índices de escolaridade da população, a serem comentados mais adiante. De forma geral, as características econômicas, sociais e demográficas determinaram um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município, tendo Plácido de Castro alcançado um valor para o IDH de 0,447 em 1991 conforme consta na tabela 13, bem menor que o do país, 0,742. Este índice indica ainda, em termos absolutos, um baixo grau de desenvolvimento do município.

2.3. Disponibilidade de Capital Humano em Plácido de Castro

Os dados da tabela 14, a seguir, evidenciam outras fragilidades dos indicadores do capital humano no município. Plácido de Castro registra, para o número *médio de anos de estudo do chefe de domicílio* em 2000, um valor muito baixo (3,05) comparativamente ao que foi registrado para o país (5,27). Além do mais, o município possui uma elevada *taxa de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos de idade* (25%). Registre-se, todavia, que o município obteve uma sensível melhora neste indicador no período de 1991 e 2000. Em 1991 o analfabetismo alcançava a taxa de 37% no mesmo grupo de pessoas, significando uma redução de 12 pontos percentuais no contingente de pessoas analfabetas no município.

Tabela 14
Características da População Residente

VARIÁVEIS	M. Rio Branco	Plácido de Castro
População Residente		
. Em 1991	230.400	15.535
. Em 2001	328.893	15.502
. Variação (1991-2001)	42,75%	-0,21%
População Urbana	249.865	6.979
População Rural	68.512	8.193
Taxa Média Anual de Crescimento da População (91-00) (%)		0,24
Taxa de Urbanização		
. Em 1991	77,83	27,89
. Em 2000	78,48	46
. Variação (1991-2000)	0,84%	64,96%
População com mais de 15 anos e analfabeta (%)		
. Em 1991	23,59	37
. Em 2000	16,94	25
. Taxa de Variação no período 1991-2000	-28,11%	-32,95%
Anos médio de estudo do chefe do domicílio em 2000	4,91	3,05
População abaixo de 10 anos no Total do Município (%)		26,69
População acima de 65 anos no Total do Município (%)		3,97
Mortalidade Infantil		
. Em 1990	75,26	78,88
. Em 1998	67,22	70,75
. Variação (1990-98)	-10,68%	-10,31%

Fonte(s): IBGE, Censos Demográficos – 1991, 2000 e estimativa da população, 2001; Sistema Nacional De Informações Urbanas – 2000; Elaboração BASA/IPEA/ANPEC, baseado nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE; Ministério da Saúde.

2.4. A Infra-Estrutura e Outras Informações Municipais

2.4.1. A Infra-estrutura de Transportes

Como pode ser verificado no mapa 2 da seção 1.4.1, a microrregião de Rio Branco possui uma infra-estrutura de transportes razoável. O sistema rodoviário é composto, principalmente, pela BR-364 e pela BR-317 que atravessam praticamente todo o Estado do Acre, possibilitando desta forma, a ligação também com outras regiões do país. A região é servida também por aeroporto e hidrovias, sendo o aeroporto de Rio Branco um ponto estratégico no sistema de transportes do conjunto de municípios que compõem a microrregião.

2.4.2. Outras Informações Municipais

A tabela 15 abaixo indica que os estabelecimentos rurais predominavam em Plácido de Castro no ano de 2000, existindo no município, segundo os dados da RAIS, 1.203 estabelecimentos deste setor. Seguiu, em menor escala, os estabelecimentos ligados ao comércio (14) e ao setor de serviços (5). Registrou-se ainda no mesmo ano a existência de quatro estabelecimentos industriais e um estabelecimento ligado à construção civil. O município não possuía, contudo, agências bancárias. Este perfil caracteriza a economia de Plácido de Castro como voltada predominantemente para a atividade agropecuária.

Tabela 15
Infra-Estrutura
Município de Plácido de Castro

Taxa de urbanização (%)	46,00	Estabelecimentos de comércio	14
Agências bancárias	-	Estabelecimentos de serviços	5
Estabelecimentos da indústria	4	Estabelecimentos rurais	1.203
Estabelecimentos da construção civil	1		

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000/RAIS - 2000.

No que se refere à caracterização dos domicílios, torna-se evidente que o município possui uma série de carências, conforme indicado pelos dados da tabela 16 a seguir. O *percentual de domicílios com acesso a água por rede geral* é de apenas 12,73% e o *percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário* é também elevado (25,38%). Todavia, o serviço de *coleta de lixo* pode ser considerado como bom, pois alcançava 97,60% dos domicílios do município.

Tabela 16
Caracterização do Domicílio
Município Plácido de Castro

Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	12,73
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	1,71
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	97,60
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	25,38
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	1,48

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000



2.5. Caracterização Econômica de Plácido de Castro

2.5.1. A Produção Econômica de Plácido de Castro

As principais atividades ligadas à pecuária do município de Plácido de Castro estão colocadas na tabela 17, abaixo. Destaca-se a pecuária bovina com cerca de 90,4 mil cabeças e a avicultura com 71,05 mil aves e produção de 125 mil dúzias de ovos. Estas atividades podem ser consideradas de médio porte.

Tabela 17
Produto Animal e Efetivo dos Rebanhos
Município de Plácido de Castro

Produto Animal:		Efetivo dos Rebanhos:	
Leite (Mil litros)	6.105	Bovino	90.451
Mel de Abelha (Kg)	0	Bubalino	0
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	125	Ovino	2.360
		Caprino	250
		Aves	71.050

Fonte: IBGE, PPM-2000.

As condições edafo-climáticas favoráveis do município de Plácido de Castro têm possibilitado a exploração de diversas culturas, destacando-se, em valor da produção, mandioca, milho, banana e feijão, conforme evidenciam os dados da tabela 18 abaixo. A mandioca é o principal produto agrícola do município.

Tabela 18
Principais Produtos Vegetais (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura)
Município de Plácido de Castro

Principais Produtos:	Área ¹	Produção	Rendimento ¹	Valor da Prod ¹
Mandioca (Tonelada)	1200	18000	15	5400
Banana (Mil cachos)	1300	1430	1430	3575
Madeira em tora (Metro cúbico)	n.e.	20500	n.e.	615
Milho (em grão) (Tonelada)	1200	2160	2	443
Feijão (em grão) (Tonelada)	600	1430	1	344

Fonte: IBGE - PAM, 2000.

¹Área em hectare, rendimento por hectare e valor da produção em mil R\$.

n.e.: não existe

2.5.2. A Estrutura do Emprego do Município de Plácido de Castro

Em relação ao emprego formal, conforme indicado na tabela 19 a seguir, o setor de serviços detém a maior parcela de emprego, representando aproximadamente 76% do total de empregos no município de Plácido de Castro. O setor do comércio vem, em menor escala, na posição seguinte com cerca de 15% dos empregos e a agropecuária, apesar do maior número de estabelecimentos rurais, detinha somente 4,66% dos empregos formais no município. Por fim, os dados do IBGE indicam que o setor industrial é o responsável por 3,89% dos empregos formais no ano de 2000.

Tabela 19
Distribuição do Emprego Formal
Município de Plácido de Castro
Emprego por Grande Setor (2000)

Setores	Absoluto	Relativo
Indústria	15	3,89%
Comércio	58	15,03%
Serviços	295	76,42%
Agropecuária	18	4,66%

Fonte : IBGE/RAIS

Quando se desagrega um pouco mais os dados, conforme a tabela 20 abaixo, verifica-se que em número de empregos, a atividade *administração do estado e da política econômica e social* é a que mais gera empregos formais no município. Esta característica é relevante, pois indica que o setor público é o maior empregador de Plácido de Castro evidenciando uma relativa dependência da economia do município face às atividades Estado.

Tabela 20
Principais Atividades Segundo o Nível de Emprego
Município de Plácido de Castro

Atividade	Emprego	Estabelecimento
Administração do estado e da política econômica e social	290	2
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas	30	6
Pecuária	13	9
Comércio varejista de outros produtos novos, em lojas especializadas	9	3
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	7	2

Fonte: IBGE/RAIS - 2000.

2.5.3. O PIB Municipal de Plácido de Castro

Do ponto de vista da distribuição setorial do PIB, o setor de serviços apresenta-se como o de maior participação relativa, tendo garantido em 1996 a parcela de 50,6% do PIB do município (tabela 21). O setor agropecuário detinha a segunda maior participação com cerca de 40,5% do PIB e finalmente, tanto a indústria como o comércio detinham parcelas menores do PIB de Plácido de Castro (6,1% e 2,8%, respectivamente).

Tabela 21
Setores Econômicos: Estrutura do PIB
Município de Plácido de Castro

Composição Setorial do PIB (1996)	
Indústria (%)	6,1
Comércio (%)	2,8
Serviços (%)	50,6
Agropecuária (%)	40,5

Fonte : IBGE/RAIS

O desempenho econômico favorável de Plácido de Castro fica evidenciado nos dados apresentados pelo município em período recente e exibidos na tabela 22. O município possuía, a preços correntes de 1998, um PIB absoluto de aproximadamente US\$ 22,3 milhões em 1998 contra US\$ 16,06 milhões em 1996, significando um aumento de 38,72% no período. Se levarmos em conta o PIB per capita nota-se também uma elevação do seu valor no período de 1996-1998. Em 1996 ele era de US\$ 1.326,92, passando para US\$ 1.860,77 em 1998 representando desta forma num aumento de 40,23%. Vale ressaltar, contudo, que este valor é bem inferior ao PIB per capita do Estado do Acre que se encontra na faixa de US\$ 3.481.

Tabela 22
PIB e PIB per capita

VARIÁVEIS	M. Rio Branco	Plácido de Castro
PIB		
. Em 1996 (em US\$ 1.000 de 1998)	1.437.168,00	16.057,00
. Em 1998 (em US\$ 1.000 de 1998)	1.545.672,89	22.275,26
. Variação (1996-1998)	7,55%	38,73%
PIB per capita		
. Em 1996 (em US\$ 1,00 de 1998)	5.190,66	1.326,92
. Em 1998 (em US\$ 1,00 de 1998)	5.178,60	1.860,77
. Variação (1996-1998)	-0,23%	40,23%

Fonte(s): IPEA.

Como indica a tabela 23 abaixo, as atividades econômicas existentes no município de Plácido de Castro geraram em 2000 uma renda disponível em torno de R\$ 24,2 milhões e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 16,06 milhões. As empresas atingiram ainda uma receita agregada de R\$ 1,64 milhões e o PIB per capita foi de US\$ 1.860 em valores de 1998. Estes dados evidenciam que o município Plácido de Castro possui um mercado consumidor reduzido.

Tabela 23
Renda Pessoal, Receita Municipal e PIB Per Capita
Município de Plácido de Castro

Renda Disponível (R\$)	24.224.486,73
Massa Salarial (R\$)	16.057.424,60
Receita Agregada das Empresas (R\$)	1.641.578,71
Receita Municipal (R\$)	-
PIB Per Capita (US\$ 98)	1.860,77

Fonte: STN, Banco Central, Elaboração BASA/IPEA/ANPEC.

Os dados relativos à distribuição de renda, conforme mostra a tabela 24, evidenciam que o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio é baixo, situando-se na faixa de R\$ 350 mensais e a renda disponível per capita é de R\$ 1.596,66, ficando ambos, abaixo da média do Estado do Acre que é de R\$ 526,36 e R\$ 2.074,40 respectivamente. Ainda, aproximadamente 68% da população moram em residências cujo *chefe de domicílio* possui uma renda na faixa de um a cinco salários mínimos e cerca de 8% em residências cujo *chefe de domicílio* recebe mais de cinco salários mínimos. Estes dados permitem inferir que o poder de consumo existente no município de Plácido de Castro possui baixo potencial para estimular o



desenvolvimento de outras atividades não necessariamente ligadas ao complexo da mandioca.

Tabela 24
Distribuição de Renda
Município de Plácido de Castro

Rendimento Médio dos chefes de domicílio (R\$ mensal)	348,01
Renda disponível per capita (R\$ anual)	1.596,66
Índice de Gini para os rendimentos dos chefes de domicílio	0,49
Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa de renda do chefe de domicílio:	
Sem rendimentos (%)	9,44
Inferior a 1 SM (%)	14,09
01 e 05 SM (%)	68,48
05 e 10 SM (%)	6,18
10 e 15 SM (%)	0,94
Maior que 15 SM (%)	0,87

Fonte: IBGE, Censo 2000.

3. Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do Município de Sena Madureira

3.1 Perfil Geral do Município de Sena Madureira

O município de Sena Madureira, conforme indica a tabela 25 abaixo, foi fundado em 1904 e possui uma área total de 25.297 km². Ele está situado a uma distância de 137 km da capital do Estado do Acre (Rio Branco) e a sua população está estimada para o ano de 2001 em 30.052 habitantes, dos quais cerca de 55% vivem na área urbana, registrando uma taxa de variação de urbanização, entre 1991 e 2000 de 28,14%, conforme a tabela 26 a seguir.

Mapa 4
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Sena Madureira

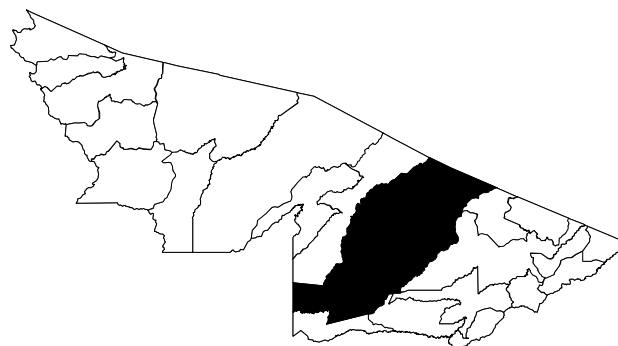


Tabela 25
Caracterização Geral do Município
Município de Sena Madureira

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Sena Madureira
Área (em Km ²)	25.297	Unidades de Conservação	5
Ano de Instalação	1904	Áreas Indígenas	4
Distância à capital (Km)	137	IDH Renda 1991	0,344
Latitude:	-9,06	IDH 1991	0,445
Longitude:	-68,65	Razão de Dependência	33%

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

3.2. Estrutura Demográfica e Social

O município de Sena Madureira apresenta algumas características demográficas que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Nota-se primeiramente que a população cresceu a uma taxa média anual de 1,97% entre 1991 e 2000 e que o percentual de dependência da sua população (em torno de 33%) é bastante alto, estando dividido da seguinte forma: 29,29% é a população abaixo dos 10 anos e 4,10% é a parte da população com mais de 65 anos, conforme indicado na tabela 26 abaixo.

A mortalidade infantil continua sendo também uma variável desfavorável para o município de Sena Madureira que possuía um elevado índice em 1998 (63,05 óbitos, antes de completar um ano de vida, para cada mil nascidos vivos). Outros indicadores desfavoráveis relacionam-se aos índices de escolaridade da população, a serem comentados mais adiante. De forma geral, as características econômicas, sociais e demográficas determinaram um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município, tendo Sena Madureira alcançado um valor para o IDH de 0,445 em 1991 conforme consta na tabela 25, bem menor que o do Brasil, de 0,742. Este índice indica ainda, em termos absolutos, um baixo grau de desenvolvimento do município.

3.3. Disponibilidade de Capital Humano em Sena Madureira

Os dados da tabela 26, a seguir, evidenciam outras fragilidades dos indicadores do capital humano no município. Sena Madureira registra, para o número *médio de anos de estudo do chefe de domicílio* em 2000, um valor muito baixo (2,77) comparativamente ao que foi registrado para o país (5,27). Além do mais, o município possui uma elevada *taxa de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos de idade* (34%). Registre-se, todavia, que o município obteve uma sensível melhora neste indicador no período de 1991 e 2000. Em 1991 o analfabetismo alcançava a taxa de 52% no mesmo grupo de pessoas, significando uma redução de 18 pontos percentuais no contingente de pessoas analfabetas no município.

Tabela 26
Características da População Residente

VARIÁVEIS	M. Sena Madureira	Sena Madureira
População Residente		
. Em 1991	29.524	24.197
. Em 2001	39.073	30.052
. Variação (1991-2001)	32,34%	24,20%
População Urbana	19.954	16.155
População Rural	18.086	13.265
Taxa Média Anual de Crescimento da População (91-00) (%)		1,97
Taxa de Urbanização		
. Em 1991	43,40	42,85
. Em 2000	52,45	54,91
. Variação (1991-2000)	20,85%	28,14%
População com mais de 15 anos e analfabeta (%)		
. Em 1991	54,44	52
. Em 2000	37,21	34
. Taxa de Variação no período 1991-2000	-31,64%	-33,78%
Anos médio de estudo do chefe do domicílio em 2000	2,56	2,77
População abaixo de 10 anos no Total do Município (%)		29,29
População acima de 65 anos no Total do Município (%)		4,10
Mortalidade Infantil		
. Em 1990	66,41	66,41
. Em 1998	63,05	63,05
. Variação (1990-98)	-5,06%	-5,06%

Fonte(s): IBGE, Censos demográficos - 1991, 2000 e estimativa da população, 2001; Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000; Elaboração BASA/IPEA/ANPEC, baseado nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE; Ministério da Saúde.

3.4. A Infra-Estrutura e Outras Informações Municipais

3.4.1. A Infra-estrutura de Transportes

Como pode ser verificado no mapa 2 da seção 1.4.1, a microrregião de Sena Madureira possui uma infra-estrutura de transportes concentrada principalmente no transporte rodoviário. O sistema rodoviário da região é composto pela BR-364 que atravessa praticamente todo o Estado do Acre, possibilitando desta forma, a ligação também com outras regiões do país. Não há hidrovias na microrregião e o aeroporto mais próximo é o da capital Rio Branco.

3.4.2. Outras Informações Municipais

A tabela 27 abaixo indica que os estabelecimentos rurais predominavam em Sena Madureira no ano de 2000, existindo no município, segundo os dados da RAIS, 1.688 estabelecimentos deste setor. Seguiu, em menor escala, os estabelecimentos ligados ao comércio (57), ao setor de serviços (16) e à indústria (16). Registrou-se ainda no mesmo ano a existência de quatro estabelecimentos ligados à construção civil. O município possuía também duas agências bancárias. Este perfil caracteriza a economia de Sena Madureira como voltada predominantemente para a atividade agropecuária.

Tabela 27
Infra-Estrutura
Município de Sena Madureira

Taxa de urbanização (%)	54,91	Estabelecimentos de comércio	57
Agências bancárias	2	Estabelecimentos de serviços	16
Estabelecimentos da indústria	16	Estabelecimentos rurais	1.688
Estabelecimentos da construção civil	4		

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000/RAIS - 2000.

No que se refere à caracterização dos domicílios, torna-se evidente que o município possui uma série de carências, conforme indicado pelos dados da tabela 28 a seguir. O *percentual de domicílios com acesso a água por rede geral* é de apenas 29,51% e o *percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário* é também elevado (39,13%). Já o serviço de *coleta de lixo*, apesar de alcançar um percentual maior da população (65,09% dos domicílios), pode ser considerado ainda como deficiente.

Tabela 28
Caracterização do Domicílio
Município Sena Madureira

Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	29,51
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	0,20
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	65,09
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	39,13
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	1,22

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000

3.5. Caracterização Econômica de Sena Madureira

3.5.1. A Produção Econômica de Sena Madureira

As principais atividades ligadas à pecuária do município de Sena Madureira estão colocadas na tabela 29, abaixo. Destaca-se a pecuária bovina com cerca de 80,3 mil cabeças e a avicultura com 132,6 mil aves e produção de 75 mil dúzias de ovos. Estas atividades podem ser consideradas, portanto, de médio porte.

Tabela 29
Produto Animal e Efetivo dos Rebanhos
Município de Sena Madureira

Produto Animal:		Efetivo dos Rebanhos:	
Leite (Mil litros)	3.124	Bovino	80.286
Mel de Abelha (Kg)	0	Bubalino	0
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	75	Ovino	6.610
		Caprino	1.437
		Aves	132.620

Fonte: IBGE, PPM-2000.

As condições edafo-climáticas favoráveis do município de Sena Madureira têm possibilitado a exploração de diversas culturas, destacando-se, em valor da produção, mandioca, milho, castanha-do-pará e arroz, conforme evidenciam os dados da tabela 30 abaixo. A mandioca é o principal produto agrícola do município.

Tabela 30
Principais Produtos Vegetais (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura)
Município de Sena Madureira

Principais Produtos:	Área ¹	Produção	Rendimento ¹	Valor da Prod ¹
Mandioca (Tonelada)	3060	61200	20	18360
Milho (em grão) (Tonelada)	4638	9972	2	2074
Castanha-do-Pará (Tonelada)	n.e.	3907	n.e.	1367
Arroz (em casca) (Tonelada)	3274	4911	2	1326
Madeira em tora (Metro cúbico)	n.e.	9972	n.e.	774

Fonte: IBGE - PAM, 2000.

¹Área em hectare, rendimento por hectare e valor da produção em mil R\$.

n.e.: não existe

3.5.2. A Estrutura do Emprego do Município de Sena Madureira

Em relação ao emprego formal, conforme indicado na tabela 31 a seguir, o setor de serviços detém a maior parcela de emprego, representando aproximadamente 62% do total de empregos no município de Sena Madureira. O setor do comércio vem, em menor escala, na posição seguinte com cerca de 21% dos empregos e a indústria logo após com 10,88% dos empregos formais no município. Por fim, os dados do IBGE indicam que o setor agropecuário, apesar do maior número de estabelecimentos rurais, é o responsável por somente 6,49% dos empregos formais no ano de 2000.

Tabela 31
Distribuição do Emprego Formal
Município de Sena Madureira

Emprego por Grande Setor (2000)		
Setores	Absoluto	Relativo
Indústria	62	10,88%
Comércio	119	20,88%
Serviços	352	61,75%
Agropecuária	37	6,49%

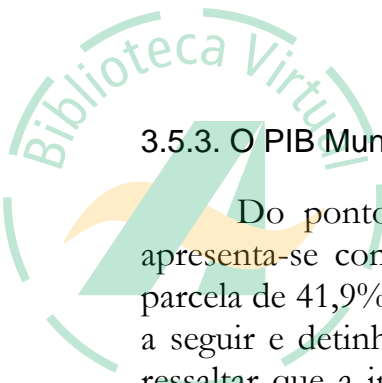
Fonte : IBGE/RAIS

Quando se desagrega um pouco mais os dados, conforme a tabela 32 abaixo, verifica-se que em número de empregos, a atividade *administração do estado e da política econômica e social* é a que mais gera empregos formais no município. Esta característica é relevante, pois indica que o setor público é o maior empregador de Sena Madureira evidenciando uma relativa dependência da economia do município face às atividades Estado.

Tabela 32
Principais Atividades Segundo o Nível de Emprego
Município de Sena Madureira

Atividade	Emprego	Estabelecimento
Administração do estado e da política econômica e social	310	2
Comércio varejista de outros produtos novos, em lojas especializadas	57	17
Pecuária	33	18
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	26	4
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	21	9

Fonte: IBGE/RAIS - 2000.



3.5.3. O PIB Municipal de Sena Madureira

Do ponto de vista da distribuição setorial do PIB, o setor de serviços apresenta-se como o de maior participação relativa, tendo garantido em 1996 a parcela de 41,9% do PIB do município (tabela 33). O setor agropecuário vinha logo a seguir e detinha a segunda maior participação com cerca de 36% do PIB. Vale ressaltar que a indústria detinha uma parcela razoável do PIB de Sena Madureira (17,2%) e, por fim, que o comércio possuía uma parcela reduzida do PIB (somente 5%) em 1996.

Tabela 33
Setores Econômicos: Estrutura do PIB
Município de Sena Madureira

Composição Setorial do PIB (1996)	
Indústria (%)	17,2
Comércio (%)	5
Serviços (%)	41,9
Agropecuária (%)	35,9

Fonte : IBGE/RAIS

O desempenho econômico favorável de Sena Madureira fica evidenciado nos dados apresentados pelo município em período recente e exibidos na tabela 34. O município possuía, a preços correntes de 1998, um PIB absoluto de aproximadamente US\$ 34,5 milhões em 1998 contra US\$ 23,7 milhões em 1996, significando um aumento de 45,37% no período. Se levarmos em conta o PIB per capita nota-se também uma elevação do seu valor no período de 1996-1998. Em 1996 ele era de US\$ 1.018,09, passando para US\$ 1.512,76 em 1998 representando desta forma num aumento de 48,59%. Vale ressaltar, contudo, que este valor é bem inferior ao PIB per capita do Estado do Acre que se encontra na faixa de US\$ 3.481.

Tabela 34
PIB e PIB per capita

VARIÁVEIS	M. Sena Madureira	Sena Madureira
PIB		
. Em 1996 (em US\$ 1.000 de 1998)	35.807,00	23.752,00
. Em 1998 (em US\$ 1.000 de 1998)	45.778,72	34.528,78
. Variação (1996-1998)	27,85%	45,37%
PIB per capita		
. Em 1996 (em US\$ 1,00 de 1998)	1.174,65	1.018,09
. Em 1998 (em US\$ 1,00 de 1998)	1.497,90	1.512,76
. Variação (1996-1998)	27,52%	48,59%

Fonte: IPEA

Como indica a tabela 35 abaixo, as atividades econômicas existentes no município de Sena Madureira geraram em 2000 uma renda disponível em torno de R\$ 41,08 milhões e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 27,35 milhões. As empresas atingiram ainda uma receita agregada de R\$ 3,84 milhões e o PIB per capita foi de US\$ 1.512 em valores de 1998. Estes dados evidenciam que o



município Sena Madureira possui um mercado consumidor de tamanho médio se for considerado os padrões regionais.

Tabela 35
Renda Pessoal, Receita Municipal e PIB Per Capita
Município de Sena Madureira

Renda Disponível (R\$)	41.080.257,26
Massa Salarial (R\$)	27.350.949,59
Receita Agregada das Empresas (R\$)	3.845.383,70
Receita Municipal (R\$)	-
PIB Per Capita (US\$ 98)	1.512,76

Fonte: STN, Banco Central, Elaboração BASA/IPEA/ANPEC.

Os dados relativos à distribuição de renda, conforme mostra a tabela 36, evidenciam que o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio é baixo, situando-se na faixa de R\$ 365 mensais e a renda disponível per capita é de R\$ 1.396,34, ficando ambos, bem abaixo da média do Estado do Acre que é de R\$ 526,36 e R\$ 2.074,40 respectivamente. Ainda, aproximadamente 62% da população moram em residências cujo *chefe de domicílio* possui uma renda na faixa de um a cinco salários mínimos e cerca de 7% em residências cujo *chefe de domicílio* recebe mais de cinco salários mínimos. Estes dados permitem inferir que o poder de consumo existente no município de Sena Madureira possui baixo potencial para estimular o desenvolvimento de outras atividades não necessariamente ligadas ao complexo da mandioca.

Tabela 36
Distribuição de renda
Município de Sena Madureira

Rendimento Médio dos chefes de domicílio (R\$ mensal)	364,52
Renda disponível per capita (R\$ anual)	1.396,34
Índice de Gini para os rendimentos dos chefes de domicílio	0,53
Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa de renda do chefe de domicílio:	
Sem rendimentos (%)	15,83
Inferior a 1 SM (%)	15,04
01 e 05 SM (%)	61,67
05 e 10 SM (%)	5,14
10 e 15 SM (%)	0,93
Maior que 15 SM (%)	1,38

Fonte: IBGE, Censo 2000.

4. Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do Município de Manoel Urbano

4.1 Perfil Geral do Município de Manoel Urbano

O município de Manoel Urbano, conforme indica a tabela 37 abaixo, foi fundado em 1976 e possui uma área total de 9.477 km². Ele está situado a uma distância de 203 km da capital do Estado do Acre (Rio Branco) e a sua população está estimada para o ano de 2001 em 6.581 habitantes, dos quais cerca de 51%



vivem na área urbana, registrando uma taxa de variação de urbanização, entre 1991 e 2000 de 12,10%, conforme a tabela 38 a seguir.

Mapa 5
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Manoel Urbano

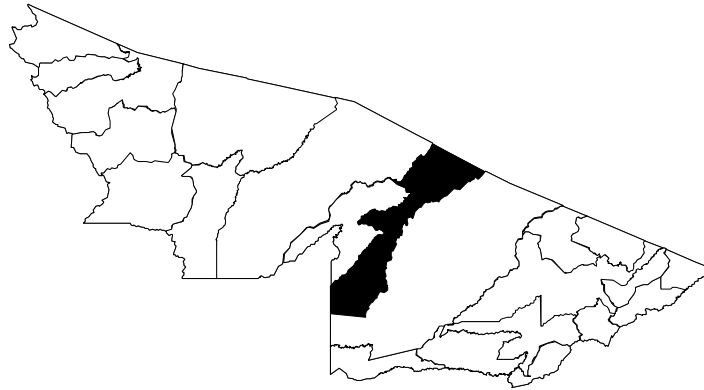


Tabela 37
Caracterização Geral do Município
Município de Manoel Urbano

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Sena Madureira
Área (em Km ²)	9.477	Unidades de Conservação	0
Ano de Instalação	1976	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	203	IDH Renda 1991	0,235
Latitude:	-8,84	IDH 1991	0,378
Longitude:	-69,26	Razão de Dependência	32,48%

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

4.2. Estrutura Demográfica e Social

O município de Manoel Urbano apresenta algumas características demográficas que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Nota-se primeiramente que a população cresceu a uma taxa média anual de 1,81% entre 1991 e 2000 e que o percentual de dependência da sua população (em torno de 36%) é bastante alto, estando dividido da seguinte forma: 32,48% é a população abaixo dos 10 anos e 3,42% é a parte da população com mais de 65 anos, conforme indicado na tabela 38 abaixo.

A mortalidade infantil continua sendo também uma variável desfavorável para o município de Manoel Urbano que possuía um elevado índice em 1998 (63,05 óbitos, antes de completar um ano de vida, para cada mil nascidos vivos). Outros indicadores desfavoráveis relacionam-se aos índices de escolaridade da população, a serem comentados mais adiante. De forma geral, as características econômicas, sociais e demográficas determinaram um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município, tendo Manoel Urbano alcançado um valor para o IDH de 0,378 em 1991 conforme consta na tabela 38, bem menor que o do país 0,742 e do Estado, 0,584. Este índice indica ainda, em termos absolutos, um baixo grau de desenvolvimento do município.

4.3. Disponibilidade de Capital Humano em Manoel Urbano

Os dados da tabela 38, a seguir, evidenciam outras fragilidades dos indicadores do capital humano no município. Manoel Urbano registra, para o número *médio de anos de estudo do chefe de domicílio* em 2000, um valor muito baixo (1,59) comparativamente ao que foi registrado para o país (5,27). Além do mais, o município possui uma elevada *taxa de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos de idade* (46%). Registre-se, todavia, que o município obteve uma sensível melhora neste indicador no período de 1991 e 2000. Em 1991 o analfabetismo alcançava a taxa de 67% no mesmo grupo de pessoas, significando uma redução de 21 pontos percentuais no contingente de pessoas analfabetas no município.

Tabela 38
Características da População Residente

VARIÁVEIS	M. Sena Madureira	Manoel Urbano
População Residente		
. Em 1991	29.524	5.327
. Em 2001	39.073	6.581
. Variação (1991-2001)	32,34%	23,54%
População Urbana	19.954	3.281
População Rural	18.086	3.093
Taxa Média Anual de Crescimento da População (91-00) (%)		1,81
Taxa de Urbanização		
. Em 1991	43,40	45,92
. Em 2000	52,45	51,47
. Variação (1991-2000)	20,85%	12,10%
População com mais de 15 anos e analfabeta (%)		
. Em 1991	54,44	67
. Em 2000	37,21	46
. Taxa de Variação no período 1991-2000	-31,64%	-31,70%
Anos médio de estudo do chefe do domicílio em 2000	2,56	1,59
População abaixo de 10 anos no Total do Município (%)		32,48
População acima de 65 anos no Total do Município (%)		3,42
Mortalidade Infantil		
. Em 1990	66,41	66,41
. Em 1998	63,05	63,05
. Variação (1990-98)	-5,06%	-5,06%

Fonte(s): IBGE, Censos demográficos - 1991, 2000 e estimativa da população, 2001; Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000; Elaboração BASA/IPEA/ANPEC, baseado nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE; Ministério da Saúde.

4.4. A Infra-Estrutura e Outras Informações Municipais

4.4.1. A Infra-estrutura de Transportes

Como pode ser verificado no mapa 2, da seção 1.4.1, a microrregião de Sena Madureira possui uma infra-estrutura de transportes concentrada principalmente no transporte rodoviário. O sistema rodoviário da região é composto pela BR-364 que atravessa praticamente todo o Estado do Acre, possibilitando desta forma, a ligação também com outras regiões do país. Não há hidrovias na microrregião e o aeroporto mais próximo é o da capital Rio Branco.

4.4.2. Outras Informações Municipais

A tabela 39 abaixo indica que os estabelecimentos rurais predominavam em Manoel Urbano no ano de 2000, existindo no município, segundo os dados da RAIS, 396 estabelecimentos deste setor. Seguia, em menor escala, os estabelecimentos ligados aos serviços (3) e ao comércio (2). Por fim não foi registrada a existência de nenhum estabelecimento ligado à indústria ou à construção civil. O município também não possuía agência bancária. Este perfil caracteriza a economia de Manoel Urbano como voltada predominantemente para a atividade agropecuária.

Tabela 39
Infra-Estrutura
Município de Manoel Urbano

Taxa de urbanização (%)	51,47	Estabelecimentos de comércio	2
Agências bancárias	-	Estabelecimentos de serviços	3
Estabelecimentos da indústria	0	Estabelecimentos rurais	396
Estabelecimentos da construção civil	0		

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000/RAIS - 2000.

No que se refere à caracterização dos domicílios, torna-se evidente que o município possui uma série de carências, conforme indicado pelos dados da tabela 40 a seguir. O *percentual de domicílios com acesso a água por rede geral* é de apenas 36,51% e o *percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário* é também bastante elevado (56,36%). Todavia, o serviço de *coleta de lixo* pode ser considerado como bom, pois alcançava 98,47% dos domicílios do município.

Tabela 40
Caracterização do Domicílio
Município Manoel Urbano

Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	36,51
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	0,25
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	98,47
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	56,36
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	3,38

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000

4.5. Caracterização Econômica de Manoel Urbano

4.5.1. A Produção Econômica de Manoel Urbano

As principais atividades ligadas à pecuária do município de Manoel Urbano estão colocadas na tabela 5, abaixo. Destaca-se a pecuária bovina com cerca de 5,6 mil cabeças e a avicultura com 18,2 mil aves e produção de 20 mil dúzias de ovos. Estas atividades, bem como as demais reportadas na tabela 41, podem ser consideradas, no entanto, como de pequeno porte.

Tabela 41
Produto Animal e Efetivo dos Rebanhos
Município de Manoel Urbano

Produto Animal:		Efetivo dos Rebanhos:	
Leite (Mil litros)	212	Bovino	5.618
Mel de Abelha (Kg)	0	Bubalino	0
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	20	Ovino	426
		Caprino	63
		Aves	18.159

Fonte: IBGE, PPM-2000.

As condições edafo-climáticas favoráveis do município de Manoel Urbano têm possibilitado a exploração de diversas culturas, destacando-se em valor da produção mandioca, milho e arroz, conforme evidenciam os dados da tabela 42 abaixo. A mandioca é o principal produto agrícola do município.

Tabela 42
Principais Produtos Vegetais (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura)
Município de Manoel Urbano

Principais Produtos:	Área ¹	Produção	Rendimento ¹	Valor da Prod ¹
Mandioca (Tonelada)	225	2340	10	702
Hevea (látex coagulado) (Tonelada)	n.e.	182	n.e.	164
Madeira em tora (Metro cúbico)	n.e.	4590	n.e.	147
Milho (em grão) (Tonelada)	358	347	1	104
Arroz (em casca) (Tonelada)	227	182	1	97

Fonte: IBGE - PAM, 2000.

¹Área em hectare, rendimento por hectare e valor da produção em mil R\$.

n.e.: não existe

4.5.2. A Estrutura do Emprego do Município de Manoel Urbano

Em relação ao emprego formal, conforme indicado na tabela 43 a seguir, o setor de serviços detém a maior parcela de emprego, representando quase que a totalidade (98,84%) dos empregos formais no município de Manoel Urbano. O setor do comércio vem, em menor escala, na posição seguinte com 1,16% dos empregos. Por fim, os dados do IBGE indicam que tanto o setor industrial como o setor agropecuário, apesar deste último possuir um maior número de estabelecimentos rurais, não geravam empregos formais no ano de 2000.

Tabela 43
Distribuição do Emprego Formal
Município de Manoel Urbano

Emprego por Grande Setor (2000)		
Setores	Absoluto	Relativo
Indústria	0	0%
Comércio	1	1,16%
Serviços	85	98,84%
Agropecuária	0	0%

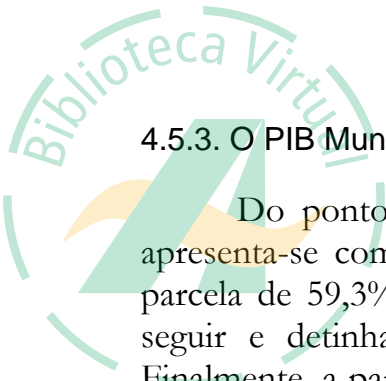
Fonte : IBGE/RAIS

Quando se desagrega um pouco mais os dados, conforme a tabela 44 abaixo, verifica-se que em número de empregos, a atividade *administração do estado e da política econômica e social* é a que mais gera empregos formais no município. Esta característica é relevante, pois indica que o setor público é o maior empregador de Manoel Urbano evidenciando uma grande dependência da economia do município face às atividades Estado.

Tabela 44
Principais Atividades Segundo o Nível de Emprego
Município de Manoel Urbano

Atividade	Emprego	Estabelecimento
Administração do estado e da política econômica e social	84	2
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas	1	1
Correio	1	1

Fonte: IBGE/RAIS - 2000.



4.5.3. O PIB Municipal de Manoel Urbano

Do ponto de vista da distribuição setorial do PIB, o setor agropecuário apresenta-se como o de maior participação relativa, tendo garantido em 1996 a parcela de 59,3% do PIB do município (tabela 45). O setor de serviços vinha a seguir e detinha a segunda maior participação com cerca de 35% do PIB. Finalmente, a participação da indústria no PIB de Manoel Urbano era de 5,4% e o comércio não possuía, segundo os dados do IBGE, participação alguma no PIB em 1996.

Tabela 45
Setores Econômicos: Estrutura do PIB
Município de Manoel Urbano

Composição Setorial do PIB (1996)	
Indústria (%)	5,4
Comércio (%)	0
Serviços (%)	35,2
Agropecuária (%)	59,3

Fonte : IBGE/RAIS

O desempenho econômico desfavorável de Manoel Urbano fica evidenciado nos dados apresentados pelo município em período recente e exibidos na tabela 46. O município possuía, a preços correntes de 1998, um PIB absoluto de aproximadamente US\$ 4,7 milhões em 1998 contra US\$ 8,3 milhões em 1996, significando uma queda de 43,23% no período. Se levarmos em conta o PIB per capita nota-se também uma diminuição do seu valor no período de 1996-1998. Em 1996 ele era de US\$ 1.510,33, passando para US\$ 803,63 em 1998 representando desta forma numa redução de 46,79%. Vale ressaltar, também, que este valor é bem inferior ao PIB per capita do Estado do Acre que se encontra na faixa de US\$ 3.481.

Tabela 46
PIB e PIB per capita

VARIÁVEIS	M. Sena Madureira	Manoel Urbano
PIB		
. Em 1996 (em US\$ 1.000 de 1998)	35.807,00	8.337,00
. Em 1998 (em US\$ 1.000 de 1998)	45.778,72	4.732,57
. Variação (1996-1998)	27,85%	-43,23%
PIB per capita		
. Em 1996 (em US\$ 1,00 de 1998)	1.174,65	1.510,33
. Em 1998 (em US\$ 1,00 de 1998)	1.497,90	803,63
. Variação (1996-1998)	27,52%	-46,79%

Fonte(s): IPEA.

Como indica a tabela 47 abaixo, as atividades econômicas existentes no município de Manoel Urbano geraram em 2000 uma renda disponível em torno de R\$ 5,7 milhões e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 4 milhões. As empresas atingiram uma receita agregada de R\$ 655 mil e o PIB per capita foi de US\$ 803,63 em valores de 1998. Estes dados evidenciam que o município de Manoel Urbano possui um mercado consumidor bastante reduzido.

Tabela 47
Renda Pessoal, Receita Municipal e PIB Per Capita
Município de Manoel Urbano

Renda Disponível (R\$)	5.734.637,63
Massa Salarial (R\$)	3.961.744,91
Receita Agregada das Empresas (R\$)	655.446,71
Receita Municipal (R\$)	2.891.317,97
PIB Per Capita (US\$ 98)	803,63

Fonte: STN, Banco Central, Elaboração BASA/IPEA/ANPEC.

Os dados relativos à distribuição de renda, conforme mostra a tabela 48, evidenciam que o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio é baixo, situando-se na faixa de R\$ 366 mensais e a renda disponível per capita é de R\$ 899,69 ficando ambos, bem abaixo da média do Estado do Acre que é de R\$ 526,36 e R\$ 2.074,40 respectivamente. Ainda, aproximadamente 48% da população moram em residências cujo *chefe de domicílio* possui uma renda na faixa de um a cinco salários mínimos e cerca de 6,5% em residências cujo *chefe de domicílio* recebe mais de cinco salários mínimos. Vale ressaltar, ainda, que uma fatia considerável da população (30,23%) não possui rendimentos. Estes dados permitem inferir que o poder de consumo existente no município de Manoel Urbano possui baixo potencial para estimular o desenvolvimento de outras atividades não necessariamente ligadas ao complexo da mandioca.

Tabela 48
Distribuição de renda
Município de Manoel Urbano

Rendimento Médio dos chefes de domicílio (R\$ mensal)	366,41
Renda disponível per capita (R\$ anual)	899,69
Índice de Gini para os rendimentos dos chefes de domicílio	0,54
Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa de renda do chefe de domicílio:	
Sem rendimentos (%)	30,23
Inferior a 1 SM (%)	14,93
01 e 05 SM (%)	48,30
05 e 10 SM (%)	4,76
10 e 15 SM (%)	0,57
Maior que 15 SM (%)	1,21

Fonte: IBGE, Censo 2000.

5. Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do Município de Cruzeiro do Sul

5.1 Perfil Geral do Município de Cruzeiro do Sul

O município de Cruzeiro do Sul, conforme indica a tabela 49 abaixo, foi fundado em 1904 e possui uma área total de 7.882 km². Ele está situado a uma distância de 594 km da capital do Estado do Acre (Rio Branco) e a sua população está estimada para o ano de 2001 em 69.772 habitantes, dos quais cerca de 58% vivem na área urbana, registrando uma taxa de variação de urbanização, entre 1991 e 2000 de 38,17%, conforme a tabela 50 a seguir.

Mapa 6
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Cruzeiro do Sul

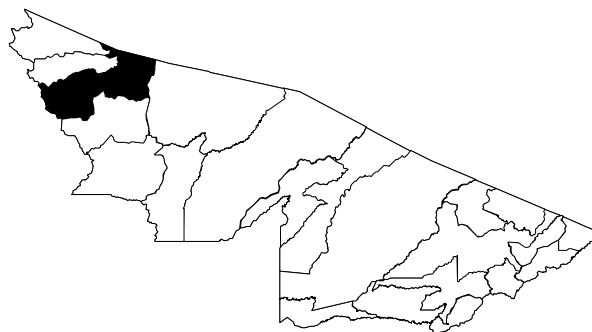


Tabela 49
Caracterização Geral do Município
Município de Cruzeiro do Sul

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Cruzeiro do Sul
Área (em Km ²)	7.882	Unidades de Conservação	0
Ano de Instalação	1904	Áreas Indígenas	2
Distância à capital (Km)	594	IDH Renda 1991	0,346
Latitude:	-7,63	IDH 1991	0,477
Longitude:	-72,67	Razão de Dependência	31%

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

5.2. Estrutura Demográfica e Social

O município de Cruzeiro do Sul apresenta algumas características demográficas que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Nota-se primeiramente que a população cresceu a uma taxa média anual de apenas 0,12% entre 1991 e 2000 e que o percentual de dependência da sua população (em torno de 31%) é bastante alto, estando dividido da seguinte forma: 27,83% é a população abaixo dos 10 anos e 3,66% é a parte da população com mais de 65 anos, conforme indicado na tabela 50 abaixo.

A mortalidade infantil continua sendo também uma variável desfavorável para o município de Cruzeiro do Sul que possuía um elevado índice em 1998 (41,18 óbitos, antes de completar um ano de vida, para cada mil nascidos vivos). Outros indicadores desfavoráveis relacionam-se aos índices de escolaridade da população, a serem comentados mais adiante. De forma geral, as características econômicas, sociais e demográficas determinaram um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município, tendo Cruzeiro do Sul alcançado um valor para o IDH de 0,477 em 1991 conforme consta na tabela 50. Este índice indica ainda, em termos absolutos, um baixo grau de desenvolvimento do município, pois é menor que o do país, 0,742, e o do Estado, 0,584.

5.3. Disponibilidade de Capital Humano em Cruzeiro do Sul

Os dados da tabela 50, a seguir, evidenciam outras fragilidades dos indicadores do capital humano no município. Cruzeiro do Sul registra, para o número *médio de anos de estudo do chefe de domicílio* em 2000, um valor muito baixo (3,35) comparativamente ao que foi registrado para o país (5,27). Além do mais, o município possui uma elevada *taxa de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos de idade* (28%). Registre-se, todavia, que o município obteve uma sensível melhora neste indicador no período de 1991 e 2000. Em 1991, o analfabetismo alcançava a taxa de 45% no mesmo grupo de pessoas, significando uma redução de 17 pontos percentuais no contingente de pessoas analfabetas no município.

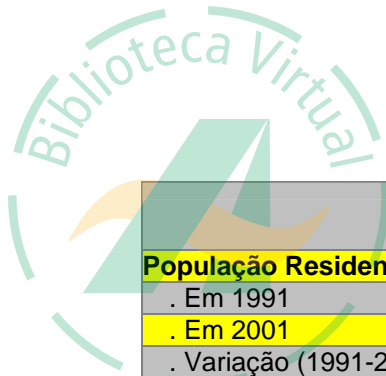


Tabela 50
Características da População Residente

VARIÁVEIS	M. Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul
População Residente		
. Em 1991	76.820	66.603
. Em 2001	103.208	69.772
. Variação (1991-2001)	34,35%	4,76%
População Urbana	49.823	38.971
População Rural	50.586	28.470
Taxa Média Anual de Crescimento da População (91-00) (%)		0,12
Taxa de Urbanização		
. Em 1991	40,91	41,82
. Em 2000	49,62	57,79
. Variação (1991-2000)	21,28%	38,17%
População com mais de 15 anos e analfabeta (%)		
. Em 1991	45,70	45
. Em 2000	33,22	28
. Taxa de Variação no período 1991-2000	-27,31%	-36,64%
Anos médio de estudo do chefe do domicílio em 2000	3,00	3,35
População abaixo de 10 anos no Total do Município (%)		27,83
População acima de 65 anos no Total do Município (%)		3,66
Mortalidade Infantil		
. Em 1990	48,19	48,19
. Em 1998	41,18	41,18
. Variação (1990-98)	-14,55%	-14,55%

Fonte(s): IBGE, Censos demográficos - 1991, 2000 e estimativa da população, 2001; Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000; Elaboração BASA/IPEA/ANPEC, baseado nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE; Ministério da Saúde.

5.4. A Infra-Estrutura e Outras Informações Municipais

5.4.1. A Infra-estrutura de Transportes

Como pode ser verificado no mapa 2 da seção 1.4.1, a microrregião de Cruzeiro do Sul possui uma infra-estrutura de transportes razoável. O sistema rodoviário é composto, principalmente, pela BR-364 e pela BR-307, esta última ainda em fase de planejamento. A BR-364 atravessa praticamente todo o Estado do Acre possibilitando, desta forma, a ligação também com outras regiões do país. A região é servida também por um aeroporto internacional e por hidrovia, sendo o aeroporto de Cruzeiro do Sul um ponto estratégico no sistema de transportes do conjunto de municípios que compõem a microrregião.

5.4.2. Outras Informações Municipais

A tabela 51 abaixo indica que os estabelecimentos rurais predominavam em Cruzeiro do Sul no ano de 2000, existindo no município, segundo os dados da RAIS, 2.283 estabelecimentos deste setor. Seguiu, em menor escala, os estabelecimentos ligados ao comércio (139), aos serviços (86) e à indústria (41). Por fim, foi registrada ainda a existência de 25 estabelecimentos ligados à construção civil. O município também possuía quatro agências bancárias. Este perfil caracteriza a economia de Cruzeiro do Sul como voltada predominantemente para a atividade

agropecuária, mas também com uma boa participação da indústria e do comércio na atividade econômica do município.

Tabela 51
Infra-Estrutura
Município de Cruzeiro do Sul

Taxa de urbanização (%)	57,79	Estabelecimentos de comércio	139
Agências bancárias	4	Estabelecimentos de serviços	86
Estabelecimentos da indústria	41	Estabelecimentos rurais	2.283
Estabelecimentos da construção civil	25		

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000/RAIS - 2000.

No que se refere à caracterização dos domicílios, torna-se evidente que o município possui uma série de carências, conforme indicado pelos dados da tabela 52 a seguir. O *percentual de domicílios com acesso a água por rede geral* é de apenas 28,24% e o *percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário* é também elevado (21,12%). Já o serviço de *coleta de lixo*, apesar de alcançar um percentual maior da população (72,01% dos domicílios), pode ser considerado ainda como deficiente.

Tabela 52
Caracterização do Domicílio
Município Cruzeiro do Sul

Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	28,24
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	1,21
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	72,01
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	21,12
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	2,57

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000

5.5. Caracterização Econômica de Cruzeiro do Sul

5.5.1. A Produção Econômica de Cruzeiro do Sul

As principais atividades ligadas à pecuária do município de Cruzeiro do Sul estão colocadas na tabela 53, abaixo. Destaca-se a pecuária bovina com cerca de 16,6 mil cabeças e a avicultura com 280,6 mil aves e produção de 281 mil dúzias de ovos. A pecuária se enquadraria, então, como uma atividade de pequeno porte e a avicultura poderia ser considerada como de médio porte.

Tabela 53
Produto Animal e Efetivo dos Rebanhos
Município de Cruzeiro do Sul

Produto Animal:		Efetivo dos Rebanhos:	
Leite (Mil litros)	1.349	Bovino	16.624
Mel de Abelha (Kg)	0	Bubalino	604
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	281	Ovino	1.379
		Caprino	466
		Aves	280.610

Fonte: IBGE, PPM-2000.

As condições edafo-climáticas favoráveis do município de Cruzeiro do Sul têm possibilitado a exploração de diversas culturas, destacando-se, em valor da produção, mandioca, arroz, banana e melancia, conforme evidenciam os dados da tabela 54 abaixo. A mandioca é o principal produto agrícola do município.

Tabela 54
Principais Produtos Vegetais (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura)
Município de Cruzeiro do Sul

Principais Produtos:	Área ¹	Produção	Rendimento ¹	Valor da Prod ¹
Mandioca (Tonelada)	2894	43410	15	7814
Arroz (em casca) (Tonelada)	2551	1995	1	898
Banana (Mil cachos)	319	383	383	766
Melancia (Mil frutos)	70	210	3	643
Lenha (Metro cúbico)	n.e.	1995	n.e.	596

Fonte: IBGE - PAM, 2000.

¹Área em hectare, rendimento por hectare e valor da produção em mil R\$.

n.e.: não existe

5.5.2. A Estrutura do Emprego do Município de Cruzeiro do Sul

Em relação ao emprego formal, conforme indicado na tabela 55 a seguir, o setor de serviços detém a maior parcela de emprego, representando aproximadamente 57% do total de empregos no município de Cruzeiro do Sul. O setor do comércio vem, em menor escala, na posição seguinte com cerca de 30% dos empregos e a indústria logo após com 10,49% dos empregos formais no município. Por fim, os dados do IBGE indicam que o setor agropecuário, apesar do maior número de estabelecimentos rurais, é o responsável por somente 2,43% dos empregos formais no ano de 2000.

Tabela 55
Distribuição do Emprego Formal
Município de Cruzeiro do Sul

Emprego por Grande Setor (2000)		
Setores	Absoluto	Relativo
Indústria	246	10,49%
Comércio	709	30,22%
Serviços	1.334	56,86%
Agropecuária	57	2,43%

Fonte : IBGE/RAIS

Quando se desagrega um pouco mais os dados, conforme a tabela 56 abaixo, verifica-se que em número de empregos, a atividade *administração do estado e da política econômica e social* é a que mais gera empregos formais no município. Esta característica é relevante, pois indica que o setor público é o maior empregador de Cruzeiro do Sul evidenciando uma relativa dependência da economia do município face às atividades Estado. Vale ressaltar, no entanto, a forte presença da atividade comercial como geradora de empregos no município.

Tabela 56
Principais Atividades Segundo o Nível de Emprego
Município de Cruzeiro do Sul

Atividade	Emprego	Estabelecimento
Administração do estado e da política econômica e social	762	3
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas	294	27
Outras atividades associativas	168	8
Comércio varejista de outros produtos novos, em lojas especializadas	156	37
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	100	43

Fonte: IBGE/RAIS - 2000.

5.5.3. O PIB Municipal de Cruzeiro do Sul

Do ponto de vista da distribuição setorial do PIB, o setor de serviços apresenta-se como o de maior participação relativa, tendo garantido em 1996 a parcela de 57,6% do PIB do município (tabela 57). O setor agropecuário vinha, em menor escala, a seguir com cerca de 19% do PIB. Vale ressaltar que a indústria detinha uma parcela razoável do PIB de Cruzeiro do Sul (15,6%) e, por fim, que o comércio possuía uma parcela reduzida do PIB (somente 7,5%) em 1996.

Tabela 57
Setores Econômicos: Estrutura do PIB
Município de Cruzeiro do Sul

Composição Setorial do PIB (1996)	
Indústria (%)	15,6
Comércio (%)	7,5
Serviços (%)	57,6
Agropecuária (%)	19,3

Fonte : IBGE/RAIS

O desempenho econômico desfavorável de Cruzeiro do Sul fica evidenciado nos dados apresentados pelo município em período recente e exibidos na tabela 58. O município possuía, a preços correntes de 1998, um PIB absoluto de aproximadamente US\$ 72,7 milhões em 1998 contra US\$ 108,9 milhões em 1996, significando uma queda de 33,31% no período. Se levarmos em conta o PIB per capita nota-se também uma redução do seu valor no período de 1996-1998. Em 1996 ele era de US\$ 1.922,00, passando para US\$ 1.194,90 em 1998 representando desta forma numa diminuição de 37,83%. Vale ressaltar, ainda, que este valor é bem inferior ao PIB per capita do Estado do Acre que se encontra na faixa de US\$ 3.481.

Tabela 58
PIB e PIB per capita

VARIÁVEIS	M. Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul
PIB		
. Em 1996 (em US\$ 1.000 de 1998)	158.745,00	108.967,00
. Em 1998 (em US\$ 1.000 de 1998)	96.622,38	72.670,46
. Variação (1996-1998)	-39,13%	-33,31%
PIB per capita		
. Em 1996 (em US\$ 1,00 de 1998)	1.813,07	1.922,00
. Em 1998 (em US\$ 1,00 de 1998)	1.042,40	1.194,90
. Variação (1996-1998)	-42,51%	-37,83%

Fonte(s): IPEA.

Como indica a tabela 59 abaixo, as atividades econômicas existentes no município de Cruzeiro do Sul geraram em 2000 uma renda disponível em torno de R\$ 124,72 milhões e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 79,31 milhões. As empresas atingiram ainda uma receita agregada de R\$ 12,72 milhões e o PIB per capita foi de US\$ 1.194,90 em valores de 1998. Estes dados evidenciam que o município Cruzeiro do Sul possui um bom mercado consumidor considerando-se os padrões regionais.

Tabela 59
Renda Pessoal, Receita Municipal e PIB Per Capita
Município de Cruzeiro do Sul

Renda Disponível (R\$)	124.717.194,24
Massa Salarial (R\$)	79.307.032,57
Receita Agregada das Empresas (R\$)	12.717.236,17
Receita Municipal (R\$)	23.707.122,67
PIB Per Capita (US\$ 98)	1.194,90

Fonte: STN, Banco Central, Elaboração BASA/IPEA/ANPEC.

Os dados relativos à distribuição de renda, conforme mostra a tabela 60, evidenciam que o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio é baixo, situando-se na faixa de R\$ 415 mensais e a renda disponível per capita é de R\$ 1.849,28, ficando ambos, abaixo da média do Estado do Acre que é de R\$ 526,36 e R\$ 2.074,40 respectivamente. Ainda, aproximadamente 68% da população moram em residências cujo *chefe de domicílio* possui uma renda na faixa de um a cinco salários mínimos e cerca de 11% em residências cujo *chefe de domicílio* recebe mais de cinco salários mínimos. Estes dados permitem inferir que o poder de consumo existente no município de Cruzeiro do Sul possui baixo potencial para estimular o desenvolvimento de outras atividades não necessariamente ligadas ao complexo da mandioca.

Tabela 60
Distribuição de Renda
Município de Cruzeiro do Sul

Rendimento Médio dos chefes de domicílio (R\$ mensal)	415,35
Renda disponível per capita (R\$ anual)	1.849,28
Índice de Gini para os rendimentos dos chefes de domicílio	0,52
Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa de renda do chefe de domicílio:	
Sem rendimentos (%)	6,42
Inferior a 1 SM (%)	14,85
01 e 05 SM (%)	67,96
05 e 10 SM (%)	8,02
10 e 15 SM (%)	1,37
Maior que 15 SM (%)	1,38

Fonte: IBGE, Censo 2000.

6. Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do Município de Rodrigues Alves

6.1 Perfil Geral do Município de Rodrigues Alves

O município de Rodrigues Alves, conforme indica a tabela 61 abaixo, foi fundado em 1993 e possui uma área total de 3.319 km². Ele está situado a uma distância de 587 km da capital do Estado do Acre (Rio Branco) e a sua população está estimada para o ano de 2001 em 8.276 habitantes, dos quais cerca de 68% vivem na área rural, conforme a tabela 62 a seguir.

Mapa 7
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Rodrigues Alves

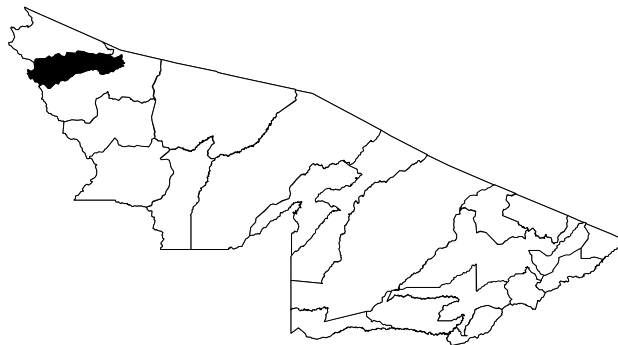


Tabela 61
Caracterização Geral do Município
Município de Rodrigues Alves

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Cruzeiro do Sul
Área (em Km ²)	3.319	Unidades de Conservação	1
Ano de Instalação	1993	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	587	IDH Renda 1991	-
Latitude:	-7,74	IDH 1991	-
Longitude:	-72,64	Razão de Dependência	33,12

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

6.2. Estrutura Demográfica e Social

O município de Rodrigues Alves só foi instalado em 1993 e, portanto, não há dados disponíveis para o ano de 1991. Contudo, com base nos dados do ano

2000 é possível verificar que o município apresenta algumas características demográficas que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Uma dessas características relaciona-se ao elevado percentual de dependência da sua população (em torno de 36%) dividida da seguinte forma: 33,12% é a população abaixo dos 10 anos e 2,68% é a parte da população com mais de 65 anos, conforme indicado na tabela 62 abaixo.

A mortalidade infantil continua sendo uma variável desfavorável para a microrregião de Cruzeiro do Sul que, tomada como um todo, possuía elevado índice em 1998 (41,18 óbitos, antes de completar um ano de vida, para cada mil nascidos vivos). Outros indicadores desfavoráveis relacionam-se aos índices de escolaridade da população, a serem comentados mais adiante.

6.3. Disponibilidade de Capital Humano em Rodrigues Alves

Os dados da tabela 62, a seguir, evidenciam outras fragilidades dos indicadores do capital humano no município. Rodrigues Alves registra, para o número *médio de anos de estudo do chefe de domicílio* em 2000, um valor muito baixo (2,34) comparativamente ao que foi registrado para o país (5,27). Além do mais, o município possui uma elevada *taxa de analfabetismo entre a população com mais de 15 anos de idade* (50%).

Tabela 62
Características da População Residente

VARIÁVEIS	M. Cruzeiro do Sul	Rodrigues Alves
População Residente		
. Em 1991	76.820	-
. Em 2001	103.208	8.276
. Variação (1991-2001)	34,35%	-
População Urbana	49.823	2.632
População Rural	50.586	5.461
Taxa Média Anual de Crescimento da População (91-00) (%)		-
Taxa de Urbanização		
. Em 1991	40,91	-
. Em 2000	49,62	32,52
. Variação (1991-2000)	21,28%	-
População com mais de 15 anos e analfabeta (%)		
. Em 1991	45,70	-
. Em 2000	33,22	50
. Taxa de Variação no período 1991-2000	-27,31%	-
Anos médio de estudo do chefe do domicílio em 2000	3,00	2,34
População abaixo de 10 anos no Total do Município (%)		33,12
População acima de 65 anos no Total do Município (%)		2,68
Mortalidade Infantil		
. Em 1990	48,19	48,19
. Em 1998	41,18	41,18
. Variação (1990-98)	-14,55%	-14,55%

Fonte(s): IBGE, Censos demográficos - 1991, 2000 e estimativa da população, 2001; Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000; Elaboração BASA/IPEA/ANPEC, baseado nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE; Ministério da Saúde.

6.4. A Infra-Estrutura e Outras Informações Municipais

6.4.1. A Infra-estrutura de Transportes

Como pode ser verificado no mapa 2 da seção 1.4.1, a microrregião de Cruzeiro do Sul possui uma infra-estrutura de transportes razoável. O sistema rodoviário é composto, principalmente, pela BR-364 e pela BR-307, esta última ainda em fase de planejamento. A BR-364 atravessa praticamente todo o Estado do Acre possibilitando, desta forma, a ligação também com outras regiões do país. A região é servida também por um aeroporto internacional e por hidrovia, sendo o aeroporto de Cruzeiro do Sul um ponto estratégico no sistema de transportes do conjunto de municípios que compõem a microrregião.

6.4.2. Outras Informações Municipais

A tabela 63 abaixo indica que os estabelecimentos rurais predominavam em Rodrigues Alves no ano de 2000, existindo no município, segundo os dados da RAIS, 1.471 estabelecimentos deste setor. Seguiu, em menor escala, os estabelecimentos ligados aos serviços (2). Segundo os dados do IBGE, não havia registro de estabelecimentos ligados ao comércio, à indústria e tão pouco à construção civil. O município também não possuía nenhuma agência bancária. Este perfil caracteriza a economia de Rodrigues Alves como voltada predominantemente para a atividade agropecuária.

Tabela 63
Infra-Estrutura
Município de Rodrigues Alves

Taxa de urbanização (%)	32,52	Estabelecimentos de comércio	0
Agências bancárias	-	Estabelecimentos de serviços	2
Estabelecimentos da indústria	0	Estabelecimentos rurais	1.471
Estabelecimentos da construção civil	0		

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000/RAIS - 2000.

No que se refere à caracterização dos domicílios, torna-se evidente que o município possui uma série de carências, conforme indicado pelos dados da tabela 64 a seguir. O *percentual de domicílios com acesso a água por rede geral* é de apenas 28,11% e o *percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário* é também elevado (24,79%). Todavia, o serviço de *coleta de lixo* pode ser considerado como bom, pois alcançava 89,47% dos domicílios do município.

Tabela 64
Caracterização do Domicílio
Município Rodrigues Alves

Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	28,11
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	2,73
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	89,47
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	24,79
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	0,17

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000

6.5. Caracterização Econômica de Rodrigues Alves

6.5.1. A Produção Econômica de Rodrigues Alves

As principais atividades ligadas à pecuária do município de Rodrigues Alves estão colocadas na tabela 65, abaixo. Destaca-se a pecuária bovina com cerca de 12,3 mil cabeças e a avicultura com 64,8 mil aves e produção de 64 mil dúzias de ovos. Estas atividades, bem como as demais reportadas na tabela 5, podem ser consideradas, no entanto, como de pequeno porte.

Tabela 65
Produto Animal e Efetivo dos Rebanhos
Município de Rodrigues Alves

Produto Animal:		Efetivo dos Rebanhos:	
Leite (Mil litros)	861	Bovino	12.328
Mel de Abelha (Kg)	0	Bubalino	32
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	64	Ovino	532
		Caprino	71
		Aves	64.755

Fonte: IBGE, PPM-2000.

As condições edafo-climáticas favoráveis do município de Rodrigues Alves têm possibilitado a exploração de diversas culturas, destacando-se, em valor da produção, mandioca, arroz, banana, feijão e milho, conforme evidenciam os dados da tabela 66 abaixo. A mandioca é o principal produto agrícola do município.

Tabela 66
Principais Produtos Vegetais (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura)
Município de Rodrigues Alves

Principais Produtos:	Área ¹	Produção	Rendimento ¹	Valor da Prod ¹
Mandioca (Tonelada)	2105	31575	15	2526
Arroz (em casca) (Tonelada)	1140	1194	1	537
Banana (Mil cachos)	117	140	140	245
Feijão (em grão) (Tonelada)	349	209	1	188
Milho (em grão) (Tonelada)	419	1194	1	98

Fonte: IBGE - PAM, 2000.

¹Área em hectare, rendimento por hectare e valor da produção em mil R\$.
n.e.: não existe

6.5.2. A Estrutura do Emprego do Município de Rodrigues Alves

Em relação ao emprego formal, conforme indicado na tabela 67 a seguir, o setor de serviços detém a totalidade dos empregos formais no município de Rodrigues Alves. Os dados do IBGE indicam, portanto, que tanto o setor industrial e o comércio, bem como o setor agropecuário, apesar deste último possuir um maior número de estabelecimentos rurais, não geravam empregos formais no ano de 2000.

Tabela 67
Distribuição do Emprego Formal
Município de Rodrigues Alves
Emprego por Grande Setor (2000)

Setores	Absoluto	Relativo
Indústria	0	0%
Comércio	0	0%
Serviços	142	100%
Agropecuária	0	0%

Fonte : IBGE/RAIS

Quando se desagrega um pouco mais os dados, conforme a tabela 68 abaixo, verifica-se que em número de empregos, a atividade *administração do estado e da política econômica e social* é a única geradora de empregos formais no município. Esta característica é relevante, pois indica que o setor público é o grande empregador de Rodrigues Alves evidenciando uma grande dependência da economia do município face às atividades Estado.

Tabela 68
Principais Atividades Segundo o Nível de Emprego
Município de Rodrigues Alves

Atividade	Emprego	Estabelecimento
Administração do estado e da política econômica e social	142	2
-	-	-

Fonte: IBGE/RAIS - 2000.

6.5.3. O PIB Municipal de Rodrigues Alves

Do ponto de vista da distribuição setorial do PIB, o setor agropecuário apresenta-se como o de maior participação relativa, tendo garantido em 1996 a parcela de 76,9% do PIB do município (tabela 69). O setor de serviços vinha a seguir detendo a segunda maior participação com cerca de 19% do PIB. Finalmente, a participação da indústria no PIB de Rodrigues Alves era de apenas 4,5% e o comércio não possuía, segundo os dados do IBGE, participação alguma no PIB em 1996.

Tabela 69
Setores Econômicos: Estrutura do PIB
Município de Rodrigues Alves

Composição Setorial do PIB (1996)	
Indústria (%)	4,5
Comércio (%)	0
Serviços (%)	18,6
Agropecuária (%)	76,9

Fonte : IBGE/RAIS

O desempenho econômico desfavorável de Rodrigues Alves fica evidenciado nos dados apresentados pelo município em período recente e exibidos na tabela 70. O município possuía, a preços correntes de 1998, um PIB absoluto de aproximadamente US\$ 9,2 milhões em 1998 contra US\$ 25,4 milhões em 1996,

significando uma queda de 63,68% no período. Se levarmos em conta o PIB per capita nota-se também uma brutal diminuição do seu valor no período de 1996-1998. Em 1996 ele era de US\$ 2.993,00, passando para US\$ 987,16 em 1998 representando desta forma numa redução de 67,02%. Vale ressaltar, também, que este valor é bem inferior ao PIB per capita do Estado do Acre que se encontra na faixa de US\$ 3.481.

Tabela 70
PIB e PIB per capita

VARIÁVEIS	M. Cruzeiro do Sul	Rodrigues Alves
PIB		
. Em 1996 (em US\$ 1.000 de 1998)	158.745,00	25.442,00
. Em 1998 (em US\$ 1.000 de 1998)	96.622,38	9.239,84
. Variação (1996-1998)	-39,13%	-63,68%
PIB per capita		
. Em 1996 (em US\$ 1,00 de 1998)	1.813,07	2.993,00
. Em 1998 (em US\$ 1,00 de 1998)	1.042,40	987,16
. Variação (1996-1998)	-42,51%	-67,02%

Fonte(s): IPEA.

Como indica a tabela 71 abaixo, as atividades econômicas existentes no município de Rodrigues Alves geraram em 2000 uma renda disponível em torno de R\$ 4,6 milhões e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 3,7 milhões. As empresas atingiram uma receita agregada de R\$ 647,9 mil e o PIB per capita foi de US\$ 987,16 em valores de 1998. Estes dados evidenciam que o município de Rodrigues Alves possui um mercado consumidor bastante reduzido.

Tabela 71
Renda Pessoal, Receita Municipal e PIB Per Capita
Município de Rodrigues Alves

Renda Disponível (R\$)	4.617.628,43
Massa Salarial (R\$)	3.700.862,72
Receita Agregada das Empresas (R\$)	647.943,46
Receita Municipal (R\$)	3.859.696,42
PIB Per Capita (US\$ 98)	987,16

Fonte: STN, Banco Central, Elaboração BASA/IPEA/ANPEC.

Os dados relativos à distribuição de renda, conforme mostra a tabela 72, evidenciam que o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio é muito baixo, situando-se na faixa de R\$ 246 mensais e a renda disponível per capita é de R\$ 570,57 ficando ambos, bem abaixo da média do Estado do Acre que é de R\$ 526,36 e R\$ 2.074,40 respectivamente. Ainda, aproximadamente 52% da população moram em residências cujo *chefe de domicílio* possui uma renda na faixa de um a cinco salários mínimos e cerca de 2% em residências cujo *chefe de domicílio* recebe mais de cinco salários mínimos. Vale ressaltar, ainda, que uma fatia considerável da população (27,71%) não possui rendimentos. Estes dados permitem inferir que o poder de consumo existente no município de Rodrigues Alves possui baixo

potencial para estimular o desenvolvimento de outras atividades não necessariamente ligadas ao complexo da mandioca.

Tabela 72
Distribuição de Renda
Município de Rodrigues Alves

Rendimento Médio dos chefes de domicílio (R\$ mensal)	245,70
Renda disponível per capita (R\$ anual)	570,57
Índice de Gini para os rendimentos dos chefes de domicílio	0,42
Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa de renda do chefe de domicílio:	
Sem rendimentos (%)	27,71
Inferior a 1 SM (%)	17,70
01 e 05 SM (%)	52,29
05 e 10 SM (%)	1,78
10 e 15 SM (%)	0,33
Maior que 15 SM (%)	0,19

Fonte: IBGE, Censo 2000.

7. Dinamismo Recente do *Cluster* da Mandioca do Estado do Acre

O complexo da mandioca no Acre vem passando por um sólido processo de crescimento e de consolidação da competitividade, alcançando no ano de 2000, de acordo com dados do IBGE, uma produção da ordem de R\$ 85,4 milhões sendo a microrregião de Rio Branco responsável por R\$ 23,05 milhões, ou seja, 27% da produção estadual. O município de Porto Acre responde, dentro desta microrregião, por aproximadamente 30% do valor total produzido como mostra a tabela 73.

Tabela 73
Valor e Quantum da Produção de Mandioca
Estado do Acre (2000)

Em R\$ 1.000

Variáveis	ACRE (A)	MICRORREGIÃO RIO BRANCO		PORTO ACRE	
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(B)
Valor da Produção	85.362	23.048	0,27	6.824	0,30
Quantum (ton.)	355.779	90.437	0,25	30.600	0,34

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal – 2000.

Do ponto de vista do *quantum* produzido, a microrregião de Rio Branco responde por 90,4 mil das 355,8 mil toneladas de mandioca produzidas no Estado do Acre. O município de Porto Acre produz, segundo dados do IBGE para o ano de 2000, 30,6 mil toneladas de mandioca. A análise do comportamento recente do valor da produção e do *quantum* produzido, particularmente na microrregião de Rio Branco, reforça o quadro de dinamismo da mandioca no Estado do Acre, conforme indicam os dados da tabela 74. Observa-se que houve um enorme crescimento no cultivo da mandioca, principalmente no período entre 1997 e 2000, como pode ser visto através das altas taxas de crescimento registradas e que esse crescimento foi ainda maior em Porto Acre.

Tabela 74
Taxa de Crescimento do Valor e do Quantum da Produção de Mandioca
Microrregião de Rio Branco, Porto Acre
Períodos 1990-95 e 1997-00

Em R\$ 1.000

Variáveis	Rio Branco		Porto Acre	
	1990-95	1997-00	1990-95	1997-00
Valor da Produção	340,16%	521,66%	-	698,26%
Quantum	8,04%	257,27%	-	571,05%

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

Registre-se ainda que a produção de mandioca no Estado do Acre apresenta elevada produtividade média, correspondendo a 16.855 Kg/ha, sendo, portanto, maior do que a produtividade média brasileira que atingiu o valor de 13.482 Kg/ha em 2000, segundo dados do IBGE apresentados na tabela 75 abaixo. O município de Porto Acre, apesar de possuir um rendimento médio inferior ao rendimento médio do Acre e da microrregião de Rio Branco, ainda assim possui um valor superior à média nacional.

Tabela 75
Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare)

Acre	16.855
Brasil	13.482
Rio Branco (micro)	15.440
Porto Acre	15.000

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 2000.

A microrregião de Rio Branco responsável é por R\$ 23,05 milhões, ou seja, 27% da produção estadual. O município de Plácido de Castro responde, dentro desta microrregião, por aproximadamente 23% do valor total produzido como mostra a tabela 76.

Tabela 76
Valor e Quantum da Produção de Mandioca
Estado do Acre (2000)

Em R\$ 1.000

Variáveis	ACRE (A)	MICRORREGIÃO RIO BRANCO		PLÁCIDO DE CASTRO	
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(B)
Valor da Produção	85.362	23.048	0,27	5.400	0,23
Quantum (ton.)	355.779	90.437	0,25	18.000	0,20

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 2000.

Do ponto de vista do *quantum* produzido, a microrregião de Rio Branco responde por 90,4 mil das 355,8 mil toneladas de mandioca produzidas no Estado do Acre. O município de Plácido de Castro produz, segundo dados do IBGE para o ano de 2000, 18,0 mil toneladas de mandioca. A análise do comportamento recente do valor da produção e do *quantum* produzido, particularmente na microrregião de Rio Branco, reforça o quadro de dinamismo da mandioca no Estado do Acre, conforme indicam os dados da tabela 77. Observa-se que houve



um enorme crescimento no cultivo da mandioca, principalmente no período entre 1997 e 2000, como pode ser visto através das altas taxas de crescimento verificadas e que esse crescimento foi ainda maior em Plácido de Castro.

Tabela 77
Taxa de Crescimento do Valor e do Quantum da Produção de Mandioca
Microrregião de Rio Branco, Porto Acre
Períodos 1990-95 e 1997-00

Em R\$ 1.000

Variáveis	Rio Branco		Plácido de Castro	
	1990-95	1997-00	1990-95	1997-00
Valor da Produção	340,16%	521,66%	519,60%	667,65%
Quantum	8,04%	257,27%	-55,91%	242,79%

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

Registre-se ainda que a produção de mandioca no Estado do Acre apresenta elevada produtividade média, correspondendo a 16.855 Kg/ha, sendo, portanto, maior do que a produtividade média brasileira que atingiu o valor de 13.482 Kg/ha em 2000, segundo dados do IBGE apresentados na tabela 78 abaixo. O município de Plácido de Castro, apesar de possuir um rendimento médio inferior ao rendimento médio do Acre e da microrregião de Rio Branco, ainda assim possui um valor superior à média nacional.

Tabela 78
Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare)

Acre	16.855
Brasil	13.482
Rio Branco (micro)	15.440
Plácido de Castro	15.000

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 2000.

Para se ter uma melhor idéia quanto à produtividade alcançada na microrregião de Rio Branco, basta considerar que o rendimento médio dos 10 municípios com melhor desempenho em termos de valor de produção registrou uma média de 13.988 Kg/ha, ou seja, um valor cerca de 10% abaixo do verificado nesta microrregião acreana. O rendimento médio da microrregião de Rio Branco só fica abaixo do rendimento dos municípios de Dom Eliseu na Bahia (maior produtor) e do município de Sena Madureira também no Acre (tabela 79).

Tabela 79
Rendimento Médio (Kg/ha)
10 Municípios Brasileiros com Valor de Produção mais Elevado

Principais Municípios	Valor da Produção	Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare)
Dom Eliseu(PA)	28.000,00	20.000
São Desidério(BA)	23.400,00	12.000
Angical(BA)	22.855,00	12.209
Tefé(AM)	19.500,00	13.000
Sena Madureira(AC)	18.360,00	20.000
Acará(PA)	18.000,00	15.000
Juazeiro(BA)	16.534,00	12.372
Remanso(BA)	16.500,00	12.000
São Félix do Xingu(PA)	15.369,00	10.800
Barreiras(BA)	14.625,00	12.500

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 2000.

Os dados acima mostram o forte vigor na evolução da produção da mandioca no Estado do Acre aproveitando-se, principalmente, das condições edafo-climáticas extremamente favoráveis. Um elemento que pode favorecer um maior nível de cooperação e integração entre os produtores de mandioca está relacionado ao fato de que a microrregião de Rio Branco também se destaca na produção de outros produtos agrícolas, em particular, milho, mamão, banana e arroz.

A microrregião de Sena Madureira é responsável por R\$ 19,21 milhões, ou seja, 22% da produção estadual. O município de Sena Madureira responde, dentro desta microrregião, por aproximadamente 96% do valor total produzido como mostra a tabela 80.

Tabela 80
Valor e Quantum da Produção de Mandioca
Estado do Acre (2000)

Em R\$ 1.000

Variáveis	ACRE (A)	MICRORREGIÃO SENA MADUREIRA		SENA MADUREIRA	
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(B)
Valor da Produção	85.362	19.212	0,22	18.360	0,96
Quantum (ton.)	355.779	64.040	0,18	61.200	0,96

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal – 2000.

Do ponto de vista do *quantum* produzido, a microrregião de Sena Madureira responde por 64,04 mil das 355,8 mil toneladas de mandioca produzidas no Estado do Acre. O município de Sena Madureira produz, segundo dados do IBGE para o ano de 2000, 61,2 mil toneladas de mandioca. A análise do comportamento recente do valor da produção e do *quantum* produzido, particularmente na microrregião de Sena Madureira, reforça o quadro de dinamismo da mandioca no Estado do Acre, conforme indicam os dados da tabela 81. Observa-se que houve um enorme crescimento no cultivo da mandioca, principalmente no período entre 1997 e 2000, como pode ser visto através das altas taxas de crescimento registradas e que esse crescimento foi ainda maior em Sena Madureira.

Tabela 81
Taxa de Crescimento do Valor e do Quantum da Produção de Mandioca
Microrregião de Sena Madureira, Sena Madureira
Períodos 1990-95 e 1997-00

Em R\$ 1.000

Variáveis	Sena Madureira		Sena Madureira	
	1990-95	1997-00	1990-95	1997-00
Valor da Produção	-67,68%	1071,44%	-65,27%	2624,17%
Quantum	-88,06%	636,68%	-91,05%	1114,53%

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

Registre-se ainda que a produção de mandioca no Estado do Acre apresenta elevada produtividade média, correspondendo a 16.855 Kg/ha, sendo, portanto, maior do que a produtividade média brasileira que atingiu o valor de 13.482 Kg/ha



em 2000, segundo dados do IBGE apresentados na tabela 15 abaixo. O município de Sena Madureira se destaca neste indicador, pois detém um rendimento médio bem superior à média nacional assim como à média estadual (tabela 82).

Tabela 82
Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare)

Acre	16.855
Brasil	13.482
Sena Madureira (micro)	19.202
Sena Madureira	20.000

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 2000.

A microrregião de Sena Madureira é responsável por R\$ 19,21 milhões, ou seja, 22% da produção estadual. O município de Manoel Urbano responde, dentro desta microrregião, por aproximadamente 4% do valor total produzido como mostra a tabela 83.

Tabela 83
Valor e Quantum da Produção de Mandioca
Estado do Acre (2000)

Em R\$ 1.000

Variáveis	ACRE (A)	MICRORREGIÃO SENA MADUREIRA		MANOEL URBANO	
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(B)
Valor da Produção	85.362	19.212	0,22	702	0,04
Quantum (ton.)	355.779	64.040	0,18	2.340	0,04

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal – 2000.

Do ponto de vista do *quantum* produzido, a microrregião de Sena Madureira responde por 64,04 mil das 355,8 mil toneladas de mandioca produzidas no Estado do Acre. O município de Manoel Urbano produz, segundo dados do IBGE para o ano de 2000, 2,3 mil toneladas de mandioca. A análise do comportamento recente do valor da produção e do *quantum* produzido, particularmente na microrregião de Sena Madureira, reforça o quadro de dinamismo da mandioca no Estado do Acre, conforme indicam os dados da tabela 14. Observa-se que houve um enorme crescimento no cultivo da mandioca, principalmente no período entre 1997 e 2000. No entanto, o município de Manoel Urbano não acompanhou este desempenho e o *quantum* produzido no município está decaindo ano após ano como pode ser visto através das taxas de crescimento negativas registradas na tabela 84.

Tabela 84
Taxa de Crescimento do Valor e do Quantum da Produção de Mandioca
Microrregião de Sena Madureira, Manoel Urbano
Períodos 1990-95 e 1997-00

Em R\$ 1.000

Variáveis	Sena Madureira		Manoel Urbano	
	1990-95	1997-00	1990-95	1997-00
Valor da Produção	-67,68%	1071,44%	-84,71%	-24,51%
Quantum	-88,06%	636,68%	-29,29%	-32,60%

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

Registre-se ainda que a produção de mandioca no Estado do Acre apresenta elevada produtividade média, correspondendo a 16.855 Kg/ha, sendo, portanto, maior do que a produtividade média brasileira que atingiu o valor de 13.482 Kg/ha em 2000, segundo dados do IBGE apresentados na tabela 85 abaixo. Já o município de Manoel Urbano, conforme apontado na tabela 85, possui um rendimento médio inferior ao rendimento médio do Acre e à média nacional.

Tabela 85
Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare)

Acre	16.855
Brasil	13.482
Sena Madureira (micro)	19.202
Manoel Urbano	10.400

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 2000.

Para se ter uma melhor idéia quanto à produtividade alcançada na microrregião de Sena Madureira, basta considerar que o rendimento médio dos 10 municípios com melhor desempenho em termos de valor de produção registrou uma média de 13.988 Kg/ha, ou seja, um valor cerca de 37% abaixo do verificado nesta microrregião acreana. O rendimento médio da microrregião de Sena Madureira só fica abaixo do rendimento dos municípios de Dom Eliseu na Bahia (maior produtor) e do município de Sena Madureira (isoladamente).

Tabela 86
Rendimento Médio (Kg/ha)
10 Municípios Brasileiros com Valor de Produção mais Elevado

Principais Municípios	Valor da Produção	Rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare)
Dom Eliseu(PA)	28.000,00	20.000
São Desidério(BA)	23.400,00	12.000
Angical(BA)	22.855,00	12.209
Tefé(AM)	19.500,00	13.000
Sena Madureira(AC)	18.360,00	20.000
Acará(PA)	18.000,00	15.000
Juazeiro(BA)	16.534,00	12.372
Remanso(BA)	16.500,00	12.000
São Félix do Xingu(PA)	15.369,00	10.800
Barreiras(BA)	14.625,00	12.500

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 2000.

Os dados acima mostram o forte vigor na evolução da produção da mandioca no Estado do Acre aproveitando-se, principalmente, das condições edafo-climáticas extremamente favoráveis. Um elemento que pode favorecer um maior nível de cooperação e integração entre os produtores de mandioca está relacionado ao fato de que a microrregião de Sena Madureira também se destaca na produção de outros produtos agrícolas, em particular, milho e arroz.



A microrregião de Cruzeiro do Sul é responsável por R\$ 11,9 milhões, ou seja, 14% da produção estadual. O município de Cruzeiro do Sul responde, dentro desta microrregião, por aproximadamente 66% do valor total produzido como mostra a tabela 87.

Tabela 87
Valor e Quantum da Produção de Mandioca
Estado do Acre (2000)

Em R\$ 1.000

Variáveis	ACRE (A)	MICRORREGIÃO CRUZEIRO DO SUL		CRUZEIRO DO SUL	
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(B)
Valor da Produção	85.362	11.917	0,14	7.814	0,66
Quantum (ton.)	355.779	95.490	0,27	43.410	0,45

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal – 2000.

Do ponto de vista do *quantum* produzido, a microrregião de Cruzeiro do Sul responde por 95,5 mil das 355,8 mil toneladas de mandioca produzidas no Estado do Acre. O município de Cruzeiro do Sul produz, segundo dados do IBGE para o ano de 2000, 43,4 mil toneladas de mandioca. A análise do comportamento recente do valor da produção e do *quantum* produzido, particularmente na microrregião de Cruzeiro do Sul, reforça o quadro de dinamismo da mandioca no Estado do Acre, conforme indicam os dados da tabela 88. Houve um crescimento razoável no cultivo da mandioca na microrregião nos períodos 90-95 e 97-00, como pode ser verificado através das taxas de crescimento na tabela abaixo e que esse crescimento também ocorreu no município de Cruzeiro do Sul no período de 97-00.

Tabela 88
Taxa de Crescimento do Valor e do Quantum da Produção de Mandioca
Microrregião de Cruzeiro do Sul, Cruzeiro do Sul
Períodos 1990-95 e 1997-00

Em R\$ 1.000

Variáveis	Cruzeiro do Sul		Cruzeiro do Sul	
	1990-95	1997-00	1990-95	1997-00
Valor da Produção	165,11%	112,93%	76,31%	199,53%
Quantum	14,52%	13,14%	-25,05%	11,44%

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

A microrregião de Cruzeiro do Sul é responsável por R\$ 11,9 milhões, ou seja, 14% da produção estadual. O município de Rodrigues Alves responde, dentro desta microrregião, por aproximadamente 21% do valor total produzido como mostra a tabela 89.

Tabela 89
Valor e Quantum da Produção de Mandioca
Estado do Acre (2000)

Em R\$ 1.000

Variáveis	ACRE (A)	MICRORREGIÃO CRUZEIRO DO SUL		RODRIGUES ALVES	
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(B)
Valor da Produção	85.362	11.917	0,14	2.526	0,21
Quantum (ton.)	355.779	95.490	0,27	31.575	0,33

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal – 2000.

Do ponto de vista do *quantum* produzido, a microrregião de Cruzeiro do Sul responde por 95,5 mil das 355,8 mil toneladas de mandioca produzidas no Estado do Acre. O município de Rodrigues Alves produz, segundo dados do IBGE para o ano de 2000, 31,6 mil toneladas de mandioca. A análise do comportamento recente do valor da produção e do *quantum* produzido, particularmente na microrregião de Cruzeiro do Sul, reforça o quadro de dinamismo da mandioca no Estado do Acre, conforme indicam os dados da tabela 90. Houve um crescimento razoável no cultivo da mandioca na microrregião nos períodos 90-95 e 97-00, como pode ser verificado através das taxas de crescimento na tabela abaixo. Contudo, este desempenho não se reproduziu no município de Rodrigues Alves que teve uma expressiva queda no seu *quantum* produzido no período de 97-00.

Tabela 90
Taxa de Crescimento do Valor e do Quantum da Produção de Mandioca
Microrregião de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves
Períodos 1990-95 e 1997-00

Em R\$ 1.000

Variáveis	Cruzeiro do Sul		Rodrigues Alves	
	1990-95	1997-00	1990-95	1997-00
Valor da Produção	165,11%	112,93%	-	38,11%
Quantum	14,52%	13,14%	-	-97,37%

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

Os dados acima mostram o forte vigor na evolução da produção da mandioca no Estado do Acre aproveitando-se, principalmente, das condições edafo-climáticas extremamente favoráveis. Um elemento que pode favorecer um maior nível de cooperação e integração entre os produtores de mandioca está relacionado ao fato de que a microrregião de Cruzeiro do Sul também se destaca na produção de outros produtos agrícolas, em particular, milho, banana e arroz. Isto poderá ajudar a reduzir o custo de infra-estrutura comum, além de possibilitar outros ganhos advindos da aglomeração produtiva. Esses fatores de competitividade (clima, infra-estrutura econômica e social, ambiente institucional, entre outros) tendem a ser intensificados com a estratégia de *clustering*, possibilitando que a produção do estado do Acre atinja um amplo e crescente mercado com rebatimentos favoráveis e consistentes no crescimento da renda per capita da população e, conseqüentemente, no seu padrão de bem-estar social.

8. Panorama Mundial da Mandioca

A tabela 91 abaixo mostra que a participação relativa da produção brasileira de mandioca em relação à produção mundial foi, em 2001, de cerca de 13,4%, segundo dados da Food and Agricultural Organization (FAO). No período considerado, 1996-2001, a participação da produção brasileira oscilou entre 11,1% (1996) e 13,4% (2001). Projeções da FAO indicam que a produção mundial deverá atingir, em 2005, 210 milhões de toneladas.

Tabela 91
Mandioca - Produção (1996 - 2001)

ANO	PRODUÇÃO MUNDIAL (1.000 toneladas)	BRASIL (1.000 toneladas)
2001	179,0	24,0
2000	176,8	23,3
1999	171,9	20,8
1998	163,6	19,5
1997	161,9	19,8
1996	158,6	17,7

Fonte: FAO

A produtividade da mandioca no Brasil, de 13,5 toneladas/ha., é superior à média mundial que, em 2001, foi de apenas 10,5 toneladas/ha., como mostra a tabela 92 a seguir. É importante ressaltar que isso ocorre, em parte, por causa do processo de mecanização da produção que se verifica de forma acentuada nos últimos anos. Além disso, os produtores de mandioca, notadamente no Sul do país, estão usando cada vez mais herbicidas, o que também contribui para o aumento da produtividade. Já se observa, ainda que timidamente, a introdução de técnicas de cultivo modernas e da mecanização da lavoura nas regiões que tradicionalmente apresentam menor produtividade, ou seja, o Norte e o Nordeste. Porém, nessas duas regiões, a cultura da mandioca ainda é, em grande extensão, praticada como de subsistência.

Tabela 92
Mandioca - Produtividade (1996 - 2001)

ANO	PRODUTIVIDADE MUNDIAL (ton./ha.)	BRASIL (ton./ha.)
2001	10,5	13,5
2000	10,3	13,5
1999	10,3	13,2
1998	9,8	12,3
1997	10,1	12,8
1996	9,7	11,7

Fonte: FAO

As perspectivas do mercado doméstico brasileiro de mandioca são boas, pois dos três segmentos principais do mercado de mandioca, exceto a farinha de mandioca, a expectativa é de incremento no consumo. Em relação à farinha de mandioca, observa-se que, além do crescimento populacional, à medida que o processo de urbanização se aprofundar a demanda por farinha deve crescer, pois muitos dos que cultivam mandioca nas áreas de interior migram para os centros urbanos, abrindo novas oportunidades de produção para aqueles que continuarem a praticar o cultivo da mandioca e a produção de farinha. Por outro lado, em várias regiões do país a diversificação dos hábitos alimentares indica uma tendência de redução no consumo da farinha de mandioca, especialmente nos grandes centros urbanos do Norte e Nordeste.

Existe também bom potencial para o crescimento de outros produtos da mandioca, além da farinha, no Brasil. São particularmente positivas as tendências de

crescimento do mercado de amido ou fécula. A expectativa de aumento da demanda por fécula ou amido está associada ao aumento da demanda por pão de queijo no Brasil. Inicialmente um alimento consumido regionalmente, especialmente no Estado de Minas Gerais, o pão de queijo difundiu-se, nos últimos anos, por todo o país, com milhares de pontos de venda. O pão de queijo não é apenas comercializado em padarias, como no começo do processo de ampliação de mercado, mas também passou a ser vendido congelado, em todos os principais supermercados do país. Além disso, existem *coffee shops*, associadas a grandes redes de franquias, que fazem do pão de queijo um de seus principais produtos.

Além do pão de queijo, o biscoito de polvilho e a tapioca (ou “tapiquinha”), há um certo tempo deixaram de ser produtos típicos de dietas regionais, extrapolaram fronteiras e tornaram-se amplamente consumidos em todo o país. Enquanto o biscoito de polvilho é comercializado em padarias e supermercados, a tapioca é comercializada em *coffee shops*, hotéis e informalmente, através de vendedores ambulantes.

Conclui-se, portanto, que a demanda por amido ou fécula deverá seguir uma trajetória de crescimento significativo, mesmo que existam dificuldades consideráveis para se determinar com precisão a velocidade com que demanda por este produto da mandioca crescerá, devido à inexistência de dados.

Por último, a mandioca frita, cujo hábito de consumo já foi apenas regional, também ganhou dimensão como produto nacional, como substituta de batata frita. Com efeito, já se encontram disponíveis em supermercados mandioca congelada, a preços substancialmente menores que o da batata pronta para fritar. Estima-se que o consumo nacional por mandioca congelada alcance, nos próximos oito anos, entre 30 a 40 mil toneladas/ano, apenas nas quinze maiores cidades do país.

O que parece ser claro é que, até recentemente, produtos alimentares derivados da mandioca tinham mercados concentrados em determinadas regiões do país. Gradualmente, porém, esses mercados foram se ampliando, até atingir a escala nacional. Este fato tem repercutido na demanda doméstica por mandioca e seus produtos, criando tendências favoráveis de crescimento para o setor.

2.2 O Cluster de PECUARIA BOVINA do Estado do ACRE

1. Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do Município de Rio Branco

1.1. Perfil Geral do Município de Rio Branco

O município de Rio Branco foi fundado em 1904 e tem uma área de 9.962 km² (tabela 1). Rio Branco registrou uma população, em 2000, de 253.059 habitantes, dos quais 89,4% viviam no seu centro urbano, evidenciando uma taxa de variação de urbanização, entre 1991 e 2000, de 4,64% (tabela 2).

Mapa 1
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Rio Branco

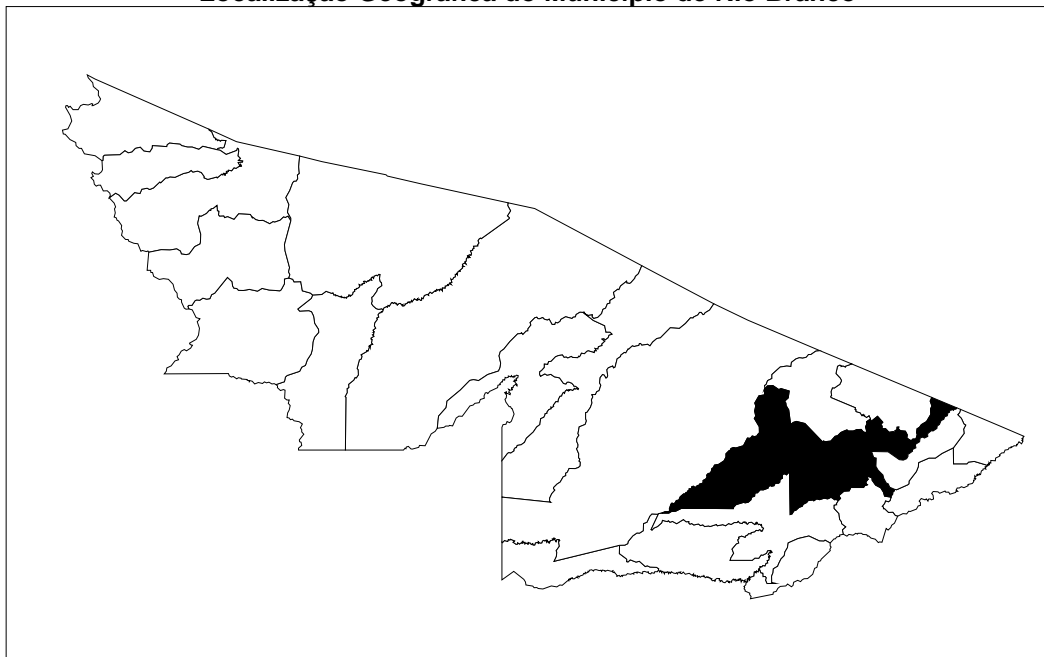


Tabela 1
Caracterização Geral do Município
Município de Rio Branco

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Rio Branco
Área (em Km ²)	9.962	Unidades de Conservação	6
Ano de Instalação	1904	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	0	IDH Renda 1991	0,903
Latitude:	-9,97	IDH 1991	0,722
Longitude:	-67,81	Razão de dependência	27,45

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

1.2. Estrutura Demográfica e Social

Rio Branco vem apresentando moderado dinamismo econômico, conforme comentado mais adiante, e isto tem impulsionado o aumento de sua população, levando-a a crescer 32,45%, no período entre 1991 e 2001 (tabela 2). Na verdade, as principais atividades econômicas do Estado vem se concentrando geograficamente na microrregião de Rio Branco, destacando-se, no interior da mesma, o município de Rio Branco. São, principalmente, as atividades econômicas vinculadas ao complexo produtivo da agropecuária e dos seroviços que tem explicado boa parte do dinamismo econômico e social verificado nesse sub-espaco estadual. Seguem alguns comentários sobre as características econômicas e sociais do município de Rio Branco.

Em que pese o seu bom desempenho econômico recente, **Rio Branco** apresenta algumas características demográficas que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Uma dessas características relaciona-se ao elevado percentual de dependência de sua população, em torno dos 27,45%, sendo que 23,7% é a população abaixo de 10 anos e 3,75% a população acima dos 65 anos, conforme dados da tabela 2. A mortalidade infantil continua sendo também uma variável desfavorável para a microrregião de Rio Branco, tomada como um todo, atingindo o índice de 67,22 mortes antes de se completar um ano de vida, para cada mil nascidos vivos, muito superior ao do Estado e do país, da ordem de 44,7% e 33,1%, respectivamente. Este índice é alarmante. De forma geral, as características econômicas, sociais e demográficas findaram por determinar um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município, tendo Rio Branco alcançado um IDH de 0,722, em 1991, conforme explicitado na tabela 1. Este índice é bastante superior à média do Estado e próximo da média nacional, de 0,584 e 0,742, respectivamente.

1.3. Disponibilidade de Capital Humano em Rio Branco

Os dados da tabela 2 também dão conta da fragilidade dos indicadores de capital humano. No que pese o município de Rio Branco apontar para o maior *número médio de anos de estudo do chefe do domicílio*, em 2000, algo em torno de 5,41, relativamente à microrregião de Rio Branco, 4,91, este nível se situa abaixo do que foi registrado para o país, 5,27 anos. O nível de *analfabetismo* encontrado para a *população com mais de 15 anos de idade*, situado na faixa de 14%, contudo, é inferior à média do Estado, de 24,49% e quase o mesmo do país, 13,61. Registre-se, todavia, que o município de Rio Branco registrou melhoria relativa relevante no período entre 1991 e 2000. Em 1991, o analfabetismo alcançava 22% no mesmo grupo de pessoas, significando uma redução em torno de -35,44% da percentagem de pessoas analfabetas no município, maior do que aquela verificada para a microrregião Rio Branco como um todo, -28,42%.

Tabela 2
Características da População Residente

VARIÁVEIS	M. Rio Branco	Rio Branco
População Residente		
. Em 1991	230.400	197.376
. Em 2001	328.893	261.430
. Variação (1991-2001)	42,75%	32,45%
População Urbana	249.865	226.298
População Rural	68.512	26.761
Taxa Média Anual de Crescimento da População (91-00) (%)		2,52
Taxa de Urbanização		
. Em 1991	77,83	85,46
. Em 2000	78,48	89,42
. Variação (1991-2000)	0,84%	4,64%
População com mais de 15 anos e analfabeta (%)		
. Em 1991	23,56	21,7
. Em 2000	16,86	14,0
. Taxa de Variação no período 1991-2000	-28,42%	-35,44%
Anos médio de estudo do chefe do domicílio em 2000	4,91	5,41
População abaixo de 10 anos no Total do Município (%)		23,70
População acima de 65 anos no Total do Município (%)		3,75
Mortalidade Infantil		
. Em 1990	75,26	53,51
. Em 1998	67,22	46,04
. Variação (1990-98)	-10,68%	-13,96%

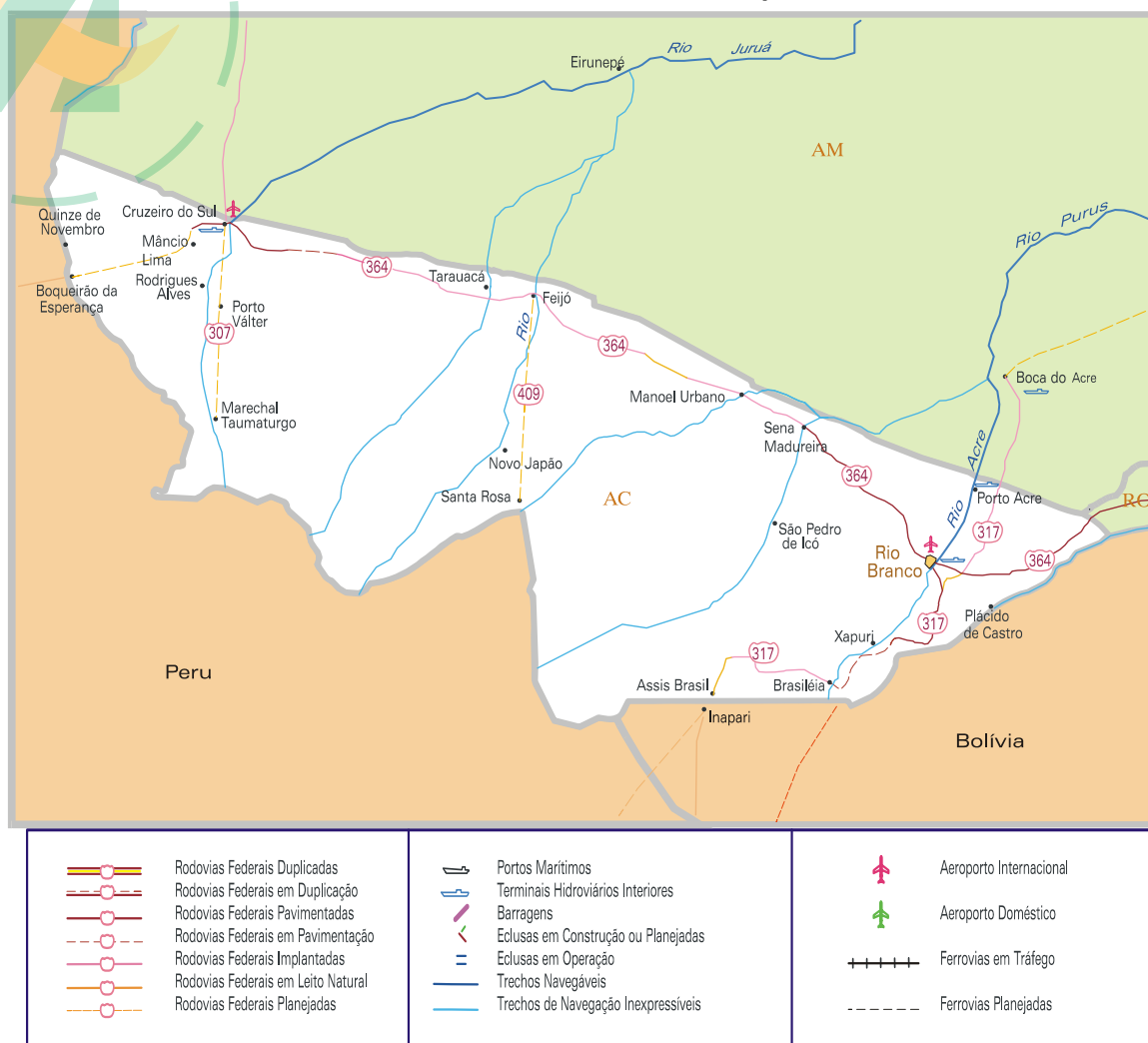
Fonte(s): IBGE, Censos demográficos - 1991, 2000 e estimativa da população, 2001; Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000; Elaboração BASA/IPEA/ANPEC, baseado nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE; Ministério da Saúde.

1.4. A Infra-estrutura e Outras Informações Municipais

1.4.1. A Infra-estrutura de Transportes

Como pode ser verificado no mapa 2, a microrregião de Rio Branco possui uma infra-estrutura de transportes razoável. O sistema rodoviário é composto, principalmente, pela BR-364 e pela BR-317 que atravessam praticamente todo o Estado do Acre, possibilitando desta forma, a ligação também com outras regiões do país. A região é servida também por aeroporto e hidrovia, sendo o aeroporto de Rio Branco um ponto estratégico no sistema de transportes do conjunto de municípios que compõem a microrregião.

Mapa 2
Acre: A Infra-Estrutura de Transportes



1.4.2. Outras Informações Municipais

O município de Rio Branco possui 14 agências bancárias. Os estabelecimentos rurais predominam em Rio Branco, em 2000, os dados da RAIS, apontavam a existência de 2.821 estabelecimentos ligados a esta atividade. Segue, em importância, os estabelecimentos comerciais, 1.008, e os de serviços, 758. Havia também, no mesmo ano, 227 estabelecimentos industriais e 14 agências bancárias.

Tabela 3
Infra-Estrutura - Município de Rio Branco

Taxa de urbanização (%)	89,42	Estabelecimentos de comércio	1008
Agências bancárias	14	Estabelecimentos de serviços	758
Estabelecimentos da indústria	227	Estabelecimentos rurais	2.821
Estabelecimentos da Construção Civil	197		

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000/RAIS - 2000.

Ainda não é satisfatória a situação dos domicílios permanentes do município de Rio Branco. Apesar de, aproximadamente, 93,24% dos mesmos serem servidos pela *coleta de lixo*, apenas em torno de 50,32% deles têm *acesso a água por rede geral*. Além disso, 9,14% dos domicílios permanentes não possuem banheiro ou sanitário.

Tabela 4
Caracterização do Domicílio
Município Rio Branco

Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	50,32
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	0,37
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	93,24
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	9,14
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	40,74

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000

1.5. Caracterização Econômica de Rio Branco

1.5.1. A Produção Econômica de Rio Branco

As principais atividades ligadas à pecuária do município de Rio Branco estão listadas na tabela 5, abaixo. Destaca-se a pecuária bovina com cerca de 170,9 mil cabeças e a avicultura com 209 mil aves e produção de 337 mil dúzias de ovos. Os demais produtos animais ou efetivos são de pequena dimensão econômica.

Tabela 5
Produto Animal e Efetivo dos Rebanhos
Município de Rio Branco

Produto Animal:		Efetivo dos Rebanhos:	
Leite (Mil litros)	5.920	Bovino	170.916
Mel de Abelha (Kg)	1.800	Bubalino	41
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	337	Ovino	5.694
		Caprino	502
		Aves	209.000

Fonte: IBGE, PPM-2000.

Não restam dúvidas que o dinamismo produtivo do município de Rio Branco pode ser explicado, em parte, pela tamanho de seu rebanho bovino, bem como da produção de mandioca e farinha. A tabela 6 abaixo mostra que a produção de mandioca em 2000 foi da ordem de R\$ 3,5 milhões.

Tabela 6
Principais Produtos Vegetais (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura)
Município de Rio Branco

Principais Produtos:	Área ¹	Produção	Rendimento ¹	Valor da Prod ¹
Mandioca (Tonelada)	1229	15977	13	3595
Banana (Mil cachos)	678	662	662	1390
Madeira em tora (Metro cúbico)	n.e.	39150	n.e.	1253
Arroz (em casca) (Tonelada)	1587	2460	2	854
Milho (em grão) (Tonelada)	2762	662	2	822

Fonte: IBGE - PAM, 2000.

¹Área em hectare, rendimento por hectare e valor da produção em mil R\$.

n.e.: não existe

1.5.2. A Estrutura do Emprego do Município de Rio Branco

Do ponto de vista do emprego formal, o setor de serviços e de comércio detém a maior parcela de emprego, juntos representam quase 88% do emprego no município de Rio Branco. A indústria vem na posição seguinte, com aproximadamente 10% dos empregos e a agropecuária registra um pouco mais de 2%, conforme mostram os dados da tabela 7.

Tabela 7
Distribuição do Emprego Formal
Município de Rio Branco

Emprego por Grande Setor (2000)		
Setores	Absoluto	Relativo
Indústria	5357	10%
Comércio	6355	12%
Serviços	40932	76%
Agropecuária	1105	2%

Fonte : IBGE/RAIS

Quando se desagrega um pouco mais os dados, como na tabela 8, verifica-se que tanto em número de estabelecimentos quanto em número de empregos, o item *administração do estado e da política econômica e social* e *comércio varejista* representam, respectivamente, 52,13 e 4,05% dos empregos formais. O fato do setor público ser o principal empregador do município sugere que a economia local é fortemente dependente do setor público, não apenas para geração de emprego, mas também de renda. Essa distorção dificulta a disponibilização de recursos para investimentos em infra-estrutura física e humana, que poderiam favorecer o desenvolvimento do *cluster*.

Tabela 8
Principais Atividades Segundo o Nível de Emprego
Município de Rio Branco

Atividade	Emprego	Estabelecimento
Administração do estado e da política econômica e social	28017	35
Relações exteriores, defesa, justiça, segurança, ordem pública e defesa civil	3461	9
Comércio varejista de outros produtos novos, em lojas especializadas	2175	347
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	1985	179
Outros transportes terrestres	1287	39

Fonte: RAIS - 2000.

1.5.3. O PIB Municipal de Rio Branco

Do ponto de vista da distribuição do PIB, o setor de serviços, em convergência com a distribuição do emprego, apresenta-se hegemônico, tendo garantido, em 1996, 76,3% do valor do PIB do município, seguido pela indústria



com, aproximadamente, 14,9% do PIB global e pelo setor de comércio, responsável por 7,4%. A agropecuária tem uma pequena participação, apenas 1,4%.

Tabela 9
Setores Econômicos: PIB e Emprego
Município de Rio Branco

Composição Setorial do PIB (1996)	
Indústria (%)	14,9
Comércio (%)	7,4
Serviços (%)	76,3
Agropecuária (%)	1,4

Fonte : IBGE/RAIS

O relativo dinamismo econômico ressaltado acima está refletido nos dados apresentados pelo município de Rio Branco em período recente e exibidos na tabela 10. Rio Branco apresentou, a preços correntes de 1998, um PIB absoluto de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão, em 1998, contra US\$ 1,3 bilhões, em 1996, significando um incremento de 6,98% no período. Em relação ao PIB per capita, contudo, houve um decréscimo de 2,04%, devido basicamente ao crescimento populacional do período. O PIB per capita caiu de US\$ 5.921,28, em 1996, para US\$ 5.800,62, em 1998.

Tabela 10
PIB e PIB per capita

VARIÁVEIS	M. Rio Branco	Rio Branco
PIB		
. Em 1996 (em US\$ 1.000 de 1998)	1.437.168,00	1.355.127,00
. Em 1998 (em US\$ 1.000 de 1998)	1.545.672,89	1.449.748,78
. Variação (1996-1998)	7,55%	6,98%
PIB per capita		
. Em 1996 (em US\$ 1,00 de 1998)	5.190,66	5.921,28
. Em 1998 (em US\$ 1,00 de 1998)	5.178,60	5.800,62
. Variação (1996-1998)	-0,23%	-2,04%

Fonte(s): IPEA.

Como indica a tabela 11, as atividades econômicas existentes no município de Rio Branco geraram em 2000 uma renda disponível em torno de R\$ 729,1 milhões e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 524,8 milhões. As empresas atingiram uma receita agregada de R\$ 553,4 milhões. Estes dados evidenciam que o município de Rio Branco possui um bom mercado consumidor, considerando o tamanho da economia do Estado, o que tende a favorecer a expansão de diversas atividades prestadoras de serviços pessoais e empresariais.



Tabela 11
Renda Pessoal, Receita Municipal e PIB Per Capita
Município de Rio Branco

Renda Disponível (R\$)	729.141.798,00
Massa Salarial (R\$)	524.833.173,43
Receita Agregada das Empresas (R\$)	553.401.851,44
Receita Municipal (R\$)	108.875.825,27
PIB Per Capita (US\$ 98)	5.800,62

Fonte: STN, Banco Central, Elaboração BASA/IPEA/ANPEC.

Os dados relativos à distribuição de renda evidenciam, conforme explicita a tabela 12, que o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio situa-se em R\$ 679,79 e a renda pessoal disponível em R\$ 2.881,31. Estes valores superam a média do Estado, da ordem de R\$ 526,36 e R\$ 2.074,00, respectivamente. Ainda, aproximadamente, 67,20% da renda dos chefes de domicílio encontra-se na faixa entre um e cinco salários mínimos e em torno de 20,4% dos *chefes de domicílio* recebe mais do que cinco salários mínimos. Estes dados permitem inferir que o poder de consumo existente no município de Rio Branco pode estimular o desenvolvimento de outras atividades não necessariamente ligadas ao complexo da pecuária bovina.

Tabela 12
Distribuição de Renda
Município de Rio Branco

Rendimento Médio dos chefes de domicílio (R\$), mensal	679,79
Renda disponível per capita (R\$)	2.881,31
Índice de Gini para os rendimentos dos chefes de dom.	0,54
Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa de renda do chefe de domicílio:	
Sem rendimentos (%)	8,62
Inferior a 1 SM (%)	3,79
01 e 05 SM (%)	67,20
05 e 10 SM (%)	12,62
10 e 15 SM (%)	3,28
Maior que 15 SM (%)	4,50

Fonte: IBGE, Censo 2000.

2. Características Gerais, Demográficas, Econômicas e Sociais do Município de Plácido de Castro

2.1. Perfil Geral do Município de Plácido de Castro

O município de Plácido de Castro foi fundado em 1976 e tem uma área de 2.056 km², distanciando-se de Rio Branco em 79 Km (tabela 13). Plácido de Castro registrou uma população, em 2000, de 15.172 habitantes, dos quais 46% viviam no seu centro urbano, evidenciando uma taxa de variação de urbanização, entre 1991 e 2000, de 64,96% (tabela 14).

Mapa 1
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Plácido de Castro



Tabela 13
Caracterização Geral do Município
Município de Plácido de Castro

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Rio Branco
Área (em Km ²)	2.056	Unidades de Conservação	2
Ano de Instalação	1976	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	79	IDH Renda 1991	0,322
Latitude:	-10,33	IDH 1991	0,447
Longitude:	-67,18	Percentual de dependência	30,66

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

2.2. Estrutura Demográfica e Social

Plácido de Castro vem apresentando dinamismo econômico moderado, conforme comentado mais adiante, mas apesar disso sua população sofreu um pequeno decréscimo, de -0,21%, no período entre 1991 e 2001.. São, principalmente, as atividades econômicas vinculadas ao complexo produtivo da pecuária bovina que tem explicado boa parte do dinamismo econômico e social verificado nesse sub-espço estadual. Seguem alguns comentários sobre as características econômicas e sociais do município de Plácido de Castro.

Em que pese o seu razoável desempenho econômico recente, Plácido de Castro apresenta algumas características demográficas que podem ser obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento futuro. Uma dessas características relaciona-se ao elevado percentual de dependência de sua população, em torno dos 31%, sendo que 26,69% é a população abaixo de 10 anos e 3,97% a população acima dos 65 anos, conforme dados da tabela 14. A mortalidade infantil continua sendo também uma variável desfavorável para a microrregião de Rio Branco, tomada como um todo, atingindo o índice de 67,22 mortes antes de se completar um ano de vida,

para cada mil nascidos vivos. Este índice supera em muito a média do Estado e do país, de 44,7 e 33,1 mortes, respectivamente. Outras características desfavoráveis relacionam-se aos indicadores de escolaridade, a serem comentados mais adiante. De forma geral, as características econômicas, sociais e demográficas findaram por determinar um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o município, tendo Plácido de Castro alcançado um IDH de 0,447, em 1991, conforme explicitado na tabela 13, bem menor que o mesmo indicador para o Estado e o país, 0,584 e 0,742, respectivamente.

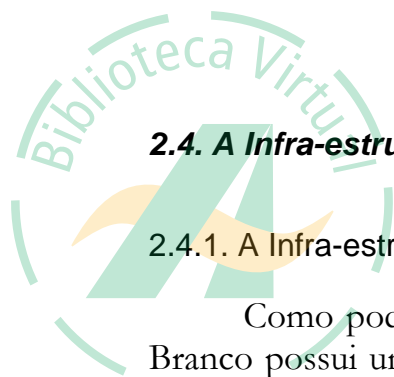
2.3. Disponibilidade de Capital Humano em Plácido de Castro

Os dados da tabela 14 também dão conta da fragilidade dos indicadores de capital humano. O município de Plácido de Castro registrou menor *número médio de anos de estudo do chefe do domicílio*, em 2000, algo em torno de 3,05, relativamente à microrregião de Rio Branco, 4,91, este nível se situa abaixo do que foi registrado para o país, 5,27 anos. Corrobora este argumento o elevado nível de *analfabetismo* encontrado para a *população com mais de 15 anos de idade*, situado na faixa de 25%. Registre-se, todavia, que o município de Plácido de Castro registrou melhoria relativa relevante no período entre 1991 e 2000. Em 1991, o analfabetismo alcançava 37% no mesmo grupo de pessoas, significando uma redução em torno de -32,95% da percentagem de pessoas analfabetas no município, maior do que aquela verificada para a microrregião de Rio Branco como um todo, -28,42%.

Tabela 14
Características da População Residente

VARIÁVEIS	M. Rio Branco	Plácido de Castro
População Residente		
. Em 1991	230.400	15.535
. Em 2001	328.893	15.502
. Variação (1991-2001)	42,75%	-0,21%
População Urbana	249.865	6.979
População Rural	68.512	8.193
Taxa Média Anual de Crescimento da População (91-00) (%)		0,24
Taxa de Urbanização		
. Em 1991	77,83	27,89
. Em 2000	78,48	46
. Variação (1991-2000)	0,84%	64,96%
População com mais de 15 anos e analfabeta (%)		
. Em 1991	23,59	0,37
. Em 2000	16,94	0,25
. Taxa de Variação no período 1991-2000	-28,11%	-32,95%
Anos médio de estudo do chefe do domicílio em 2000	4,91	3,05
População abaixo de 10 anos no Total do Município (%)		26,69
População acima de 65 anos no Total do Município (%)		3,97
Mortalidade Infantil		
. Em 1990	75,26	78,88
. Em 1998	67,22	70,75
. Variação (1990-98)	-10,68%	-10,31%

Fonte(s): IBGE, Censos demográficos - 1991, 2000 e estimativa da população, 2001; Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000; Elaboração BASA/IPEA/ANPEC, baseado nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE; Ministério da Saúde.



2.4. A Infra-estrutura e Outras Informações Municipais

2.4.1. A Infra-estrutura de Transportes

Como pode ser verificado no mapa 2 da seção 1.4.1, a microrregião de Rio Branco possui uma infra-estrutura de transportes razoável. O sistema rodoviário é composto, principalmente, pela BR-364 e pela BR-317 que atravessam praticamente todo o Estado do Acre, possibilitando desta forma, a ligação também com outras regiões do país. A região é servida também por aeroporto e hidrovias, sendo o aeroporto de Rio Branco um ponto estratégico no sistema de transportes do conjunto de municípios que compõem a microrregião.

2.4.2. Outras Informações Municipais

Os estabelecimentos rurais predominam em Plácido de Castro, em 2000, os dados da RAIS, apontavam a existência de 1.203 estabelecimentos ligados a esta atividade. Seguiu, em importância, os estabelecimentos comerciais, 14, e os de serviços, 5. Havia também, no mesmo ano, 4 estabelecimentos industriais e 1 de construção civil. Não há registro de agência bancária no município (tabela 15).

Tabela 15
Infra-Estrutura
Município de Plácido de Castro

Taxa de urbanização (%)	46,00	Estabelecimentos de comércio	14
Agências bancárias	-	Estabelecimentos de serviços	5
Estabelecimentos da indústria	4	Estabelecimentos rurais	1.203
Estabelecimentos da Construção Civil	1		

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000/RAIS - 2000.

Ainda não é satisfatória a situação dos domicílios permanentes do município de Plácido de Castro. Apesar de, aproximadamente, 98% dos mesmos serem servidos pela *coleta de lixo*, apenas em torno de 12,73% deles têm *acesso a água por rede geral*. Além disso, 25,38% dos domicílios permanentes não possuem banheiro ou sanitário (tabela 16).

Tabela 16
Caracterização do Domicílio
Município Plácido de Castro

Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	12,73
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	1,71
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	97,60
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	25,38
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	1,48

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas - 2000

2.5. Caracterização Econômica de Plácido de Castro

2.5.1. A Produção Econômica de Plácido de Castro

A economia de Plácido de Castro é extremamente dependente da lavoura da mandioca, banana e da pecuária bovina, como será visto mais adiante. De resto a base econômica é diminuta no que diz respeito às demais atividades agropecuárias, como pode ser observar nas tabelas 17 e 18 a seguir.

Tabela 17
Produto Animal e Efetivo dos Rebanhos
Município de Plácido de Castro

Produto Animal:		Efetivo dos Rebanhos:	
Leite (Mil litros)	6.105	Bovino	90.451
Mel de Abelha (Kg)	0	Bubalino	0
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	125	Ovino	2.360
		Caprino	250
		Aves	71.050

Fonte: IBGE, PPM-2000.

Tabela 18
Principais Produtos Vegetais (Agricultura, Extrativismo e Silvicultura)
Município de Plácido de Castro

Principais Produtos:	Área ¹	Produção	Rendimento ¹	Valor da Prod ¹
Mandioca (Tonelada)	1200	18000	15	5400
Banana (Mil cachos)	1300	1430	1430	3575
Madeira em tora (Metro cúbico)	n.e.	20500	n.e.	615
Milho (em grão) (Tonelada)	1200	2160	2	443
Feijão (em grão) (Tonelada)	600	1430	1	344

Fonte: IBGE - PAM, 2000.

¹Área em hectare, rendimento por hectare e valor da produção em mil R\$.
n.e.: não existe

2.5.2. A Estrutura do Emprego do Município de Plácido de Castro

Do ponto de vista formal o setor de serviços e de comércio detém a maior parcela de emprego, juntos representam quase 91% do emprego no município de Plácido de Castro. A agropecuária vem na posição seguinte, com aproximadamente 5% dos empregos e a indústria registra um pouco mais de 4%, conforme mostram os dados da tabela 19.

Tabela 19
Distribuição do Emprego Formal
Município de Plácido de Castro

Emprego por Grande Setor (2000)		
Setores	Absoluto	Relativo
Indústria	15	4%
Comércio	58	15%
Serviços	295	76%
Agropecuária	18	5%

Fonte : IBGE/RAIS

Quando se desagrega um pouco mais os dados, como na tabela 8, verifica-se que tanto em número de estabelecimentos quanto em número de empregos, o item *administração do estado e da política econômica e social* e *comércio varejista* representam, respectivamente, 75,13 e 7,77% dos empregos formais. Este resultado também indica o grande grau de dependência do economia local em relação ao setor público, tanto como gerador de emprego como de renda (tabela 20).

Tabela 20
Principais Atividades Segundo o Nível de Emprego
Município de Plácido de Castro

Atividade	Emprego	Estabelecimento
Administração do estado e da política econômica e social	290	2
Comércio varejista de mercadorias em geral, em lojas não especializadas	30	6
Pecuária	13	9
Comércio varejista de outros produtos novos, em lojas especializadas	9	3
Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	7	2

Fonte: RAIS - 2000.

2.5.3. O PIB Municipal de Plácido de Castro

Do ponto de vista da distribuição do PIB, o setor de serviços, em convergência com a distribuição do emprego, apresenta-se hegemônico, tendo garantido, em 1996, 50,6% do valor do PIB do município, seguido pelo agropecuário com, aproximadamente, 40,5% do PIB global e pelo setor industrial, responsável por 6,1%. O setor de comércio tem uma pequena participação, apenas 2,8% (tabela 21).

Tabela 21
Setores Econômicos: PEmprego
Município de Plácido de Castro

Composição Setorial do PIB (1996)	
Indústria (%)	6,1
Comércio (%)	2,8
Serviços (%)	50,6
Agropecuária (%)	40,5

Fonte : IBGE/RAIS

O razoável dinamismo econômico ressaltado acima está refletido nos dados apresentados pelo município de Plácido de Castro em período recente e exibidos na Tabela 22. Plácido de Castro apresentou, a preços correntes de 1998, um PIB absoluto de aproximadamente US\$ 22,3 milhões, em 1998, contra US\$ 16,1 milhões, em 1996, significando um incremento de 38,73% no período. A robustez deste crescimento fica mais explicitada quando se observa o desempenho no período em termos de PIB per capita. Neste caso, o crescimento foi de 40,23%, tendo este saltado de US\$ 1.326,92, em 1996, para US\$ 1.326,92, em 1998.

Tabela 22
PIB e PIB per capita

VARIÁVEIS	M. Rio Branco	Plácido de Castro
PIB		
. Em 1996 (em US\$ 1.000 de 1998)	1.437.168,00	16.057,00
. Em 1998 (em US\$ 1.000 de 1998)	1.545.672,89	22.275,26
. Variação (1996-1998)	7,55%	38,73%
PIB per capita		
. Em 1996 (em US\$ 1,00 de 1998)	5.190,66	1.326,92
. Em 1998 (em US\$ 1,00 de 1998)	5.178,60	1.860,77
. Variação (1996-1998)	-0,23%	40,23%

Fonte(s): IPEA.

Como indica a tabela 23, as atividades econômicas existentes no município de Plácido de Castro geraram em 2000 uma renda disponível em torno de R\$ 24,2 milhões e uma massa salarial de aproximadamente R\$ 16,1 milhões. As empresas atingiram uma receita agregada de R\$ 1,6 milhões. Estes dados evidenciam que o município de Plácido de Castro um pequeno mercado consumidor, o que não favorece a expansão de diversas atividades prestadoras de serviços pessoais e empresariais.

Tabela 23
Renda Pessoal, Receita Municipal e PIB Per Capita
Município de Plácido de Castro

Renda Disponível (R\$)	24.224.486,73
Massa Salarial (R\$)	16.057.424,60
Receita Agregada das Empresas (R\$)	1.641.578,71
Receita Municipal (R\$)	-
PIB Per Capita (US\$ 98)	1.860,77

Fonte: STN, Banco Central, Elaboração BASA/IPEA/ANPEC.

Os dados relativos à distribuição de renda evidenciam, conforme explicita a tabela 24, que o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio situa-se em R\$ 348,01 e a renda pessoal disponível em R\$ 1.596,66. Esses valores são bem menores que a média do Estado e do país, da ordem de R\$ 526,36 e R\$ 2.074,40, respectivamente.. Ainda, aproximadamente, 68,48% da renda dos chefes de domicílio encontra-se na faixa entre um e cinco salários mínimos e em torno de 8% dos *chefes de domicílio* recebe mais do que cinco salários mínimos. Estes dados permitem inferir que o poder de consumo existente no município de Plácido de Castro não tende a estimular o desenvolvimento de outras atividades não necessariamente ligadas à base da economia local.

Tabela 24
Distribuição de renda
Município de Plácido de Castro

Rendimento Médio dos chefes de domicílio (R\$)	348,01
Renda disponível per capita (R\$)	1.596,66
Índice de Gini para os rendimentos dos chefes de dom.	0,49
Distribuição percentual dos moradores segundo a faixa de renda do chefe de domicílio:	
Sem rendimentos (%)	9,44
Inferior a 1 SM (%)	14,09
01 e 05 SM (%)	68,48
05 e 10 SM (%)	6,18
10 e 15 SM (%)	0,94
Maior que 15 SM (%)	0,87

Fonte: IBGE, Censo 2000.

3. Dinamismo Recente do *Cluster* de Pecuária Bovina do Estado do Acre

Estima-se que o valor do estoque do efetivo bovino do Estado do Acre seja de R\$ 672,6 milhões, em 2000. Essa magnitude serve para dimensionar a grande importância da atividade na economia do Estado. Segundo, o IBGE, o efetivo bovino do Pará foi de 1,0 milhões de cabeças, em 2000.

Enquanto no Brasil a relação efetivo por habitante é aproximadamente 1,0, no Acre, é de 1,85. Isto sugere que o Estado apresenta dotações que favorecem o desenvolvimento da pecuária em relação com o país como um todo.

A microrregião de Rio Branco apresenta as boas condições para a consolidação de um *cluster* de pecuária bovina de corte. Como indica a tabela 25 abaixo, essa microrregião concentra 56,0% do rebanho bovino do Estado, ou seja, 583,0 mil de cabeças, em 2000. Dessas, os municípios Rio Branco e Plácido de Castro participam com 29% e 15%, respectivamente.

Tabela 25
Efetivo Bovino
Estado do Acre (2000)

Variáveis	ACRE (A)	MICRORREGIÃO RIO BRANCO		RIO BRANCO		PLACIDO DE CASTRO	
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(B)	(D)	(D)/(B)
Efetivo	1.033.311	583.063	0,56	170.916	0,29	90.451	0,15

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal - 2000.

A evolução do efetivo bovino na microrregião de São Félix do Xingu, bem como no seu principal município, Tucumã, no período 1990-1995 foi relativamente boa, com taxas de variação entre 13% e 16%, no período considerado. No período 1997-2000, o crescimento do efetivo em Plácido de Castro foi significativo, da ordem de 55,74%, recuperando-se do fraco desempenho no período 1990-1995. O município de Rio Branco, contudo, não apresentou crescimento convincente em ambos os períodos., como mostra a tabela 26 a seguir.

Tabela 26
Taxa de Crescimento do Efetivo Bovino
Microrregião Rio Branco, Rio Branco e Plácido de Castro
Períodos 1990-95 e 1997-00

Variáveis	Rio Branco		Rio Branco		Plácido de Castro	
	1990-95	1997-00	1990-95	1997-00	1990-95	1997-00
Efetivo	13,11%	15,73%	-40,21%	7,33%	-24,54%	55,74%

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

4. Panorama Mundial

A produção mundial deve crescer continuamente nos próximos cinco anos, a uma taxa média aproximada de 1,5% a.a. A China, se mantiver suas extraordinárias taxas de crescimento, será o país que apresentará a maior taxa de crescimento da demanda por carne bovina, criando condições positivas tanto para os produtores domésticos quanto para os exportadores para aquele mercado.

O consumo per capita mundial de carne bovina, segundo as previsões, na tabela 27, deverá crescer nos próximos anos (pelo menos até 2005), devido ao aumento na demanda em países em desenvolvimento ou em transição, sobretudo na Ásia. Destacam-se dentre os países asiáticos a China, Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas e Japão, onde o crescimento do consumo per capita deverá superar o crescimento da população. Na América Latina, espera-se incrementos no consumo per capita no México e no Brasil, mas na Argentina deverá ocorrer uma redução. A Rússia deverá experimentar apenas um crescimento moderado nos próximos anos, devido à disponibilidade a preços mais baixos de substitutos, como a carne de porco e de frango. Projeta-se, para a maioria dos países da União Européia, uma moderada redução, em relação aos níveis atuais, do consumo per capita, devido aos efeitos da encefalopatia espongiforme - BSE (também conhecida como doença da “vaca louca”), como mostra a tabela 44 abaixo. Nos Estados Unidos, o crescimento do consumo per capita de carne bovina deverá ser menor que o da população, pois os preços relativos favorecem outros tipos de carne.

Apenas 10% da produção mundial de carne bovina é comercializada nos mercados mundiais. As exportações de carne bovina, além do preço e da qualidade, são influenciadas por restrições fitossanitárias, tarifas, quotas e subsídios. Os principais países exportadores são a Austrália, a União Européia, os Estados Unidos, a Nova Zelândia, o Brasil, a Argentina e o Canadá, que têm respondido entre 80% a 90% das exportações mundiais.

As possibilidades dos principais países exportadores manterem ou ampliarem suas respectivas participações nos mercados mundiais dependerá da recorrência de epidemias de febre aftosa. Alguns países importadores adotam políticas extremamente rigorosas quanto às exportações oriundas de países nos quais a febre aftosa afeta, ainda que em pequenas áreas, o rebanho. Outros impõem a obrigatoriedade de tratamento especial para a carne exportada (aquecimento e

empacotamento a vácuo), o que reduz significativamente o potencial de países onde a febre aftosa é um problema recorrente, como Brasil, Argentina e Uruguai.

O comércio internacional de carne bovina é classificado entre a carne de gado alimentado com grãos e com pastagens. A diversidade da carne desses tipos de gado cria uma segmentação no mercado. Assim os Estados Unidos, por exemplo, são o principal produtor mundial e, ao mesmo tempo, o principal importador (tabela 27). Os Estados Unidos produzem e exportam carne de gado alimentado com grãos e importam carne de rebanhos alimentados com pastagens. O diferencial de preço favorece a carne bovina oriunda de países que alimentam seus rebanhos com grãos. Porém, recente tendência indica que esse diferencial pode se reduzir, pois parte dos grãos que servem de ração é composta de transgênicos, os quais vêm enfrentando resistência por parte de um crescente número de consumidores. Por outro lado, por ter como alimentação básica pastagens, o gado brasileiro, como o argentino, o uruguaio e a maior parte do gado neozelandês e australiano, oferecem risco nulo de contaminação pela encefalopatia espongiforme.

A tabela 27 a seguir mostra que, segundo as projeções do USDA, a Austrália continuará como o principal exportador de carne bovina do mundo, no período 2000-2007, seguida de perto pelos Estados Unidos, especialmente no fim do período considerado. Pelas projeções, as exportações brasileiras deverão ficar relativamente estagnadas, no período 2003-2007. No entanto, é importante destacar que tais resultados refletem a atual restrição fitossanitária. Caso os problemas fitossanitários sejam debelados, certamente as exportações brasileiras poderão apresentar forte ritmo de crescimento no período. É importante observar, contudo, que grande parte da produção brasileira deverá ser destinada para o atendimento da demanda interna, uma vez que as previsões indicam um aumento do consumo per capita no Brasil (tabela 28).

Tabela 27
Previsões (2002-2007):
Principais Importadores e Exportadores de Carne Bovina

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Importações em 1.000 toneladas</i>						
Importadores						
Estados Unidos	1.417	1.497	1.542	1.588	1.497	1.406
Japão	960	981	1.028	1.054	1.077	1.095
Coréia do Sul	250	290	308	327	348	370
Taiwan	83	86	92	97	103	109
Filipinas	110	127	130	137	148	160
União Européia	440	440	440	440	440	440
Rússia	650	718	755	792	825	851
Leste Europeu	47	60	64	66	66	64
Egito	130	134	134	136	139	141
Arábia Saudita	69	73	77	81	86	90
México	440	481	517	564	616	656
Canadá	325	327	329	331	333	335
Principais Importadores	4.842	4.660	4.921	5.214	5.416	5.614
<i>Exportações em 1.000 toneladas</i>						
Exportadores						
Estados Unidos	1.061	1.100	1.145	1.191	1.236	1.270
Austrália	1.370	1.358	1.308	1.285	1.270	1.279
Nova Zelândia	530	579	605	616	622	623
Outros países asiáticos	410	418	425	431	434	442
União Européia	600	749	817	817	817	817
Leste Europeu	79	75	72	70	66	65
Ucrânia	75	82	90	98	107	118
Argentina	250	258	269	281	294	310
Brasil	623	609	591	572	561	563
Canadá	575	602	621	640	654	677
Principais Exportadores	5.573	5.829	5.943	6.000	6.062	6.164

Fonte: USDA Baseline Projections, February 2002.

O abate de carne bovina no mundo é de cerca de 130 milhões de cabeças e o Brasil deve participar, em 2002, com 14% desse total. No mundo existem em torno de 1,2 bilhão de cabeças, das quais o Brasil participa com 170 milhões.

5. Competitividade

A tabela 28 a seguir mostra um importante indicador de *benchmarking* da pecuária bovina de alguns dos principais países exportadores de carne, ou seja, de vários dos principais competidores que o Brasil enfrenta nos mercados internacionais. O indicador em questão refere-se ao rendimento, kg/cabeça, que indica a proporção de engorda diária por cabeça. Pode-se observar que os Estados Unidos apresentam os melhores resultados. Isto ocorre não apenas devido ao tipo de ração (grãos), mas à predominância da criação intensiva bem como da qualidade genética do plantel, além de outros cuidados que contribuem para a elevação da produtividade. A Austrália ocupa a segunda posição, com a relação kg/cabeça, equivalendo a 0,24. Nesse caso, é importante observar que a Austrália pratica uma

pecuária não totalmente extensiva, como poderia se esperar, mas também intensiva. Já na Argentina, cuja pecuária é extensiva e a alimentação do rebanho origina-se em pastagens, como no Brasil, a relação kg/cabeça, 0,21, é superior ao Brasil, que é de 0,20 kg/cabeça.

A avaliação comparativa da relação kg/cabeça mostra que o Brasil apresentou o pior resultado. Isto indica que a velocidade com que o gado bovino brasileira ganhar peso é inferior à dos maiores exportadores mundiais, revelando a necessidade de ganhos de eficiência nesse indicador de competitividade.

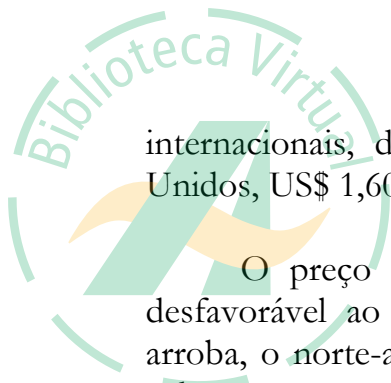
Por outro lado, observando-se as previsões relativas ao consumo per capita, (tabela 28) constata-se que a evolução do consumo per capita no Brasil dar-se-á de forma crescente ao longo do período considerado. Com efeito, enquanto as projeções do consumo per capita dos principais países exportadores de carne apresentam estagnação ou decréscimo, no Brasil, observa-se uma trajetória moderadamente ascendente ao longo de todo o período.

Tabela 28
Carne Bovina: Indicadores de *Benchmarking* e Consumo (2000 - 2005)

País	Indicadores		
	Rendimento (kg/cabeça)	Produção (1.000 ton.)	Consumo per capita
Estados Unidos			
2000	0.30	10.735	39.2
2001	0.30	10.759	38.9
2002	0.30	10.877	38.9
2003	0.30	10.950	38.8
2004	0.30	10.929	38.3
2005	0.30	10.959	38.0
Argentina			
2000	0.21	2.467	55.1
2001	0.21	2.493	55.0
2002	0.21	2.554	55.8
2003	0.21	2.617	56.5
2004	0.21	2.640	56.3
2005	0.21	2.607	54.6
Austrália			
2000	0.23	1.959	37.1
2001	0.24	1.986	37.2
2002	0.24	2.002	37.3
2003	0.24	2.012	37.3
2004	0.24	2.032	37.3
2005	0.24	2.053	37.3
Brasil			
2000	0.20	5.149	28.8
2001	0.20	5.211	28.9
2002	0.20	5.415	29.8
2003	0.20	5.627	30.7
2004	0.20	5.858	31.7
2005	0.20	6.059	32.5

Fonte: International Agricultural Baseline Projections, USDA, 1998.

Outro fator importante para caracterizar a competitividade da pecuária nacional é apresentado na tabela 29 a seguir. Observa-se que o custo de produção no Brasil é significativamente menor que o de seus principais competidores



internacionais, da ordem de 0,99 US\$/carcaça, contra US\$ 1,80 dos Estados Unidos, US\$ 1,60 da Austrália e US\$ 1,30 da Argentina.

O preço médio recebido pelos produtores, relativo a 2001, contudo, é desfavorável ao Brasil. Enquanto o produtor brasileiro recebe US\$ 17,13 por arroba, o norte-americano auferir US\$ 43,87 e na União Europeia o preço médio sobe para extraordinários US\$ 50,00 a 60,00, segundo a CNA.

Tabela 29
Custos da Produção de Carne Bovina no Mundo (US\$/Kg carcaça)

Brasil	0,99
Nova Zelândia	1,23
Argentina	1,30
Austrália	1,60
Estados Unidos	1,80
Irlanda	2,90

Fonte: USDA, Rapobanz International – 1996, Anuário da Pecuária Brasileira (1999), análise da equipe Mackinsey Consultores.

Nota: Todos os custos (com exceção do Brasil) foram transformados de US\$/Kg peso acabado (peso vivo) para US\$/Kg carcaça, usando-se como parâmetro o peso da carcaça igual a 50% do peso acabado.

**Custos de produção e processamento. Não inclui custos de transportes

A competitividade da pecuária brasileira, a sanidade do rebanho e as ações para melhora da produção pecuária projetam expectativas bastantes otimistas quanto ao desenvolvimento dessa atividade no país. Para um rebanho em torno de 170 milhões de animais, a taxa de abate média é de cerca de 20%, o que representa 34 milhões de cabeças. Esta elevada taxa de abate, a produção brasileira de couro também é bastante expressiva. Estima-se uma produção, em 2002, de 7,15 milhões de toneladas, com exportações previstas de 1 milhão de toneladas, o que significa uma receita de US\$ 1,2 bilhão. A manter-se essas expectativas, o Brasil será, em 2002, o terceiro maior exportador de carne do mundo. Além disso, tem se observado incrementos contínuos na produtividade nas principais áreas exportadoras do país.

O fato da espécie zebu ser a predominante nos rebanhos brasileiros traz um benefício adicional em relação às espécies europeias, devido ao seu maior rendimento para o produção industrial.

A cadeia produtiva da carne no Brasil gera mais de 7 milhões de empregos, em 2,19 milhões de estabelecimentos dedicados à pecuária, ocupando 225 milhões de hectares. Existem no país cerca de 750 indústrias frigoríficas, 560 de curtumes e 4.200 de calçados. A produção primária da pecuária bovina de corte (dentro da fazenda), em 2002, é estimada em R\$ 21 bilhões, superando a soja, com R\$ 15 bilhões e a cana-de-açúcar com R\$ 9 bilhões, segundo a Confederação Nacional da Agricultura. Desta forma o setor da carne bovina consolida-se como o maior segmento da agropecuária nacional.

Atualmente existe, no Brasil, em torno de 200 milhões de hectares de pastagens naturais e plantadas. A recuperação das pastagens em degradação torna-se, contudo, essencial para a sustentabilidade da atividade, pois além dos danos ambientais a recuperação de pastagens degradadas evitaria a necessidade de ocupar novas áreas para a exploração pecuária. A expectativa é que, com a evolução da pecuária, as atuais áreas de pastagens possam vir a ser utilizadas para a exploração de outros produtos.

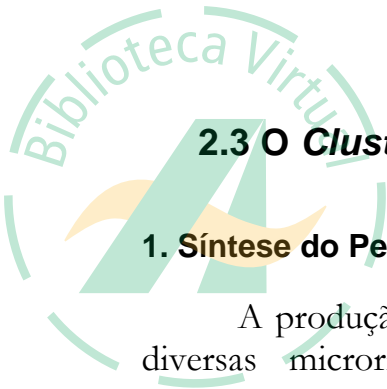
Um dos fatores determinantes da competitividade da pecuária brasileira é a produção do “boi verde”, que está ganhando crescente aceitação nos mercados internacionais, especialmente no mercado europeu. A pecuária brasileira também tem obtido bons resultados na ampliação de seus mercados, particularmente no Chile, Europa, Ásia e no Oriente Médio. A implantação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina, além de promover uma melhor gestão do sistema produtivo como um todo, atenderá exigências do mercado, ampliando as possibilidades de exportação do setor.

Do ponto de vista tecnológico, a pecuária no país tem progredido consideravelmente em relação à suplementação mineral, manejos, pastagens e eliminação da fase de recria. Ao mesmo tempo, a disseminação da inseminação artificial, a redução da idade das vacas e o crescimento de cruzamentos industriais para a produção de novilho precoce têm produzido significativo incremento na eficiência, o que pode ser ilustrado pela redução da idade de abate que, atualmente, varia entre 24 e 30 meses, quando era de 48 meses. É particularmente importante a evolução da inseminação artificial no país, que vem crescendo entre 8% e 10% ao ano, segundo a Associação Brasileira de Inseminação Artificial.

A febre aftosa, um problema que afeta seriamente a competitividade da pecuária bovina brasileira, tem se reduzido consideravelmente. Com efeito, segundo dados do Ministério da Agricultura 42% do território brasileiro e 71% de seu rebanho já estão, atualmente, livres da aftosa. Isto significa que em torno de 126 milhões de cabeças já estão livres da febre aftosa. O Ministério da Agricultura antecipou o prazo estabelecido pelo Programa Nacional de Erradicação para a completa erradicação da febre aftosa para 2004. Apesar de ter baixos riscos para humanos, a contaminação do rebanho pelo vírus da aftosa é utilizada como pretexto para o estabelecimento de barreiras comerciais por parte dos países importadores de carne bovina. Regiões do território nacional com suspeita de aftosa ficam à margem do mercado internacional e são submetidas a fortes restrições no mercado nacional. Além da aftosa, a brucelose, a tuberculose, a estomatite vesicular e a raiva de herbívoros também ameaçam o rebanho nacional, porém com índices de incidência baixos.



Já estão livres da aftosa 12 Estados: Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Gross, Tocantins, Bahia, Sergipe, Goiás e Distrito Federal. Por outro lado, o número de focos de febre aftosa no país recuou de 1.232, em 1992, para 37, em 2001. Há um ano não é registrado nenhum novo foco de aftosa no país.

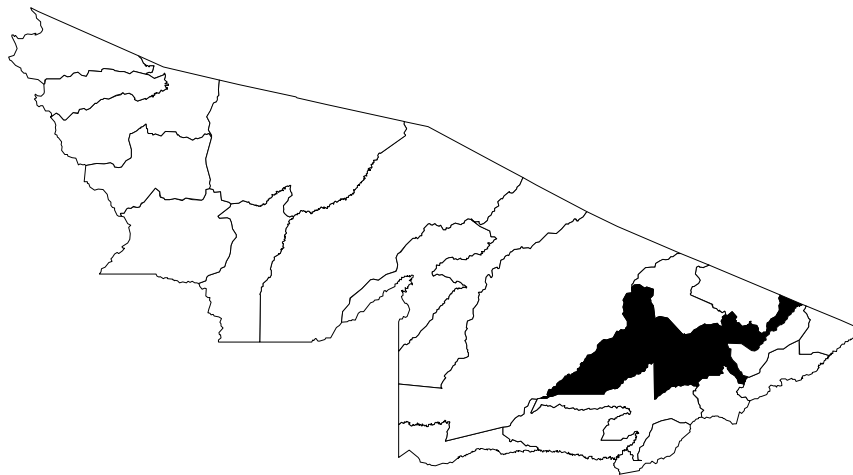


2.3 O Cluster de MADEIRA e MOBILIÁRIO no Estado do ACRE

1. Síntese do Perfil Sócio-Econômico de Rio Branco

A produção de madeira no Estado do Acre é bastante pulverizada nas suas diversas microrregiões e municípios, não se registrando, portanto, forte concentração espacial da produção, mas a microrregião de Rio Branco destaca-se das demais, particularmente os municípios de Rio Branco, Capixaba e Porto Acre.

Mapa 1
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Rio Branco



O município de Rio Branco foi fundado em 1904 e tem uma área de 9.962 km². Trata-se do município onde está localizada a sede administrativa do Estado e todos os outros poderes – Legislativo e Judiciário – e aglutina os principais órgãos federais operando na região. A criação do município do Rio Branco remonta a formação do Estado do Acre. Rio Branco registrou uma população, em 2000, de 253.059 habitantes (tabela 1). O município de Rio Branco apresentou um IDH, que avalia e mensura um amplo conjunto de variáveis sócio-econômicas, em 1991, o último disponível, de 0,722, o qual é um pouco inferior ao observado para o Brasil no mesmo período, 0,742. Trata-se de um índice que reflete o dinamismo econômico do município, resultante da convergência de ações públicas em função da sua posição política no contexto do restante dos municípios do Estado.

Tabela 1
Caracterização Geral do Município
Município de Rio Branco

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Rio Branco
Área (em Km ²)	9.962	Unidades de Conservação	6
Ano de Instalação	1904	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	0	IDH Renda 1991	0,903
Latitude:	-9,97	IDH 1991	0,722
Longitude:	-67,81	População	253.059

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

É possível afirmar que alguns indicadores sociais do município não se apresentam lisonjeiros. Isso pode ser ilustrado através do exame da tabela 2. A tabela 2 representa uma comparação simples entre cada um dos indicadores do município, com o mesmo indicador do Estado e do Brasil, respectivamente. O sub-índice associado ao sinal > ou < refere-se ao Estado, E, e ao Brasil, BR. O sinal ≅ significa aproximadamente igual, ou seja, quase na mesma ordem de magnitude. Considerou-se para efeito de análise, que os indicadores assinalados em negrito são os parecem ter maior influência nos resultados encontrados para o município.

Observando-se os dados da tabela 2, constata-se que dentre os principais indicadores determinantes da qualidade de vida do município, alguns alcançam níveis particularmente medíocres (indicados em negrito), ou seja, a taxa de analfabetismo, o coeficiente de mortalidade infantil e o percentual de domicílios improvisados e o percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário.

Tabela 2
Município de Rio Branco

INDICADORES	MUNICÍPIO
	RIO BRANCO
Taxa de urbanização, 1991 (%)	>E e >BR
Taxa de urbanização, 2000 (%)	>E e >BR
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 1991 (%)	<E e <BR
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 2000 (%)	<E e <BR
Anos de estudo do chefe de família, 2000	>E e >BR
Coeficiente de mortalidade infantil, 1990	<E e >BR
Coeficiente de mortalidade infantil, 1998	<E e >BR
PIB per capita 1996 (US\$ de 1998)	>E e >BR
PIB per capita 1998	>E e >BR
Rendimento Médio (Reais de 2000)	>E e >BR
Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	>E e <BR
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	<E e <BR
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	≅ e >BR
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	<E e <BR
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	>E e >BR
IDH	>E e >BR

Nota: >E ou <E - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o estado. >BR ou <BR - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o Brasil. ≅ - valor do indicador do município dentro do intervalo de confiança calculado para o estado ou Brasil.

2. Síntese do Perfil Sócio-Econômico de Porto Acre

O município de Porto Acre foi fundado em 1993 e tem uma área de 2.923 km², distanciando-se de Rio Branco, capital do Estado, em 53 Km.. A população residente, em 2000, era de 11.418 (tabela 3) e está localizado na microrregião de Rio Branco.

Mapa 2
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Porto Acre



Tabela 3
Caracterização Geral do Município
Município de Porto Acre

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Rio Branco
Área (em Km ²)	2.923	Unidades de Conservação	0
Ano de Instalação	1993	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	53	IDH Renda 1991	-
Latitude:	-9,59	IDH 1991	-
Longitude:	-67,53	População	11.418

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

O município de Porto Acre não dispõe do IDH, pelo simples fato de ter sido criado após a publicação do Índice. É possível afirmar, sem dispor do IDH, mas à luz de informações mais recentes que os indicadores sociais do município apresentaram, na sua quase totalidade, índices superiores à média do Estado, o que reflete um esforço da sociedade local no sentido de minimizar os estrangulamentos existentes na base da infra-estrutura social do município.

A tabela 4 representa uma comparação simples entre cada um dos indicadores do município, com o mesmo indicador do Estado e do Brasil, respectivamente. O sub-índice associado ao sinal > ou < refere-se ao Estado, E, e ao Brasil, BR. O sinal \cong significa aproximadamente igual, ou seja, quase na mesma ordem de magnitude. Considerou-se para efeito de análise, que os indicadores

assinalados em **negrito** são os que parecem ter maior influência nos resultados encontrados para o município.

Tabela 4
Município de Porto Acre

INDICADORES	MUNICÍPIO PORTO ACRE
Taxa de urbanização, 1991 (%)	< _E e < _{BR}
Taxa de urbanização, 2000 (%)	< _E e < _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 1991 (%)	< _E e < _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 2000 (%)	≅ e > _{BR}
Anos de estudo do chefe de família, 2000	≅ e < _{BR}
Coeficiente de mortalidade infantil, 1990	> _E e > _{BR}
Coeficiente de mortalidade infantil, 1998	> _E e > _{BR}
PIB per capita 1996 (US\$ de 1998)	≅ e < _{BR}
PIB per capita 1998	≅ e < _{BR}
Rendimento Médio (Reais de 2000)	≅ e < _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	< _E e < _{BR}
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	≅ e > _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	> _E e > _{BR}
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	≅ e > _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	≅ e < _{BR}

Nota: >_E ou <_E - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o estado. >_{BR} ou <_{BR} - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o Brasil. ≅ - valor do indicador do município dentro do intervalo de confiança calculado para o estado ou Brasil.

3. Síntese do Perfil Sócio-Econômico de Capixaba

O município de Capixaba foi fundado em 1993 e tem uma área de 1.724 km², distanciando-se de Rio Branco, capital do Estado, em 68 Km.. A população residente, em 2000, era de 5.206 (tabela 5) e está localizada na microrregião de Rio Branco.

Mapa 3
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Capixaba



Tabela 5
Caracterização Geral do Município
Município de Capixaba

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Rio Branco
Área (em Km ²)	1.724	Unidades de Conservação	1
Ano de Instalação	1993	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	68	IDH Renda 1991	-
Latitude:	-10,57	IDH 1991	-
Longitude:	-67,67	População	5.206

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

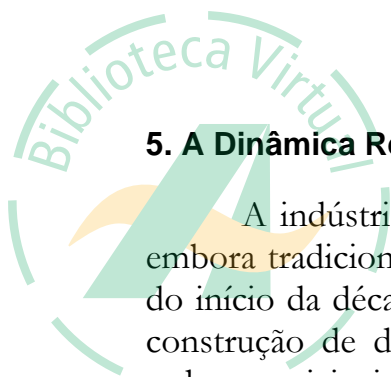
O município de Capixaba não dispõe do IDH, pelo simples fato de ter sido criado após a publicação do Índice. É possível afirmar, sem dispor do IDH, à luz de informações mais recentes que os indicadores sociais do município apresentaram, na sua quase totalidade, índices superiores à média do Estado, o que reflete um esforço da sociedade local no sentido de minimizar os estrangulamentos existentes na base da infra-estrutura social do município.

A tabela 6 representa uma comparação simples entre cada um dos indicadores do município, com o mesmo indicador do Estado e do Brasil, respectivamente. O sub-índice associado ao sinal > ou < refere-se ao Estado, E, e ao Brasil, BR. O sinal \cong significa aproximadamente igual, ou seja, quase na mesma ordem de magnitude. Considerou-se para efeito de análise, que os indicadores assinalados em negrito são os parecem ter maior influência nos resultados encontrados para o município.

Tabela 6
Município de Capixaba

INDICADORES	MUNICÍPIOS
	CAPIXABA
Taxa de urbanização, 1991 (%)	< _E e < _{BR}
Taxa de urbanização, 2000 (%)	< _E e < _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 1991 (%)	<_E e <_{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 2000 (%)	\cong e > _{BR}
Anos de estudo do chefe de família, 2000	\cong e < _{BR}
Coefficiente de mortalidade infantil, 1990	> _E e > _{BR}
Coefficiente de mortalidade infantil, 1998	>_E e >_{BR}
PIB per capita 1996 (US\$ de 1998)	\cong e < _{BR}
PIB per capita 1998	\cong e <_{BR}
Rendimento Médio (Reais de 2000)	\cong e < _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	<_E e <_{BR}
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	\cong e < _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	>_E e >_{BR}
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	> _E e > _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	\cong e <_{BR}

Nota: >_E ou <_E - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o estado.
>_{BR} ou <_{BR} - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o Brasil. \cong - valor do indicador do município dentro do intervalo de confiança calculado para o estado ou Brasil.



5. A Dinâmica Recente do *Cluster* da Madeira e Mobiliário

A indústria de madeira e móveis atualmente existente no Estado do Acre, embora tradicional, sofreu um grande impulso em matéria de crescimento, a partir do início da década de 1970, com a consolidação da estrada Brasília-Acre e com a construção de determinadas estradas, mesmo que não-pavimentadas, ligando as sedes municipais dos municípios mais próximos da capital Rio Branco. Com a abertura dessas estradas, houve uma forte ampliação do acesso a fonte de recursos naturais, especialmente da área territorial coberta pela densa floresta amazônica. Surgiram inúmeras empresas voltadas para a exploração pecuária e, a reboque, se instalou a indústria de exploração madeireira. Os proprietários derrubavam a floresta tropical densa para plantar capim. Ao reboque dessa derrubada, ampliava-se a oferta de espécies nobres para o mercado consumidor. Surgiram assim uma miríade de unidades produtivas, de escala diferenciada, voltadas para o beneficiamento da madeira que era substituída por capim para o gado. Nas décadas seguintes – 1980 e 1990 - houve um crescimento do processo de urbanização, que gerou uma forte demanda por produtos de madeira e mobiliário a nível dos aglomerados urbanos que se formavam no Estado do Acre e alhures.

Segundo as informações do Mtrabalho/RAIS, existiam no Acre, em 2000, aproximadamente 65 estabelecimentos industriais cadastrados e que operavam com os produtos e sub-produtos da madeira. Isso representava um total de 676 empregos formais, representando, em média, 10,4 empregados por estabelecimento. Constata-se assim, numa primeira aproximação, que as firmas que operam no ramo de madeira e mobiliário no Acre podem ser classificadas como pequenas empresas.

A tabela 9 fornece algumas indicações sobre a dinâmica do setor madeireiro durante a década de 1990. Constata-se que, ao longo da primeira metade da década, houve um incremento modesto no nível de emprego formal do setor, com um acréscimo entre os anos 1990-95, da ordem de 7,0 % em média, segundo as duas microrregiões. Analisando-se a dinâmica do emprego na segunda metade da década, percebe-se que o indicador apresentou um incremento da ordem de 22,46, sugerindo a ocorrência de profundas mudanças no setor e naqueles outros com o qual o segmento madeireiro mantém estreita complementariedade, como, por exemplo, é o caso da construção civil.

Tabela 9
Número de Empregos no Setor e Taxas de Variação (%)
Microrregião Rio Branco

Emp. Em 90	Emp. Em 95	% Var. 90 a 95	Emp. Em 97	Emp. Em 00	% Var. 97 a 00
497	532	7,04	552	676	22,46

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/ RAIS – 1990, 1995, 1997 e 2000.

A tabela 10 fornece uma visualização mais clara da localização do parque madeireiro operando no Estado do Acre. O mesmo está localizado, fundamentalmente, nos municípios de Rio Branco, Capixaba e Porto Acre.

Na primeira metade da década, observa-se um pequeno incremento do setor no município de Rio Branco. Veja-se que o município dominava até aquele período a indústria de madeira e mobiliário no Estado. Na segunda metade da década a atividade se expande em termos territoriais, com a entrada do município de Capixaba no circuito produtivo.

Tabela 10
Numero de Empregos no Setor e Taxas de Variação (%)
Municípios Rio Branco (A), Capixaba (B) e Porto Acre (C)

Mun.	Emp. Em 90	Emp. Em 95	% Var. 90 a 95	Emp. Em 97	Emp. Em 00	% Var. 97 a 00
A	456	490	7,46	487	506	3,9
B	-	0	-	2	56	2700
C	-	0	-	0	0	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/ RAIS – 1990, 1995, 1997 e 2000.

Uma outra forma de interpretar a trajetória do arranjo produtivo de madeira operando no Estado do Acre pode ser encetada a partir da análise dos indicadores referentes ao número de estabelecimentos existentes. A tabela 11 destaca o número de estabelecimentos, segundo informações do M Trabalho/RAIS. Veja-se que o número de estabelecimentos apresenta um incremento consistente ao longo dos diferentes momentos da década, embora com uma leve tendência de queda. Na primeira fase o número de firmas cresceu na magnitude de 15,62 %. Na segunda fase da década o incremento foi da ordem de 10,20 % somente no município do Rio Branco.

Tabela 11
Numero de Estabelecimentos do setor e Taxas de Variação (%)
Microrregião Rio Branco

Est. Em 90	Est. Em 95	% Var. 90 a 95	Est. Em 97	Est. Em 00	% Var. 97 a 00
35	41	17,14	56	65	16,07

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/ RAIS – 1990, 1995, 1997 e 2000.

Numero de Estabelecimentos do setor e Taxas de Variação (%)
Municípios Rio Branco (A), Capixaba (B) e Porto Acre (C)

Mun.	Est. Em 90	Est. Em 95	% Var. 90 a 95	Est. Em 97	Est. Em 00	% Var. 97 a 00
A	32	37	15,62	49	54	10,2
B	-	0	-	1	1	0
C	-	0	-	0	0	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/ RAIS – 1990, 1995, 1997 e 2000.

6. Indicador de Competitividade do Setor

Na literatura é geralmente aceito que o bem-estar econômico de uma economia pode melhorar através da especialização segundo o princípio das vantagens comparativas. O crescimento econômico é alcançado pela maior eficiência na alocação de recursos. O comércio internacional é uma fonte importante de competição para as firmas domésticas, posto que, estimula a eficiência.

O indicador de vantagens comparativas de Balassa calcula a participação das exportações de um dado produto em um país em relação às exportações mundiais desse mesmo produto, e compara esse quociente com a participação das exportações totais do país em relação às exportações mundiais. Assim, por exemplo, um valor de 1,10 (0,90) significa que a participação de um país em um determinado produto é 10% maior (menor) do que a sua participação nas exportações de todos os produtos.

Formalmente o indicador de vantagem comparativa revelada para uma região ou país j , em um setor industrial ou grupo de indústrias i , pode ser definido da seguinte forma:

$$VCR_{ij} = X_{ij} / X_{iz} / X_j / X_z$$

Onde X_{ij} = é o valor das exportações do produto i da região ou país j

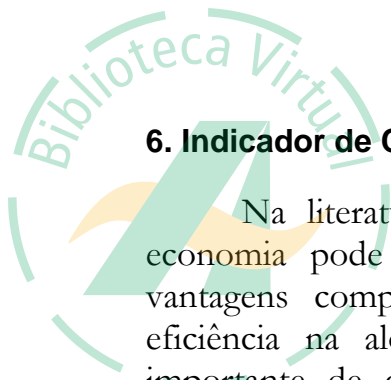
X_{iz} = é o valor das exportações do produto i do país ou zona de referência z

X_j = é o valor total das exportações da região ou país j e

X_z = é o valor total das exportações do país ou zona de referência z

Quando o VCR ij é maior que a unidade então o produto i apresenta Vantagem Comparativa Revelada e quando o VCR ij é menor que a unidade o produto i apresenta desvantagem comparativa revelada.

O índice de VCR fornece um indicador da estrutura relativa das exportações de uma região ou país. Quando uma região exporta um volume grande de um determinado produto, em relação com o que é exportado pelo país desse mesmo produto, isso sugere que a região conta com vantagem comparativa na produção desse bem.





Embasado nos pressupostos acima, pode-se afirmar que o *cluster* de madeira e mobiliário do Estado Acre apresenta Vantagem Comparativa Revelada na totalidade dos produtos oriundos da Madeira. A título de ilustração, destaca-se como mais competitivo a produção de madeira de cedro, e a produção de janelas, caixilhos, próprios para a construção civil. (tabela 13).

Tabela 13
Índice de Vantagem Comparativa Revelada

Descrição NCM	ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA
MADEIRA DE CEDRO,SERRADA/CORTADA EM FOLHAS,ETC.ESP>6MM	169,2094
MADEIRA DE IPE,SERRADA/CORTADA EM FOLHAS,ETC.ESP>6MM	5,6825
OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS,ETC.ESP>6MM	22,3768
MADEIRA DE NAO CONIFERAS,PERFILADA	1,7194
ARMACOES E CABOS,DE MADEIRA,DE FERRAMENTAS,ESCOVAS,ETC.	8,2694
JANELAS,JANELAS DE SACADA,CAIXILHOS,ETC.DE MADEIRA	93,7968
PORTAS,RESPECT.CAIXILHOS,ALIZARES E SOLEIRAS,DE MADEIRA	3,7673

Fonte: SECEX. Elaboração IPEA/ANPEC.

2.4 O *Cluster* do milho no estado do ACRE

1. Síntese do Perfil Sócio-Econômico de Porto Acre

A produção de milho no Estado do Acre é bastante pulverizada nas suas diversas microrregiões e municípios, não se registrando, portanto, forte concentração espacial da produção, mas as microrregiões de Rio Branco, Brasiléia, Sena Madureira e Tarauacá destacam-se das demais, particularmente os municípios de Porto Acre, Brasiléia, Sena Madureira e Feijó.

Mapa 1
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Porto Acre



O município de Porto Acre foi fundado em 1993 e tem uma área de 2.923 km², distanciando-se de Rio Branco em 53 Km. Porto Acre registrou uma população, em 2000, de 11.418 habitantes (tabela 1).

Tabela 1
Caracterização Geral do Município
Município de Porto Acre

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Rio Branco
Área (em Km ²)	2.923	Unidades de Conservação	0
Ano de Instalação	1993	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	53	IDH Renda 1991	-
Latitude:	-9,59	IDH 1991	-
Longitude:	-67,53	População	11.418

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

O município de Porto Acre não dispõe do IDH, pelo simples fato de ter sido criado após a publicação do Índice. É possível afirmar, sem dispor do IDH, mas à luz de informações mais recentes que os indicadores sociais do município apresentaram, na sua quase totalidade, índices superiores à média do Estado, o que reflete um esforço da sociedade local no sentido de minimizar os estrangulamentos existentes na base da infra-estrutura social do município.

A tabela 4 representa uma comparação simples entre cada um dos indicadores do município, com o mesmo indicador do Estado e do Brasil, respectivamente. O sub-índice associado ao sinal $>$ ou $<$ refere-se ao Estado, E, e ao Brasil, BR. O sinal \cong significa aproximadamente igual, ou seja, quase na mesma ordem de magnitude. Considerou-se para efeito de análise, que os indicadores assinalados em negrito são os que parecem ter maior influência nos resultados encontrados para o município.

Tabela 2
Município de Porto Acre

INDICADORES	MUNICÍPIO
	PORTO ACRE
Taxa de urbanização, 1991 (%)	$<_E e <_{BR}$
Taxa de urbanização, 2000 (%)	$<_E e <_{BR}$
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 1991 (%)	$<_E e <_{BR}$
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 2000 (%)	$\cong e >_{BR}$
Anos de estudo do chefe de família, 2000	$\cong e <_{BR}$
Coeficiente de mortalidade infantil, 1990	$>_E e >_{BR}$
Coeficiente de mortalidade infantil, 1998	$>_E e >_{BR}$
PIB per capita 1996 (US\$ de 1998)	$\cong e <_{BR}$
PIB per capita 1998	$\cong e <_{BR}$
Rendimento Médio (Reais de 2000)	$\cong e <_{BR}$
Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	$<_E e <_{BR}$
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	$\cong e >_{BR}$
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	$>_E e >_{BR}$
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	$\cong e >_{BR}$
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	$\cong e <_{BR}$

Nota: $>_E$ ou $<_E$ - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o estado. $>_{BR}$ ou $<_{BR}$ - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o Brasil. \cong - valor do indicador do município dentro do intervalo de confiança calculado para o estado ou Brasil.

2. Síntese do Perfil Sócio-Econômico de Brasiléia

O município de Brasiléia foi fundado em 1938 e tem uma área de 4.356 km², distanciando-se de Rio Branco em 154 Km. Possui uma unidade de conservação. A população residente, em 2000, era de 17.013 habitantes (tabela 1). O município de Brasiléia apresentou um IDH, que avalia e mensura um amplo conjunto de variáveis sócio-econômicas, em 1991, o último disponível, de 0,498, o qual é inferior em 33% ao observado para o Brasil no mesmo período, 0,742. Trata-se de um índice que não reflete o dinamismo econômico do município e que mostra alguns estrangulamentos sérios da base de recursos sociais do município.

Isto tem um impacto direto na qualidade de vida de seus habitantes e nas possibilidades efetivas de crescimento do *cluster* de milho.

Mapa 2
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Brasiléia

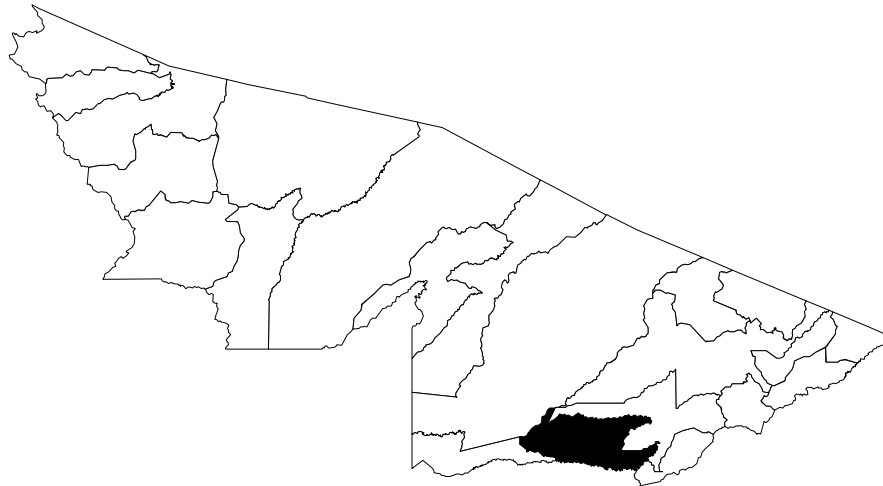


Tabela 3
Caracterização Geral do Município
Município de Brasiléia

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Brasiléia
Área (em Km ²)	4.356	Unidades de Conservação	1
Ano de Instalação	1938	Áreas Indígenas	0
Distância à capital (Km)	154	IDH Renda 1991	0,426
Latitude:	-11,01	IDH 1991	0,498
Longitude:	-68,74	População	17.013

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

É possível afirmar que alguns indicadores sociais do município não se apresentam lisonjeiros. Isso pode ser ilustrado através do exame da tabela 4. A tabela 4 representa uma comparação simples entre cada um dos indicadores do município, com o mesmo indicador do Estado e do Brasil, respectivamente. O sub-índice associado ao sinal > ou < refere-se ao Estado, E, e ao Brasil, BR. O sinal \cong significa aproximadamente igual, ou seja, quase na mesma ordem de magnitude. Considerou-se para efeito de análise, que os indicadores assinalados em negrito são os parecem ter maior influência nos resultados encontrados para o município.

Observando-se os dados da tabela 4, constata-se que dentre os principais indicadores determinantes da qualidade de vida do município, alguns alcançam níveis particularmente medíocres (indicados em negrito), ou seja, a taxa de analfabetismo, o PIB per capita, o percentual de domicílios improvisados e o percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário.

Tabela 4
Município de Brasília

INDICADORES	MUNICÍPIO BRASILEIA
Taxa de urbanização, 1991 (%)	> _E e > _{BR}
Taxa de urbanização, 2000 (%)	≅ e < _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 1991 (%)	≅ e > _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 2000 (%)	< _E e > _{BR}
Anos de estudo do chefe de família, 2000	> _E e < _{BR}
Coefficiente de mortalidade infantil, 1990	> _E e > _{BR}
Coefficiente de mortalidade infantil, 1998	> _E e > _{BR}
PIB per capita 1996 (US\$ de 1998)	≅ e < _{BR}
PIB per capita 1998	≅ e < _{BR}
Rendimento Médio (Reais de 2000)	> _E e ≅
Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	≅ e < _{BR}
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	< _E e < _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	> _E e > _{BR}
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	≅ e > _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	≅ e < _{BR}
IDH	≅ e < _{BR}

Nota: >_E ou <_E - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o estado. >_{BR} ou <_{BR} - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o Brasil. ≅ - valor do indicador do município dentro do intervalo de confiança calculado para o estado ou Brasil.

3. Síntese do Perfil Sócio-Econômico de Sena Madureira

O município de Sena Madureira foi fundado em 1904 e tem uma área de 25.297 km², distanciando-se de Rio Branco em 137 Km. Possui cinco unidades de conservação e quatro áreas indígenas. A população residente, em 2000, era de 29.420 habitantes (tabela 1). O município de Sena Madureira apresentou um IDH, que avalia e mensura um amplo conjunto de variáveis sócio-econômicas, em 1991, o último disponível, de 0,445, o qual é inferior em 41% ao observado para o Brasil no mesmo período, 0,742. Trata-se de um índice que indica a existência de sérios estrangulamentos da base de recursos sociais do município. Isto tem um impacto direto na qualidade de vida de seus habitantes e nas possibilidades efetivas de crescimento do *cluster* de milho.

Mapa 3
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Sena Madureira

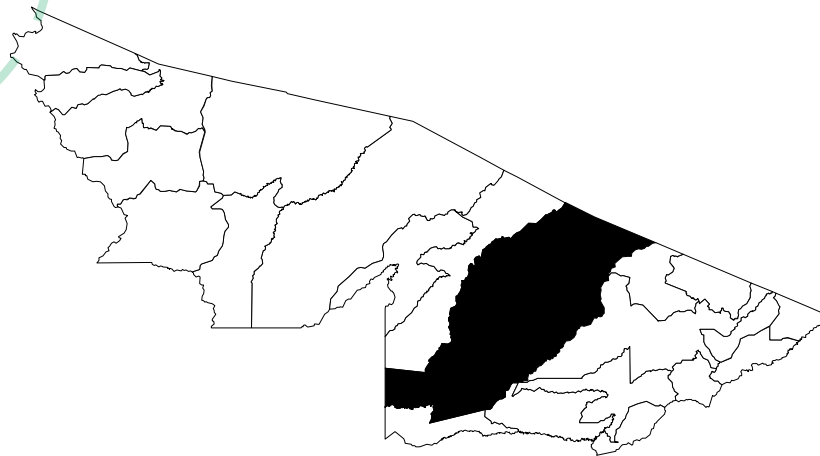


Tabela 5
Caracterização Geral do Município
Município de Sena Madureira

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Sena Madureira
Área (em Km ²)	25.297	Unidades de Conservação	5
Ano de Instalação	1904	Áreas Indígenas	4
Distância à capital (Km)	137	IDH Renda 1991	0,344
Latitude:	-9,06	IDH 1991	0,445
Longitude:	-68,65	População	29.420

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

Observa-se que alguns indicadores sociais do município não se apresentam positivos. Isso pode ser ilustrado através do exame da tabela 6. A tabela 6 representa uma comparação simples entre cada um dos indicadores do município, com o mesmo indicador do Estado e do Brasil, respectivamente. O sub-índice associado ao sinal > ou < refere-se ao Estado, E, e ao Brasil, BR. O sinal \cong significa aproximadamente igual, ou seja, quase na mesma ordem de magnitude. Considerou-se para efeito de análise, que os indicadores assinalados em negrito são os parecem ter maior influência nos resultados encontrados para o município.

Observando-se os dados da tabela 6, constata-se que dentre os principais indicadores determinantes da qualidade de vida do município, alguns alcançam níveis particularmente medíocres (indicados em negrito), ou seja, o coeficiente de mortalidade infantil, o PIB per capita, o percentual da população que vive em domicílios improvisados e o percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário.

Tabela 6
Município de Sena Madureira

INDICADORES	MUNICÍPIO SENA MADUREIRA
Taxa de urbanização, 1991 (%)	≅ e < _{BR}
Taxa de urbanização, 2000 (%)	> _E e < _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 1991 (%)	≅ e > _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 2000 (%)	≅ e > _{BR}
Anos de estudo do chefe de família, 2000	≅ e < _{BR}
Coeficiente de mortalidade infantil, 1990	≅ e > _{BR}
Coeficiente de mortalidade infantil, 1998	≅ e >_{BR}
PIB per capita 1996 (US\$ de 1998)	< _E e < _{BR}
PIB per capita 1998	≅ e <_{BR}
Rendimento Médio (Reais de 2000)	≅ e < _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	≅ e < _{BR}
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	<_E e <_{BR}
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	≅ e <_{BR}
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	≅ e >_{BR}
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	≅ e <_{BR}
IDH	≅ e < _{BR}

Nota: >_E ou <_E - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o estado. >_{BR} ou <_{BR} - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o Brasil. ≅ - valor do indicador do município dentro do intervalo de confiança calculado para o estado ou Brasil.

4. Síntese do Perfil Sócio-Econômico de Feijó

O município de Feijó foi fundado em 1906 e tem uma área de 22.722 km², distanciando-se de Rio Branco em 344 Km. Possui dez áreas indígenas. A população residente, em 2000, era de 26.722 habitantes (tabela 7). O município de Feijó apresentou um IDH, que avalia e mensura um amplo conjunto de variáveis sócio-econômicas, em 1991, o último disponível, de 0,413, o qual é inferior em 45% ao observado para o Brasil no mesmo período, 0,742. Trata-se de um índice que indica a existência de sérios estrangulamentos da base de recursos sociais do município. Isto tem um impacto direto na qualidade de vida de seus habitantes e nas possibilidades efetivas de crescimento do *cluster* de milho.

Mapa 4
Estado do Acre
Localização Geográfica do Município de Feijó

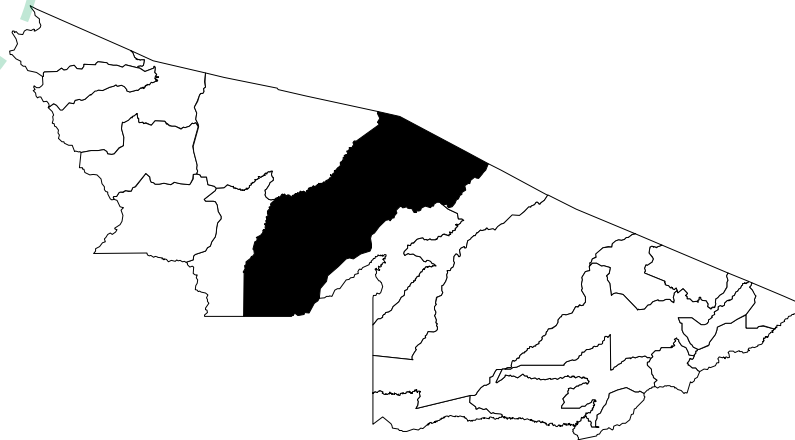


Tabela 7
Caracterização Geral do Município
Município de Feijó

Unidade da Federação	AC	Microrregião	Tarauacá
Área (em Km ²)	22.722	Unidades de Conservação	0
Ano de Instalação	1906	Áreas Indígenas	10
Distância à capital (Km)	344	IDH Renda 1991	0,299
Latitude:	-8,16	IDH 1991	0,413
Longitude:	-70,35	População	26.722

Fonte: Sistema Nacional de Informações Urbanas

Observa-se que alguns indicadores sociais do município não se apresentam positivos. Isso pode ser ilustrado através do exame da tabela 8. A tabela 8 representa uma comparação simples entre cada um dos indicadores do município, com o mesmo indicador do Estado e do Brasil, respectivamente. O sub-índice associado ao sinal > ou < refere-se ao Estado, E, e ao Brasil, BR. O sinal \cong significa aproximadamente igual, ou seja, quase na mesma ordem de magnitude. Considerou-se para efeito de análise, que os indicadores assinalados em negrito são os parecem ter maior influência nos resultados encontrados para o município.

Observando-se os dados da tabela 8, constata-se que dentre os principais indicadores determinantes da qualidade de vida do município, alguns alcançam níveis particularmente medíocres (indicados em negrito), ou seja, o coeficiente de mortalidade infantil, o PIB per capita, o percentual de domicílios com água encanada e o percentual de domicílios com serviço de coleta de lixo.

Tabela 8
Município de Feijó

INDICADORES	MUNICÍPIO
	FEIJO
Taxa de urbanização, 1991 (%)	≅ e < _{BR}
Taxa de urbanização, 2000 (%)	≅ e < _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 1991 (%)	> _E e > _{BR}
% população acima de 15 anos que é analfabeta, 2000 (%)	> _E e > _{BR}
Anos de estudo do chefe de família, 2000	≅ e < _{BR}
Coeficiente de mortalidade infantil, 1990	≅ e > _{BR}
Coeficiente de mortalidade infantil, 1998	≅ e >_{BR}
PIB per capita 1996 (US\$ de 1998)	< _E e < _{BR}
PIB per capita 1998	<_E e <_{BR}
Rendimento Médio (Reais de 2000)	< _E e < _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	<_E e <_{BR}
Percentual da população que vive em domicílios improvisados	> _E e > _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com serviço de coleta de lixo	<_E e <_{BR}
Percentual de domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	≅ e > _{BR}
Percentual de domicílios permanentes com banheiro ou sanitário e rede geral	≅ e <_{BR}
IDH	≅ e < _{BR}

Nota: >_E ou <_E - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o estado.
>_{BR} ou <_{BR} - valor do indicador do município acima ou abaixo do intervalo de confiança calculado para o Brasil. ≅ - valor do indicador do município dentro do intervalo de confiança calculado para o estado ou Brasil.

5. A Dinâmica Recente do *Cluster* de Milho

O cultivo do milho é disseminado por praticamente todo o Estado do Acre, destacando-se as microrregiões de Rio Branco, Brasiléia, Sena Madureira e Tarauacá como as mais importantes das demais, particularmente os municípios de Porto Acre, Brasiléia, Sena Madureira e Feijó. Tal cultura está fortemente associada à presença de pequenos produtores nesses municípios que cultivam o produto, basicamente, para a subsistência.

A tabela 9 apresenta o comportamento do Valor da Produção para períodos selecionados referente à década de 1990, no contexto microrregional. Observa-se que na primeira metade da década o crescimento foi explosivo nas microrregiões de Rio Branco, Brasiléia e Tarauacá. Na década seguinte a micro de Tarauacá apresentou uma performance negativa vis-à-vis as outras três microrregiões de maior concentração da produção.

Tabela 9
Valor da Produção (VP) e Taxas de Variação (%) da Produção de Milho
Microrregiões Rio Branco (1), Brasiléia (2), Sena Madureira (3) e Tarauacá (4)

(Em R\$ 1.000)

Micro.	(VP) Em 1990	(VP) Em 1995	% Tx. Var. 90 a 95	(VP) Em 1997	(VP) Em 2000	% Tx. Var. 97 a 00
1	1.728,09	6.185,00	257,91	2.242,98	3.648,00	62,64
2	2.493,27	5.396,15	116,43	1.014,30	2.467,00	143,22
3	683,99	806,19	17,87	706,12	2.202,00	211,84
4	424,97	1.220,31	187,15	2.096,94	1.781,00	-15,07

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

Os principais municípios produtores são Porto Acre, Sena Madureira, Brasiléia e Feijó, em 2000. A tabela 10 sugere ocorrer forte oscilação no valor da produção ao longo do período observado. Veja-se que Porto Acre apresentou um elevado incremento no valor produzido durante os últimos anos da década. Os outros municípios também se destacaram em matéria de incremento no valor da produção. Tal comportamento pode estar correlacionado com a política do governo central em estimular a produção ao nível da pequena propriedade, utilizando os instrumentos de fomento a pequena propriedade.

Tabela 10
Valor da Produção (VP) e Taxas de Variação (%) da Produção de Milho
Municípios Porto Acre (A), Brasiléia (B), Sena Madureira (C) e Feijó (D)

(Em R\$ 1.000)

Mun.	(VP) Em 1990	(VP) Em 1995	% Tx. Var. 90 a 95	(VP) Em 1997	(VP) Em 2000	% Tx. Var. 97 a 00
A	0	338,54	-	241,18	1.288,00	434,04
B	1.566,85	4.572,63	191,84	448,86	1.170,00	160,66
C	615,09	769,98	25,18	581,51	2.074,00	256,65
D	175,99	752,66	327,67	1.054,50	1.112,00	5,45

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

Em relação à quantidade produzida, observa-se que somente a micro de Tarauacá apresentou um incremento significativo na produção ao longo do período 1990/2000. A agricultura deve-se destacar está sujeita a riscos de produção consideráveis. Portanto, os dados podem indicar tanto uma queda de safra devido a efeitos sazonais, quanto uma perda de dinamismo da atividade.

Tabela 11
Quantidade Produzida (QP) e Taxas de Variação (%) da Produção de Milho
Microrregiões Rio Branco (1), Brasiléia (2), Sena Madureira (3) e Tarauacá(4)

(Em Tonelada)

Micro.	(QP) Em 1990	(QP) Em 1995	% Tx. Var. 90 a 95	(QP) Em 1997	(QP) Em 2000	% Tx. Var. 97 a 00
1	19.569	26.102	33,38	10.880	17.577	61,55
2	19.900	21.369	7,38	5.216	9.678	85,54
3	10.008	2.650	-73,52	2.926	10.438	256,73
4	2.559	3.828	49,59	6.672	6.674	0,03

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

No contexto dos municípios observa-se que o município de Feijó foi o único que apresentou um destaque positivo em relação ao comportamento do volume de produção, quando observado os extremos do período em análise. A produção de Brasiléia mostrou uma queda substancial durante o período 1990/2000.

Tabela 12
Quantidade Produzida (QP) e Taxas de Variação (%) da Produção de Milho
Municípios Porto Acre (A), Brasiléia (B), Sena Madureira (C) e Feijó (D)

Mun.	(Em Tonelada)					
	(QP) Em 1990	(QP) Em 1995	% Tx. Var. 90 a 95	(QP) Em 1997	(QP) Em 2000	% Tx. Var. 97 a 00
A	0	1.660	-	1.127	5.650	401,33
B	12.600	18.150	44,05	2.396	4.500	87,81
C	9.000	2.448	-72,8	2.553	9.972	290,6
D	1.368	2.358	72,37	3.150	3.371	7,02

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal - 1990, 1995, 1997 e 2000.

Do ponto de vista da competitividade, o rendimento médio do Estado, em 2000, foi aproximadamente 45% abaixo da média do país, ou seja, 1.520 Kg/ha., o que evidencia grave ineficiência na produção. Nas microrregiões de Brasiléia e Tarauacá a produtividade foi ainda menor que a média do Estado, de apenas 1.422 e 1225 Kg/há, respectivamente. Nos principais municípios do *cluster* do milho, Brasiléia e Feijó, o rendimento correspondeu a 55 % da média nacional, evidenciando níveis de competitividade extremamente medíocres.

Tabela 13
Produtividade Nacional
Rendimento Médio da Produção de Milho (Kg/ha), 2000
Brasil, Unidade da Federação, Microrregiões e Municípios

Brasil	2.718
Acre	1.520
Rio Branco (micro)	1.738
Brasiléia (micro)	1.482
Sena Madureira (micro)	2.054
Tarauacá (micro)	1.225
Porto Acre	2.000
Brasiléia	1.500
Sena Madureira	2.150
Feijó	1.321

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal – 2000.

Como visto acima a produtividade dos principais municípios produtores do *cluster*, Porto Acre, Brasiléia, Sena Madureira e Feijó, situa-se em patamares extremamente baixos. Este diagnóstico pode ser reforçado quando se compara o rendimento médio dos dez principais municípios produtores do país (de acordo com o valor da produção) com os rendimentos dos municípios do *cluster*. Como mostra a tabela 14, o rendimento dos municípios de Porto Acre, Brasiléia, Sena Madureira e Feijó, encontra-se muito distante da média de produtividade dos municípios considerados mais eficientes do Brasil.

Tabela 14
Rendimento Médio (Kg/ha)
10 Municípios Brasileiros com Valor de Produção mais Elevado

Municípios	VP (Em R\$ 1.000)	Rendimento Médio
Jataí(GO)	64.884,00	3.556
Chapadão do Céu(GO)	57.788,00	6.586
Barreiras(BA)	43.112,00	5.768
Lucas do Rio Verde(MT)	43.083,00	3.034
São Desidério(BA)	40.410,00	5.843
Rio Verde(GO)	39.663,00	3.958
Uberaba(MG)	39.247,00	5.735
Cristalina(GO)	35.808,00	5.858
Unai(MG)	32.235,00	5.262
Correntina(BA)	30.984,00	5.823

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal – 2000.



3 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DOS CLUSTERS: OS PLANOS DE AÇÃO

1 Introdução

É parte intrínseca deste Projeto, talvez a mais importante, o estabelecimento de mecanismo organizacionais que facilitem a implementação de ações concretas que visem a eliminação obstáculos à consolidação e desenvolvimento dos *clusters*. Experiências internacionais bem sucedidas têm demonstrado que ações coletivas potencializam os efeitos de externalidades positivas que legitimam, junto a canais institucionais, demandas que objetivam o bem-estar comum e fortalecem as relações que dinamizam as transações não-mercantis.

Para facilitar a implementação de *clusters*, especialmente em países com forte desigualdade social, como o Brasil, é fundamental a organização, mobilização e ação conjunta de organizações locais com grupos de elite empenhados na superação de obstáculos que impedem a criação de um ambiente favorável à expansão e consolidação de *clusters* competitivos. A estratégia dessa coalizão deveria centrar-se em explicitar que, no caso em questão, promover a sustentabilidade de uma determinada atividade econômica, também produz ganhos, na forma de externalidades positivas para outros grupos sociais ou atividades econômicas, tais como redução da migração rural-urbana, redução da criminalidade, melhorias na educação e saúde de vastos contingentes populacionais, ampliação da infraestrutura, a produção de excedentes comercializáveis fora da região, produção em escala e incremento nas condições gerais que determinam os níveis de competitividade. Isto significa dizer que ações que visam ao fortalecimento de *clusters* têm, em última instância, não apenas impactos redistributivos que beneficiam diretamente os agentes que participam do *cluster*, mas também na sociedade como um todo. Em outras palavras, *clusters* competitivos geram impactos extraordinariamente positivos no bem-estar da sociedade, não apenas para os agentes privados.

O fato é que a maioria dos problemas que dificultam a consolidação de *clusters* tem suas raízes alicerçadas em falhas de coordenação, as quais resultam em “armadilhas” que bloqueiam os acessos de integração entre os *clusters* e os mercados. A perspectiva adotada neste relatório identifica as falhas de coordenação em três dimensões fundamentais: governo, mercados e organizações locais. Deve-se destacar que, na maioria dos casos, esses três níveis de coordenação são fortemente inter-relacionados e têm contribuído ao longo do tempo para a manutenção de entraves ao desenvolvimento. É exatamente por essa razão, que este projeto contempla a implantação inicial de nove grupos de *clusters*, um em cada Estado membro da Amazônia Legal, reunindo agentes públicos e privados para, juntos, encontrarem alternativas capazes de superar as falhas de mercado que impedem o crescimento dos *clusters*.



A Equipe Técnica, com a participação técnicos do Banco da Amazônia S.A., desenvolveu processos que objetivavam a implantação de grupos de clusters, bem como a elaboração de um Plano de Ação sintético em nove clusters pioneiros, cujo resultado é apresentado neste capítulo. Além disso, durante essas reuniões foram distribuídos questionários (ver modelo e apuração dos questionários em anexo) aos agentes dos clusters, com o objetivo de levantar dados adicionais, cuja apuração também é reportada.

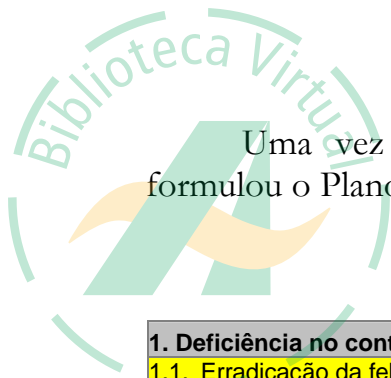
2. Cluster em processo de implantação: o Cluster de Pecuária Bovina de Corte (Rio Branco)

O grupo de *cluster* deliberou quanto aos problemas que afetam o crescimento e competitividade da pecuária bovina de corte, como indicado a seguir.

1. Deficiência no controle zoonosológico do rebanho/vigilância sanitária deficiente
2. Baixo nível tecnológico
4. Baixo valor agregado da produção
5. Baixa capacitação da mão-de-obra
6. Alto custo dos insumos
8. Não priorização de pesquisa para o setor
9. Escoamento da produção precário
10. Falta de priorização de políticas públicas p/ o setor/ regulamentação ambiental
11. Falta de cultura de integração dos produtores
12. Degradação de pastagens
13. Baixo nível de capacitação gerencial e tecnológica
14. Energia elétrica
15. Falta de concorrência dos frigoríficos locais
16. Deficiência de estratégia de marketing/diferenciação do produto
17. Falta de informações mercadológicas

Após avaliação por parte do grupo de *cluster*, foram priorizados os seguintes obstáculos a serem removidos para o *cluster* supere suas principais dificuldades atuais, ou seja:

1. Deficiência no controle zoonosológico do rebanho/vigilância sanitária deficiente.
2. Falta de priorização de políticas públicas para o setor/regulamentação ambiental.
3. Falta de integração dos produtores



Uma vez priorizados os três principais obstáculos, o grupo de *cluster* formulou o Plano de Ação a seguir.

Plano de Ação: Pecuária Bovina de Corte

1. Deficiência no controle zoonosológico do rebanho/Vigilância sanitária deficiente

1.1. Erradicação da febre aftosa

- desenvolver atividades de educação sanitária
- visitar os produtores e casas comerciais do ramo para promover a vigilância epidemiológica
- intensificar a fiscalização das barreiras através da contratação de pessoal, criação de novos postos fixos e móveis e treinamento
- atualização da legislação da defesa sanitária animal
- atualização cadastral das propriedades com mapeamento em GPS

1.2. Controle e combate das encefalopatias

- educação sanitária
- vigilância epidemiológica
- capacitação profissional

1.3. Projetos de educação sanitária

- treinamento profissional
- divulgação dos programas nacionais
- criação de unidades demonstrativas

1.4. Estruturação do serviço oficial de defesa animal

- criação do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre
- atualização da legislação
- mobilização dos Órgãos oficiais
- concurso público p/ contratação
- treinamento
- implantação de laboratório de apoio
- aquisição de veículos e equipamentos

1.5. Integração entre os setores público e privado

- Parcerias com outras instituições (SENAR, FAEAC, SEBRAE, FUNDEPEC, UFAC, Associações, Cooperativas, Sindicatos) através de reuniões, orientações, cursos, capacitações, etc.

1.6. vigilância sanitária

- combater o abate clandestino

2. Falta de priorização de políticas públicas para o setor/ Regulamentação ambiental

2.1. Elaborar campanhas regulares para conscientização da população sobre a importância econômica e social da pecuária para o Estado

2.2. Criar mecanismos de incentivo aos produtores para utilização de áreas antropizadas para expansão da pecuária

- desenvolver programa estadual para recuperação de pastagens degradadas
- promover a modernização tecnológica do setor para aumento da produtividade
- conceber outras formas de estímulo ao uso de áreas de pastagem degradadas

2.3. Conclusão do Zoneamento Agroecológico com vistas à identificação de áreas aptas e prioritárias à pecuária

3. Falta de cultura de integração dos produtores

3.1. Capacitar gerencialmente os produtores

- realizar seminário para nivelamento sobre *cluster* e outros assuntos de interesse imediato do produtor
- promover a realização de feiras, encontros, etc.

3.2. Criação de uma marca diferenciada da carne acreana

- estabelecer critérios para uso da marca pelos frigoríficos, produtores objetivando agregar mais valor ao produto
- firmar parceria com a Secretaria de Planejamento para criação da marca